DIÁLOGOS DA TERRA E DAS ÁGUAS: ENTREVISTAS DA CAMPANHA



Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Avenida Henrique Valadares, 23, sala 504
Centro, Rio de Janeiro – RJ
Telefone: +55 21 2210-2124
contato@pacs.org.br
www.pacs.org.br

Rio de Janeiro, 2021

ISBN: 978-65-992516-5-8

FICHA TÉCNICA

Coordenação Colegiada
Aline Alves de Lima
Marina Ferreira Praça

Organização e edição da publicação
Marina Ferreira Praça
Karoline Kina

Entrevistadoras:
Ana Luisa Queiroz
Marina Ferreira Praça
Yasmin Bitencourt
Rafaela Dornelas

Organização e Concepção da Campanha
Ana Luisa Queiroz
Marina Ferreira Praça
Yasmin Bitencourt
Isabelle Rodrigues

Revisão e edição dos textos:
Isabelle Rodrigues
Karoline Kina

Ilustrações
Camila Schindler

Projeto gráfico e diagramação
Tai Oliver

Realização

instituto PACS

Apoio

MISEREOR IHR HILFSWERK

DKA Austria Hilfswerk der Katholischen Jungschar

Appleton Foundation

PROTAGONISMO DE LA SOCIEDAD CIVIL EN LAS POLITICAS MACROECONOMICAS

Cofinanciado pela União Europeia



DIÁLOGOS DA TERRA E DAS ÁGUAS: ENTREVISTAS DA CAMPANHA #MULHERES TERRITÓRIOS DE LUTA



instituto PACS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E CAMPANHA: #MULHERES TERRITÓRIOS DE LUTA 5

#MULHERESTERRITÓRIOSDELUTA: FORMAS DE VIVER E (RE)EXISTIR 6

ENTREVISTA COM TERESA BOEDO: 10
Defensoras de direitos humanos na América Latina: os feminismos, o corpo e o cuidado integral no centro da vida e da luta"

ENTREVISTA COM ROSIMERE NERY: 19
A resistência de mulheres negras aos megaprojetos em Pernambuco

ENTREVISTA COM ZICA PIRES: 35
Ser-natureza como trincheira

ENTREVISTA COM WANESSA AFONSO, JAMILLY DO CARMO E ALINE MARINS: 40
A voz da juventude do Coletivo Martha Trindade em Santa Cruz

ENTREVISTA COM LUCIANA MELO: 47
A arte e a educação popular como libertação e respiro

ENTREVISTA COM VERA DOMINGOS: 54
A potência feminina na luta contra o Complexo Industrial de Suape

ENTREVISTA COM ANTONIA MELO: 65
A história de resistência coletiva no Xingu

ENTREVISTA COM ANA SANTOS: 78
Agricultura urbana, feminismo e resistência na Favela da Penha e Serra da Misericórdia

ENTREVISTA COM ANGELA CUENCA: 85
A articulação de mulheres na Bolívia

ENTREVISTA COM TCHENNA MASO: 96
As arpilleras, a resistência do Rio Doce e a voz das mulheres no MAB

ENTREVISTA COM FRANCISCA FERNANDEZ: 103
A luta feminista, socioambiental e ancestral contra o neoliberalismo e pelo direito à água no Chile

ENTREVISTA COM DAYANE CHAVES: 119
A resistência na Comunidade Quilombola remanescente dos Quilombos de Salvaterra

ENTREVISTA COM SANDRA VITA: 129
#MulheresTerritóriosdeLuta: a fé como respiro diante de um cotidiano marcado pelos megaprojetos

APRESENTAÇÃO E CAMPANHA #MULHERES TERRITÓRIOS DE LUTA

As entrevistas aqui trazidas foram publicadas como parte da Campanha Mulheres Territórios de Luta ao longo dos anos de 2020 e 2021 e estão disponíveis nas redes sociais, Medium[1] e na aba da campanha[2] no site do Instituto Pacs. Os diálogos foram realizados durantes o período entre 2019 e 2020 e fazem parte de processos ainda maiores de construção de narrativas, vidas e lutas de mulheres atingidas por megaprojetos de desenvolvimento. A equipe do Pacs elaborou as perguntas e atuou como entrevistadora, com a perspectiva de ecoar lutas, reflexões e as vozes das mulheres que trazem suas histórias para serem compartilhadas. A importância de organizar as entrevistas nessa publicação se dá pela possibilidade de assim alcançarmos ainda mais pessoas e espaços, e para visibilizar ainda mais essas mulheres-potências e suas falas. Abaixo o texto de abertura da Campanha #MulheresTerritóriosdeLuta:

1. https://pacsinstituto.medium.com/
2. pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta

#MULHERESTERRITÓRIOSDELUTA: FORMAS DE VIVER E (RE)EXISTIR

Marina Ferreira Praça

A Campanha Mulheres Territórios de Luta é uma dentre tantas expressões de uma história viva e coletiva que está presente em diversas mulheres. São corpos que, submersos em sentimentos, reflexões e dores, se veem como parte de lutas e conflitos. São mulheres que vivem situações que parecem bem maiores que elas mesmas, mas em realidade são a continuação e o eco de seus corpos-territórios. São histórias, reflexões, sentimentos, expropriações e reapropriações, artes, sonhos, encontros, coletividades, natureza, violências, lutos, indignação, encantamentos e muitas formas de viver e (re)existir.

Mulheres, comunidades e coletividades que se veem, sem consulta, permissão ou diálogo, atravessadas por megaprojetos de morte, vendidas como megaprojetos de desenvolvimento. E que, diante dessa realidade, precisam reafirmar seus corpos-territórios como espaços de luta. São complexos industriais que atravessam quilombos, mangues e avançam violentamente sobre o corpo das mulheres. Usinas hidrelétricas que atravessam comunidades ribeirinhas, rios e formas de viver. São mineradoras que crescem sobre casas, nascentes e terras de plantio para subsistência. São siderúrgicas que penetram os lares, os pulmões, a pele e a pesca artesanal. São ferrovias que atropelam quilombos, comunidades, terras indígenas e tantos no caminho. São muitos os exemplos de atravessamento e desrespeito às formas de viver e à legislação de proteção da vida e da natureza, que em alguns casos já são limitadas por si só.

O que está se desenvolvendo nessas terras atravessadas? Nada evolui onde não existe relação, troca e busca de equilíbrio. Não há envolvimento onde não existe respeito e observação ao que já existia antes. O que vemos são enormes projetos alienados em relação às

vidas presentes ali. São estranhos que chegam, se instalam e na bagagem trazem impactos e perdas para quem é obrigada a recebê-lo.

Mulheres territórios de luta é uma campanha que tem o objetivo de trazer o caminho das lutas e práticas de resistências marcadas e vividas desde os corpos das mulheres atingidas pelos megaprojetos de desenvolvimento. Falamos de territórios impactados por complexos industriais, megaempreendimentos de mineração e siderurgia, hidrelétricas, grandes obras de infraestrutura, agronegócio, especulação imobiliária e militarização. São corpos atravessados por esses megaprojetos e que perdem seus lugares de morada, suas comunidades, seus meios de produção e reprodução da vida, suas formas tradicionais de viver. Corpos e territórios impactados que veem sua saúde e cultura ameaçadas. Atingem mulheres, jovens, comunidades inteiras e também rios, matas, montanhas, mangues e paisagens.

MAS AS MULHERES E OS TERRITÓRIOS RESISTEM!

Resistem todos os dias. Desde sua indignação e rebeldia, seguem construindo vida em contextos de morte, através do seu potencial criativo material e imaterial. Nutridas pelos encontros, pelas coletividades entre mulheres, pelas artes, pelas práticas de cuidado coletivo e autocuidado, pelas suas histórias e ancestralidades, pela relação umbilical com a natureza, pelas espiritualidades, pelos saberes e sabedorias circulares e pelos encantados.

Esses megaprojetos são, em sua estrutura e lógica de operação, fundamentalmente estabelecidos pela exploração capitalista, racista e patriarcal dos corpos-territórios. A maior parte dos casos que traremos no decorrer da campanha trata-se de conflitos ligados a um modelo baseado na reprimarização da economia e em práticas neoextrativistas, cujo boom se deu no início do século XXI na América Latina e Caribe. Esse modelo tem como base a expropriação total da força de trabalho humana nos territórios e dos recursos naturais para exportação. Os megaprojetos também podem se aliar às manobras do capital financeiro junto a governos neodesenvolvimentistas para fazer a engrenagem de produção e concentração de riqueza seguir à pleno vapor.



O racismo e o patriarcado são aspectos que nesse contexto se acentuam. Os territórios mais atingidos, o trabalho precarizado e os corpos violentados e invisibilizados possuem cor, gênero e territorialidade. São aqueles considerados descartáveis, que podem se deteriorar, que podem ser violentados, que podem não ter casa, condições de alimentação e saúde dignas. São corpos negros, quilombolas, marisqueiros, pesqueiros, do garimpo artesanal e da agricultura familiar, os mais atingidos. E é nos corpos das mulheres que esses impactos são vividos de maneira ainda mais potencializada. São elas as que mais persistem na defesa de si, dos seus e de seus territórios.

Em sua maioria, são as mulheres que, mesmo atravessadas pelos megaprojetos e os desafios que impõem a vida, permanecem em suas casas. A elas tem sido delegado o trabalho de garantir a reprodução da vida de seus filhos, dos mais velhos, da família e da comunidade. São as que precisam ser fortaleza e as que não têm outra escolha. Os trabalhos que chegam, que não são nem 5% do prometido, mas seguem sendo a principal arma do tal discurso de desenvolvimento, não são para as mulheres. A possibilidade de abandonar os territórios em busca de melhores condições de vida também não é para as mulheres. A possibilidade de ir e vir em seus territórios sem medo passa a não ser uma realidade para elas com a chegada de centenas de homens de fora. E como garantir a reprodução da vida sem a possibilidade de plantar, pescar, catar marisco?

Por esses e tantos outros motivos que as mulheres são, se reconhecem e se afirmam, a partir de suas práticas e seus corpos, cada vez mais, como Territórios de Luta.

Na trajetória que se desdobra também nessa campanha, percorremos, dialogamos e refletimos junto com diversas mulheres para construir compreensões coletivas sobre essa realidade. Percorremos a Zona Oeste do Rio de Janeiro; a cidade de Volta Redonda, no estado do Rio; alguns territórios de Minas Gerais, como Brumadinho, Catas Altas, Muriaé, Mariana e Serra do Brigadeiro; a realidade do Complexo Industrial de Suape, na região metropolitana de Recife, em Pernambuco; o caminho do minério que percorre desde

o Pará até a saída do mar no Maranhão, nos territórios de Canaã dos Carajás, Paraopeba, Açailândia e São Luiz; e as terras invadidas do Pará, como Altamir e Oriximiná. Além disso, também pensamos junto a mulheres que trazem suas vidas e caminhos desde a Bolívia, Chile, Peru, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e tantas outras trocas vividas por outros territórios e articulações latino-americanas.

São trocas que partiram, sempre, da construção de afetos, de relações de confiança e de diálogos sinceros e respeitosos com as histórias e dores trazidas por cada companheira e suas coletividades

> A Campanha Mulheres Territórios de Luta trará assim a potência de vida e luta dessas mulheres-territórios em forma de imagens, textos, vídeos, ilustrações, fotos, cartilhas, livros, falas, debates, lambes, anedotas, mitos, risos, de tudo um pouco. Será o pulsar luta e vida no ecoar de vozes de muitas mulheres. São

BERTAS, MARIELLES, NICINHAS, ANAS, VERAS, SANDRAS, ANGELAS, SILVIAS, TERESAS, RAQUEIS, PANCHAS, LUIZAS, SARAS, ROSAS, E TANTAS OUTRAS.

ENTREVISTA COM TERESA BOEDO:

Defensoras de direitos humanos na América Latina: os feminismos, o corpo e o cuidado integral no centro da vida e da luta” [1]



Teresa Boedo é ativista feminista e defensora dos Direitos Humanos, co-diretora da Iniciativa Mesoamericana de Defensoras de Direitos Humanos. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Marina Praça e a edição do texto por Isabelle Rodrigues



PACS: O que é luta para você e o que te move?

Teresa: Sou ativista desde muito jovem, natural da Galiza, uma região no noroeste da Espanha. Também nasci em um lugar com muitos privilégios, mas também com muitas desigualdades. Desde pequena estou no ativismo, minha formação sempre me orientou a trabalhar com mulheres, desde muito jovem e de uma forma muito organizada, mas também muito necessário para mim. Sempre digo que o feminismo salvou minha vida, de muitas maneiras, mas também conseguiu me tirar de transes e enredos muito complexos. A aproximação ao feminismo foi orgânica. Estive em diferentes espaços, mais territoriais, mais específicos, de diversidade sexual, de diversidade funcional. Tenho trabalhado muito com organizações e povos originários, e sempre estive em espaços de articulação em redes e na luta pelos corpos das mulheres, por justiça para as mulheres, pelo bem-esta. Isto é construir um sonho emancipatório que nos permita viver coletivamente, nós mulheres, e atender aos impactos e desgastes que este sistema patriarcal, racista e capitalista tem sobre nossos corpos, nossas emoções, mentes e energias.

Bom, para mim a luta é isso: articular, compartilhar, me enredar, pensar junto. É construir uma ação política entre as mulheres. O feminismo sempre foi meu espaço de luta, meu protetor, meu quadro político e minha proposta.

Também estou misturando minha carreira, ou seja, participei de diferentes processos de criação de metodologias feministas, de sexualidades diversas, de processos multiculturais, de reflexão e ação conjunta, de fortalecimento institucional, de criação e construção de pensamento político. E mais recentemente estou entrando no tema da cura da violência estrutural, como o cuidado tem que ser uma prática cotidiana, política, cultural e organizacional para construir esse bem-estar, fortalecer as redes da vida, transformar memórias corporais, sistêmicas, ancestrais, e dessa vida que todas nós levamos, certo?

1. A entrevista com Teresa Boedo foi dividida e publicada em duas partes no site e no Medium do Instituto Pacs. Entrevista realizada em dezembro de 2019, a 1ª parte publicada em agosto de 2020 e a 2º parte em abril de 2021



PACS: Então, o feminismo está no centro da sua vida e luta? E a perspectiva do corpo, onde entra?

Teresa: Bem, se eu sou uma feminista pela autonomia, liberdade e emancipação das mulheres e procuro desmantelar, curar e destruir o sistema patriarcal heteronormativo como um paradigma onde todos os sistemas de opressão se sobrepõem, o racista, o capitalista, etc.

E sobre o corpo, eu acho que o assunto do corpo aqui é um ótimo tema, na verdade. Em outras palavras, para mim é um processo de constante transformação e reencontro. Sempre digo que estou em um processo de reencontro constante comigo mesma. Ainda mais agora, no contexto de um ressurgimento da violência em nossos países, onde estamos sentindo mais os impactos de toda essa violência sistêmica, o corpo assume uma posição prioritária para mim, para minha luta e, portanto, para a luta de todas. Porque é nele onde vemos muitos impactos e condições que devem estar na base para a construção da nossa proposta emancipatória, porque é no corpo onde todos os impactos do trabalho, do ativismo se refletem na energia, emocional, intelectual, e a nível físico. E é onde devemos começar a trabalhar. E para mim, colocar o corpo no centro, cuidar da vida, viver bem, ou seja, o corpo tem um papel fundamental, é peça chave nesse sonho emancipatório.

PACS: Onde está a arte em você e em suas coletividades? Quais potências a arte traz?

Teresa: No que diz respeito à arte, me parece que cada vez mais estamos nos aproximamos de propostas artísticas capazes de transmitir esse sonho emancipatório que temos, porque nós, mulheres, estamos ligadas à capacidade de criar e a arte vem muito com essa habilidade, que sempre nos associou com a capacidade de criar vida. A energia criativa que as mulheres têm é aquela que tem múltiplas manifestações por trás da arte, certo? Acredito que sejam múltiplas ferramentas que nos ajudam a realizar nosso sonho emancipatório e nosso bem-estar. Porque é por lá que também nos permitimos deixar ir, nos expressamos e é uma forma muito das mulheres, porque também implica coletivizar, implica deixar ir, implica cura.

PACS: Em seu corpo, de onde você sente que vem a sua força e onde você sente mais o impacto, a dureza?

Teresa: Acho importante falar nisso, eu tenho endometriose, que é supostamente uma doença que dizem que é crônica. Eu resistia muito em aceitar isso e tive que trabalhar muito nessa condição. Mas para mim, tudo realmente se manifesta no útero, primeiro se manifesta lá, nas genitais. Sinto também dores de cabeça e enxaquecas e toda a questão da indigestão que tem a ver com não ser capaz de digerir tanta merda ... abarriga incha, diarreia constantemente e, além disso, dores musculares, ombros, cotovelos, articulações.

PACS: E sua força, vem de onde?

Teresa: Coincidentemente, também vem do útero. É o ponto mais vulnerável, mas ao mesmo tempo é o mais forte, porque é nele que me recupero, é onde me torno ciente, é onde recupero a minha força criadora.

PACS: Como você se cuida, o que é cuidado para você? Como você vê o cuidado? O que te deixa doente e o que te cura?

Teresa: Neste momento, me sinto muito desafiada a esse nível, devido ao stress e responsabilidade com o que lidamos. Estou em um momento no qual tenho que fazer muitos ajustes no meu dia a dia para ficar minimamente saudável. Neste processo de reflexão, porque o que quero dizer é que não fiz tudo, longe disso, para mim é um processo de reflexão constante. O cuidado tem que ser algo cotidiano e que necessita ser trabalhado em diferentes níveis. Pessoalmente, estou trabalhando na minha nutrição como um dos primeiros elementos que me causam cuidado e bem-estar. Estou trabalhando no nível corporal, preciso caminhar, correr, nadar, fazer algum tipo de massagem, etc. Quer dizer, estou dizendo a você como dimensões, não é que eu pratico tudo, quem dera! Essa dimensão, aquela primeira da comida e do corporal, que diz respeito ao corpo por fora e ao corpo por dentro, tem a ver com um trabalho emocional, preciso de um acompanhamento terapêutico, seja transpessoal, terapia integrativa, algum tipo de terapia emocional que me permita colocar tudo no seu lugar, ter um espaço para catarse, etc. Conhecer meus medos, minhas frustrações, minhas emoções. Tenho que trabalhar no nível energético e isso é algo que sempre esquecemos e acredito que os povos

originários continuam nos ensinando e nos dando ferramentas nesse sentido. Em outras palavras, há uma questão do campo de energia, do espaço vital, da energia da sua casa, do seu espaço de trabalho, e tal, que temos que seguir... Que preciso trabalhar nesse nível. Limpar a casa, limpar o espaço, tomar banho de arruda, fazer algum tipo de aspersão, seguindo o calendário maia, certo? Atender às energias do momento, tê-las presentes, fazê-las conscientes, entender que não sou o centro do mundo, que existe um sistema que está aqui funcionando, que é uma energia que devemos honrar e agradecer.

Então, para mim, o cuidado também tem a ver com estabelecer limites no trabalho, no ativismo, na luta, porque a gente tem a tendência de nos abandonar, de nos desgastar. Eu falo porque eu faço constantemente. Na sexta-feira passada fiquei louca, não parei e meu corpo me impediu com cólicas menstruais, porque meu útero sabe quando não aguento mais, mas eu continuo e continuo, meu útero me diz "Eu vou pegar você com uma mega cólica para você ter que parar um pouco." E aí está quando entra com todo esse poder que não há escolha senão fazer, então me obriga a abaixar meu corpo, me obriga a parar e por limites. Ou seja, no plano intelectual e mental, aprender a colocar limites para trabalhar, saber dizer não, saber dizer sim ao que é bom para mim, saber quando tenho que parar, continuar aprofundando com esse conhecimento, aclarar sobre o que me faz bem e o que não me faz bem.

Ter cuidado se não trabalho em todas essas dimensões, por mais que ande meia hora por dia, não é o suficiente para mim. Pra mim é uma questão integral, tem que ser do dia a dia, agora estou conseguindo refletir sobre isso e ter mais dinâmica, porque dentro das organizações a gente precisa coloca o cuidado no centro, entre as companheiras e de cada uma para si mesmas, isso é urgente...



Também num trabalho virtual que a gente faz, como cuidar, porque não estou olhando para você, como respeitar os limites umas das outras... também tomar cuidado nesse sentido... e como continuar nos fazendo tema de discussão porque precisamos do apoio das nossas organizações para nos conscientizarmos disso.

Bom, para mim, cuidar é um ato de justiça, que tem a ver com estar no mundo, cuidar da vida.

PACS: Você pode falar de maneira geral sobre o contexto centro-americano em relação aos megaprojetos, sua forma de operação, impactos e as relações de poder que sustentam esses empreendimentos?

Teresa: Então, o que eu queria aportar a respeito do aprofundamento do modelo extrativista na região e dessa necropolítica a qual estamos submetidas, é que há efeitos de violência, de despojo, de deslocamento forçado e repressão cada vez mais elevados contra comunidades inteiras, sobretudo comunidades indígenas, campesinas, afrodescendentes. Isso é uma tendência em que a violência é progressivamente maior e está forçando esse deslocamento massivo, cujo reflexo também vemos agora mesmo em caravanas migrantes na região. Essa luta também se faz sustentável pelo controle dos recursos naturais a partir dos territórios em que as pessoas estão saindo massivamente e isso é importante mencionar. As mobilizações, ou as forças de mobilização, a favor do direito à água, como em El Salvador e também na Guatemala, a partir da aprovação da Lei da Água, como no México, com tudo isso do novo Trem Maia e a exploração dos recursos naturais por um megaprojeto turístico; sofreram com a repressão e a forte violência por parte do Estado e das empresas extrativistas. Cada vez mais, essa violência e essa repressão aumentam, ademais, sem nenhum custo político. E também vemos que há um recrudescimento desses conflitos territoriais. Já não são lutas que permanecem nos territórios, mas os atores que neles intervêm se tornam muito mais complexos. Esse modelo extrativista também está se estendendo e expandindo na região graças ao maior poder que as forças armadas vão tendo nos diferentes Estados. Estão devolvendo o poder às forças armadas e aos militares e isso está provocando um controle territorial por parte dos militares, forças policiais e paramilitares. Dou como exemplo o caso de Honduras, El Salvador e agora mais recentemente na Guatemala, onde os governos estão crescentemente aderindo a uma política de ampliação das tropas de elite, tanto da polícia como das forças armadas, outorgando, fazendo processos de recrutamento massivo, aumentando as forças armadas do país em mais de 10 mil, 15 mil, 20 mil efetivos nos diferentes países. O que também nos preocupa muito nesse processo é o vínculo com a inteligência israelense, a presença de Mosak e a compra de armamento e equipamento bélico dos Estados Unidos.

Por exemplo, em Honduras o exército acaba de receber 4 milhões de dólares para o agronegócio. Desde quando o exército tem competência a nível de agricultura nos países? Então se firmam convênios desse estilo que fazem, unicamente, perpetuar ou facilitar um controle territorial por parte das forças armadas. E o que estamos vendo com muito horror é o aumento das diferentes tropas de elite. Cada vez inventam uma nova polícia — "direção policial de não sei o que", ou seja, justamente para permitir essa presença que é maior, claro, a nível territorial. Também vemos que as políticas neoliberais recentemente aprovados nos países centro-americanos reduzem o orçamento em educação, em saúde, e o aumentam em temas de investimento estrangeiro e para as forças armadas, o que está aprofundando cada vez mais a desigualdade e o empobrecimento da população.

Esse modelo extrativista também se estende na região e prevalece em nossos países porque é fomentado por parte de atores do Estado. Isto é, com níveis de corrupção e impunidade enormes, para os quais, como dizia, não há nenhum custo político, o que faz com que esse modelo possa se amplificar. E, bom, o que vemos com maior preocupação é que esses conflitos territoriais estão vindo acompanhados cada vez mais de processos de criminalização e judicialização dos defensores da terra, do território e dos bens naturais. Agora vamos apresentar um informe mesoamericano dos últimos três anos (2017, 2018 e 2019), no qual vemos um aumento dos assassinatos especialmente de integrantes e líderes de movimentos campesinos indígenas, a frente de processos de defesa dos recursos naturais, como é o caso de Honduras e Guatemala. Preocupa, principalmente, o nível de assassinatos, mas o que vemos é uma maior judicialização e criminalização em todos os níveis, especialmente das companheiras que estão em defesa do território. Entendendo aqui a criminalização como um fenômeno que se demarca não somente dentro do poder judicial ou do sistema judicial, mas que vai desde campanhas de desprestígio, difamação, estigmatização do trabalho das mulheres defensoras, ameaças, assédios, ou seja, também por parte da comunidade interna às organizações. É um fenômeno que nos preocupa muitíssimo. Esses elementos se ampliam diante da permissividade, que o modelo extrativista está tendo na região.

PACS: Como a lógica patriarcal se relaciona com o modelo de produção extrativista neoliberal?

Teresa: Para começar, temos um mapa de atores muito complexo e obviamente patriarcal desde o momento em que vemos uma imbricação de atores estatais e paraestatais, mas também do narcotráfico. A região tem muita força e presença dos narcotraficantes, dos cartéis e las maras[2], e isso se imbrica com os poderes estatais. No entanto, há também nos Estados fortes vínculos com atores evangélicos e neopentecostais, que são historicamente patriarcais e abertamente antifeministas. E que se veem vínculos fortíssimos nas estruturas do Estado, mas também nos poderes militares e elites político-econômicas dos países. Não queremos perder isso de vista, mas também gostaria de mencionar o fato dos mecanismos regionais de direitos humanos estarem liderados por pessoas abertamente antifeministas e antigênero, contrárias ao debate sobre a desigualdade de gênero na região. Faço menção ao Magro da OEA[3], com sua agenda completamente ambivalente com relação aos direitos humanos, com um papel nefasto, sem ser capaz de se posicionar contra as repressões violentas dos Estados e tirando foto com atores bastante duvidosos em toda a região até Nicarágua, mas também na Guatemala e em Porto Rico. Para nós, o intervencionismo e as políticas neocoloniais por parte dos EUA da era Trump têm aumentado. Me parece que há um peso super patriarcal e neocolonial que temos também na região e que tudo isso igualmente vem acompanhado de uma profunda crise da esquerda, em que os aliados dos movimentos sociais ou a sociedade civil organizada estão desvirtuados. E o vemos com respeito à situação em Nicarágua, onde houve uma total negligência por parte das forças de esquerda em falar de uma crise sociopolítica no país.

PACS: Podíamos reproduzir a mesma análise de conjuntura sobre o Brasil também.

Teresa: Sim, e é o que falávamos, o tema da ideologia de gênero como um guarda-chuva antifeminista. Outro dia tivemos uma sessão com uma compa brasileira chamada Sonia Correia, que está realizando uma investigação com todos os atores antifeministas na região. Foi um webinar espetacular! Porque pensávamos que era uma coisa que saiu liderada pela igreja católica, mas não. Aqui houve uma imbricação de atores. Ou seja, há um efeito aglutinador bem pensado e bem estruturado de pensa-

mento não tão radical ou extremista, ou conservador, porém que conseguiu através de campanhas como, por exemplo, "não se meta com meu filho"[4], que alcançaram um efeito aglutinador de atores que não necessariamente estavam originalmente em uma posição antifeminista ou antigênero, mas que foram conduzidos. Foram construindo essas ofensivas, na medida em que fomos avançando em nossos direitos. Ademais, para nós o perigoso é que tudo isso não vem somente da igreja católica, evangélica e etc. As ofensivas antigênero são igualmente apoiadas por empresas nacionais e internacionais, para seguir conseguindo influências nos diferentes territórios. Uma reflexão necessária é sobre como se imbricaram com esses diferentes atores, incluindo aqui também o crime organizado, para conseguir essa influência, essa presença.

2. Las Maras é uma referência as gangues existentes em El Salvador.

3. Organização dos Estados Americanos.

4. Referência a campanha promovida pela ultradireita que, dentre outros efeitos, busca retirar conteúdos críticos sobre a desigualdade entre gêneros dos currículos escolares, a partir do guarda-chuva da ideologia de gênero.

ENTREVISTA COM ROSIMERE NERY:

A resistência de mulheres negras aos megaprojetos em Pernambuco[1]



Rosimere Nery é educadora popular da FASE Pernambuco e integrante da coordenação do Fórum Suape. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Marina Praça e a edição de texto por Isabelle Rodrigues.



PACS: Rosimere, o que é luta para você? Nos conta um pouco da sua história?

Mere: O que me move a estar na luta é me indignar com algo, quando eu me indigno, eu entro de cabeça. Para mim, a minha história tem três fases. A primeira, quando eu compreendi aos 17 anos a qual classe eu pertencia. Eu me questionava sobre por que as outras pessoas tinham e eu não podia ter. Quando tive que largar a universidade, percebi que eu tinha uma classe e a essa classe não era permitido fazer academia, eu era obrigada a trabalhar para poder me sustentar. A minha segunda descoberta foi quando eu comecei a trabalhar com movimento sindical. Nesse espaço eu via que as mulheres sempre tinham o lugar da organização, das finanças... Na verdade eram elas que faziam tudo, mas quem liderava, quem recebia as glórias, eram os homens.

Depois, quando me descobri negra, como mulher negra, aos vinte seis, vinte sete anos de idade, foi uma coisa bem estranha... porque como eu entrei na luta muito cedo, minha luta era por direito, por salário, por igualdade. Foi quando eu comecei a ver que existe uma questão de gênero, raça e classe que determina o lugar onde você está. Comecei a perceber também por que nas favelas a maioria é de pessoas negras, por que nas comunidades pobres a maioria são pessoas negras, por que a polícia só faz baculejo em pessoas negras. Foi aí que eu me descobri negra. Diferente dos meus filhos, os dois se descobriram negros desde bebê, porque eu estou sempre dizendo.

PACS: Como foi se descobrir mulher e mulher negra?

Mere: Eu só percebi por que as mulheres sempre tinham funções. Quando a gente ia para algum espaço, tínhamos funções, quando a gente ia discutir na chapa do movimento sindical, sempre era para sermos secretárias, mas tesoureira nem sempre, porque dinheiro era no poder dos homens, assim como a presidência. Foi assim que comecei a perceber que tinha um lugar que davam para as mulheres e que era esse lugar da organização, que era um pouco repetir o que a gente já fazia em casa, na família, no privado, o cuidar, o organizar.

1. Entrevista realizada em dezembro 2019 e publicada em junho de 2020.

Para mim a luta de ser feminista é diária, porque ser feminista não é só dizer que sou. É uma luta todo dia, porque tem momentos que se você não cuidar, você reproduz o machismo, que é uma coisa dada, que é o jeito nosso de ser mãe. Pensar sobre isso é pensar sobre a minha mãe, ela nos mostrava que somos negras. Hoje eu entendo que era isso o que ela queria dizer, por isso que a gente tinha que ser muito boa. Não podia nunca pegar em coisa de ninguém, nunca deixou a gente trabalhar na casa de nenhuma família para não ser escrava de ninguém. Ela sempre dizia "Vocês nunca vão ser escravas de ninguém, "Enquanto eu tiver vida, a gente vai se sustentar!". Ela sempre disse que trabalhar em casa de família era sempre escrava da família. Ela preferia lavar roupa manhã, tarde e noite, e manter a gente tudo em casa ajudando no trabalho, mas em casa.

Minha mãe é uma figura super importante para mim, na minha formação, nos meus princípios, na minha indignação, em ajudar as outras pessoas e a entender que o nosso corpo, de mulher negra, é o corpo do trabalho. Eu pensava que eu não tinha nenhum trauma da minha infância, por não ter as coisas, por exemplo, mas eu tenho em relação a minha vida de mulher. É nesse sentido que eu digo que minha mãe me ensinou algo muito importante, mas que também me deixou marcada, com algo que traz dor. Ela ensinou a gente a trabalhar, sabe como é? Trabalha, trabalha, trabalha, e não cuidar de mim, de meu corpo, nunca dizer assim "Tô cansada. Não aguento!". É muito difícil fazer isso, para qualquer que seja a pessoa.

PACS: Rosimere, falando sobre o Complexo Industrial de Suape[2], em Pernambuco, quais são os principais impactos desse megaprojeto no território e na vida das mulheres de lá?

Mere: Quando eu cheguei na FASE, em 2012, o Complexo estava com muitas obras, a instalação da refinaria e outras atividades ocorrendo naquela região. Nesse mesmo período, estive lá em um final de semana a passeio. Fui à praia e, ao chegar, fiquei enlouquecida com a quantidade de homens ali. Imagina um lugar daquele tamanhinho com mais de 10 mil homens dentro. Eram tantos homens que você não conseguia passar sem ser permanentemente assediada. Era uma coisa louca!

2. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros — SUAPE, localizado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, no estado de Pernambuco. Ocupa atualmente uma região de aproximadamente 13.500 hectares.

Quando cheguei na semana seguinte na FASE conversei com a Adelmo Barros, na época coordenador da Fase, que acompanhava essa frente, e começamos a dialogar sobre o Complexo do Suape a partir do que é ser mulher num território que estava totalmente invadido por homens. Homens que se achavam massa, perfeitos, eles eram tudo. E as mulheres não eram nada, entende? Eles assediavam de uma forma que era abusiva demais. Foi a partir desses diálogos que o Centro das Mulheres do Cabo fez um estudo sobre a questão da prostituição e o aumento da prática no território a partir da implementação do Complexo Industrial.

Eram muitos casos de estupros, muitas meninas enlouquecidas com os homens porque esses homens que chegavam lá pareciam que lhes proporcionariam uma situação ótima. Eram homens de todo o Nordeste e do Sul, que eram os que tinham casas melhores, e eles faziam o que queriam, que estava "tudo certo". Nesse processo também começaram a chegar diversas drogas em uma velocidade muito grande naquelas comunidades. Agora você via crack e cocaína, um aumento no uso e no consumo de drogas muito grande e, consequentemente, o aumento da violência.

O Cabo começou a aparecer muito na mídia nacional como o município mais vulnerável para jovens negros morarem. E são as mulheres que têm, até hoje, os chamados Filhos do Vento, que são as crianças que nasceram de homens que diziam um nome qualquer, e que depois foram embora, e deixaram meninas grávidas e sem nenhuma referência ou contato.

O Centro fez um levantamento que apresenta o número de meninas que ficaram grávidas que não sabem quem é o pai. E isso fora os estupros que ocorreram. Isso é um impacto muito direto na vida dessas mulheres.

PACS: Sabemos que uma das principais atividades dessa região é a pesca. Como a chegada desse megaprojeto impactou a vida das pescadoras?

Mere: O impacto na vida das mulheres pescadoras, as mulheres que trabalham com marisco, com sururu e outros frutos do mar também foi grande. Com a ampliação do porto as mulheres não têm mais onde pescar. Diante disso, elas começaram a se organizar em grupos, alugavam uma kombi e iam pescar em Mangue Seco, que fica em outro município, Igarassu, no litoral Norte. Então saíam de lá do Cabo — onde tinha bastante sururu, ostra — e iam pescar em outro lugar. Muitas mulheres tiveram que fazer isso e era extremamente pesado para elas. Pesado no ponto

de vista que elas tinham que deixar as crianças, pesado no ponto de vista financeiro, porque elas tinham que alugar um transporte. Além disso, o cansaço, porque quando elas voltam com o pescado, como os mariscos, têm que cozinhar, fazer tudo que elas já faziam quando elas pescavam ali na porta de casa, como elas falavam. Então nesse processo, o impacto na vida dessas mulheres foi enorme.

PACS: E para as mulheres que vivem da agricultura?

Mere: Para as mulheres que trabalham com a captura, com a colheita de frutas, que são as agricultoras, também foi impactante. Primeiro devido à retirada de famílias. São 25 mil pessoas retiradas do território e esse número deve ter aumentado, porque agora mesmo a Ilha de Cocaia está sendo retirada, a Ilha de Cocaia está sendo retirado, já tinham retirado as famílias da Ilha de Tatuoca,nós do Fórum Suape ainda estamos trabalhando nesse levantamento. Com a chegada de todas as empresas, mais de 100 naquele território, as políticas públicas que tinham continuaram as mesmas. Se você tem água três vezes por semana, por exemplo, para um número x de pessoas e essa quantidade se mantém após o aumento do consumo, é necessária uma ampliação no abastecimento. E os postos de saúde do mesmo jeito, não tiveram uma ampliação. Falam que o plano diretor de Suape foi feito, mas na prática você não vê as políticas públicas desse território ampliadas. Houve a ampliação econômica das indústrias e do comércio que chegaram no território, mas isso não significou melhora na qualidade de vida das pessoas, até porque dos postos de trabalho gerados, 1% eram ocupados por mulheres. Nesse 1%, os trabalhos eram de cozinha, limpeza, faxina ou atividades afins. Poucas mulheres conseguiram trabalhos que não fossem precarizados ou de serviços domésticos. Isso falando das mulheres do território, porque tinham outras mulheres que vinham de fora. Teve uma que veio da Alemanha, uma mulher negra inclusive, que trabalhava com navio, mas são poucos esses casos. Para as pessoas do território, apesar do discurso de melhoria de vida para a população, a realidade é ao contrário! A qualidade de vida delas piorou, como foi o caso da retirada das pessoas da Ilha de Itatuoca, em que retiraram uma comunidade inteira, e agora a Ilha tá lá vazia.



PACS: E quais são os impactos à saúde e à saúde mental dessas mulheres?

Mere: Muitas pessoas adoecidas. Especialmente as mulheres tiveram e ainda têm muitos problemas com a questão da saúde mental. Primeiro pela própria forma que a milícia se comportava com os moradores das ilhas, das comunidades. Eles fechavam as áreas e elas não podiam passar para poder pescar, por exemplo. Eles fechavam a passagem para ir buscar água, então você tinha que fazer caminhos maiores e, normalmente, quem vai buscar água são as mulheres. Mulheres que vão buscar água para lavar prato, lavar roupa, dar banho em menino, fazer comida, então para elas também, além de todo esse processo, aumenta o trabalho.

PACS: Diante disso tudo, de onde você acha que vem a sua força e a das mulheres de Suape?

Mere: Das outras mulheres. E principalmente de olhar para elas e ver que, numa situação muito mais difícil de vida, elas conseguem. Vem de fazer esses trabalhos para as mulheres, de ver essas mulheres rindo, dançando, isso me dá não só a força, mas me dá o oxigênio para respirar. Se você pega essas lideranças, especialmente as mulheres pescadoras agora que eu estou muito próxima, e mulheres catadoras também, que são duas categorias extremamente invisibilizadas, talvez as catadoras muito mais ainda, muito mais massacrada do ponto de vista de trabalhar diretamente com lixo, com o que as pessoas jogam foram, e mal tratadas pelas pessoas quando estão executando o serviço. São mulheres que quando a gente está junto, rindo e conversando, é maravilhoso. Acho que é o coração que me move. Eu passei por muitas coisas difíceis na Zona da Mata de Pernambuco, e nunca desisti, sempre tive vontade de estar participando, estar lutando pelos direitos. Isso independe de quem seja, mas logicamente, quando é do meu povo, eu me sinto mais atrevida com relação a questão da política.

PACS: E o feminismo?

Mere: É uma coisa impressionante, porque vem de dentro dizer o que é ser feminista. Para mim e para elas. É dizer para marido: "Lave a sua cueca! A partir de agora não lavo mais". Você imagina isso? Então uma mulher a vida inteira teve a obrigação de lavar a cueca, chegar a esse ponto e dizer: "Eu não estou pedindo não, eu só tô te avisando que eu vou pra uma reunião". Isso é o que me dá o oxigênio para estar na luta.

PACS: Para finalizar, como seguir nessa luta?

Mere: Acho que o grande foco nosso hoje é nos unirmos e enfrentar a dor com alegria. Atravessar esse momento em que as pessoas só trazem e só pensam coisas tristes, além do que já se vive no cotidiano. Normalmente as pessoas vão embora da luta, porque também ninguém aguenta. Então isso tem feito com que nos coletivos que eu tenho atuado, que é a Rede de Mulheres Negras e o Fórum de Mulheres de Pernambuco, nós buscamos tratar isso de uma outra forma. Tratar da questão política dura, mas também trazer a leveza, a alegria e o cuidado entre nós. Nos juntar para rir, dançar, compartilhar práticas de cuidado, coisas boas, alegres, que nos energizem. Para mim, não soltar a mão de ninguém tem uma dimensão que é muito profunda, é se escutar de verdade, estar juntas, discordar e se fortalecer.

PACS: Diante disso tudo, de onde você acha que vem a sua força e a das mulheres de Suape?

Mere: Acho que o grande foco nosso hoje é nos unirmos e enfrentar a dor com alegria. Atravessar esse momento em que as pessoas só trazem e só pensam coisas tristes, além do que já se vive no cotidiano. Normalmente as pessoas vão embora da luta, porque também ninguém aguenta. Então isso tem feito com que a Fase tenham realizado encontros para discutir autocuidado, porque as pessoas com quem trabalhamos estão demandado essa necessidade, e nos coletivos que eu tenho atuado, que é a Rede de Mulheres Negras e o Fórum de Mulheres de Pernambuco, nós buscamos tratar também do auto cuidado. Tratar da questão política dura, mas também trazer a leveza, a alegria e o cuidado entre nós. Nos juntar para rir, dançar, compartilhar práticas de cuidado, coisas boas, alegres, que nos energizem. Para mim, não soltar a mão de ninguém tem uma dimensão que é muito profunda, é se escutar de verdade, estar juntas, discordar e se fortalecer. É a irmandade entre nós.

ENTREVISTA COM ANA LAIDE BARBOSA:

Potências ancestrais às margens do Xingu[1]



Ana Laíde Barbosa é integrante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, que luta contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte instalada no Rio Xingu em Altamira, Pará. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Marina Praça e a edição do texto por Isabelle Rodrigues.



PACS: Ana Laíde, nos conte um pouco da sua história e o que é luta para você?

Ana: Sou Ana Laíde Soares Barbosa, pescadora, nascida às margens de um rio chamado Tauá, no município de Santo Antônio do Tauá. Eu sou banhada pelas águas doces e pelas águas do mar. Sou filha de pescador, pescadora, de agricultores. Sou filha de povo escravizado. Meus bisavós foram escravizados, acorrentados e levaram desse mundo as marcas das corrente em seus corpos. Nós não dizemos lutar, porque nós estamos parados no nosso espaço e tempo, convivendo naturalmente com a natureza, com água, com a floresta. Por que a gente brigaria com a água, se ela nos alimenta? Por que a gente brigaria com a floresta, se ela nos dá tudo que precisamos? Nós não lutamos, nós nos defendemos. Quem luta é quem quer se apossar dos nossos corpos, águas e florestas. Eles é que lutam e que fazem a guerra contra nós. Nós não. Estamos aqui.

PACS: E o que te movimenta nessa defesa?

Ana: Quando tiram, derrubam ou cortam uma árvore é como cortar um dedo nosso. Nós sentimos dor. E quando sentimos dor nós nos defendemos. E é isso: a gente se defende.

PACS: Como e quando você se entendeu mulher ao longo da sua trajetória de vida e de defesa?

Ana: Quando fui violentada, eu ainda era criança. Percebi como querem nos transformar em objeto de prazer sem perguntar. Assim como a natureza também é destruída por puro objeto de prazer. O que é do chão para nós não vale nada, mas para quem derruba as árvores elas

1. Entrevista realizada em novembro 2019 e publicada em junho de 2020.

se transformam em carros do ano, nas melhores roupas finas, nos melhores apartamentos, em condições de viajar o mundo todo. Apenas pelo prazer, por objetos, pelo individualismo, para poder dizer que "pode" alguma coisa nesse universo, nesse mundo. Só por isso.

PACS: Você se vê nas mulheres do passado?

Ana: Eu sou movida hoje por frases, imagens, pelo acalanto da minha vó e da minha bisavó. Eu não entendia por que que elas repassavam códigos e lições de como lidar com a natureza. Como pisar o primeiro momento na terra ou passar por cima de uma grota de água, ou entrar numa mata mais fechada. Eu não entendia e a gente chamava de sermão, por que todo aquele sermão? Fui crescendo com isso e comecei a perceber que era simplesmente porque a gente não podia desrespeitar os mais velhos. E os mais velhos eram eles: a árvore, a mãe água, a mãe natureza, a terra. Então tinha que pedir licença! Nós também fomos criadas pedindo licença e tomando benção dos mais velhos e foi esse caminho que eu segui ensinada por elas. Por elas... Eu me vejo sim, nelas. Eu sou continuidade disso.

PACS: Quando a gente fala desses megaprojetos de morte, que vem avançando sobre os nossos corpos, sobre os nossos territórios, quais são os megaprojetos que você enfrenta diretamente? E como que você sente a presença dos impactos deles?

Ana: O maior que enfrentamos hoje chama-se Belo Monte. É a barragem feita no Rio Xingu, na volta Grande do Rio Xingu. O segundo maior projeto é a Belo Sun, a mineradora canadense que também está se instalando na volta grande do Xingu. Todos aqueles projetos, que para mim não são megaprojetos, são projetos de morte e projetos de morte não cabem nesse mundo. Não cabem numa vida onde a natureza está aqui fazendo seu equilíbrio conosco. Não cabem porque destroem e matam. Não existe compatibilidade desses projetos com o nosso. O nosso projeto é um rio livre, é um rio cheio de peixe com suas águas de manejos, com tudo que ele pode oferecer para nós. Um rio com seres vivos, seres encantados, visíveis e invisíveis. Então, é a natureza. Esse é o nosso projeto, sabe? Quem faz esses projetos de morte são ocos por dentro. Eles não têm solidariedade, não têm humanidade, não tem sentimentos. Aonde eles devem estar? Talvez seja nesse concreto, porque eles são como pedra.

PACS: E quando você vê um empreendimento como esse da Belo Monte, secando o Xingu, como é que você encara?

Ana: Eu sinto a morte. Eu sinto que eles [os encantados] estão em agonia, porque o local que estavam está sendo removido e destruído, então eu sinto a dor deles também. E eu fico me perguntando: "Aonde é que nós vamos nos encontrar?" Porque aqui era o território sagrado deles. E agora, onde é que estão? Onde vamos nos encontrar novamente? Isso fica na cabeça. Onde está a Cobra Grande? Onde está o Boto? Onde está a Iara? Aonde está o Curupira? Onde está a Matinta? Eles estão em agonia. O espaço deles está sendo violado. Sempre gosto de fazer uma comparação para o povo branco colonizador. Se o cemitério, que é um local sagrado para os entes deles que estão enterrados lá, fosse violado qual seria o sentimento deles? Será que eles iriam ficar quietos e sem reagir? O que eles iam fazer? E por que eles têm o direito de vir violar os territórios sagrados dos nossos povos? Por que eles têm o direito de vir violar o local sagrado dos nossos antepassados? E ficar por isso? Se fossemos nós fazendo isso nós seríamos enquadrados na lei de terroristas. Nós seríamos presos, confinados, mas eles não passam pela mesma lei que nós. A lei deles é diferente da nossa. Quem nos protege são os nossos antepassados e os nossos encantados.

PACS: Como foi a sua chegada nesse território e ao Movimento Xingu Vivo Para Sempre?

Ana: Eu já círculo nesse território já faz um bom tempo, mas desde 2014 como membro do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. E, para quem compreende e está perto, é um movimento que se distancia dos outros. Isso me apaixona. O Xingu Vivo não é um movimento que está querendo conduzir o povo, e é por isso eu estou nele. É um movimento que tenta trazer as comunidades e os povos para que possam ser protagonistas da sua própria história, e esse é o seu papel. Não está para ditar o caminho, mas sim para dizer: "Vocês são protagonistas dessa história. Nós podemos colaborar! São vocês que vão dizer aonde a gente pode colaborar". Por isso é um privilégio estar sendo coordenada pela Dona Antônia Melo, porque ela entendeu esse processo e ela rompeu com muita coisa para permanecer. Não é à toa que ela é chamada de deusa do Xingu, porque ela se diferencia de muitas lide-

ranças... Ela nem é considerada liderança, é uma ente viva que percebeu esse processo da história. E é por isso que eu também tenho o poder de escolha e são esses elementos, são essas coisas pequenas, que me fazem ser Xingu Vivo. O Movimento nunca arredou o pé da sua história, nunca mudou de percurso, porque ia privilegiar um ou outro. Ao contrário! Quem tem que ser privilegiado é o povo, são os povos e eles têm nome e endereço. Povos indígenas, pescadores, extrativistas, agricultores, quilombolas, jovens, crianças, mulheres... O povo que é violentado 24 horas nesse território

PACS: Como que você vê o seu corpo no meio disso? O que você carrega no seu corpo?

Ana: Morrendo aos poucos. É pouco de cada coisa. Vamos morrendo junto, mas também ressuscitamos. Assim como a água vai e vem, uma hora está turva, outra hora está límpida, e a gente vai se conectando, e vai ressuscitando, ressurgindo. E carrego a dor. O sofrimento. As lágrimas que brotam. Mas, também, a felicidade de ver a liberdade fluindo, vigorando, renascendo.

PACS: Você consegue perceber no seu corpo, em alguma parte específica, os impactos vividos?

Ana: No meu estômago, ele é o primeiro a sofrer o impacto. Eu sinto dor como se fosse uma gastrite. Já me disseram que é uma gastrite nervosa, mas não é. É a reação que ele tem diante de toda essa maldade que existe no mundo, um mundo doente. Sinto também nos pulmões com as crises de asma. São essas as partes do corpo que mais se afetam diante do sofrimento.

PACS: E você consegue sentir de onde vem a sua força? Você sente no seu corpo?

Ana: Da esperança dos olhos do povo, que mesmo perdendo tudo, ainda acha que pode e acredita em uma possível mudança. E de que um dia eu ainda posso ver o rio correr livre. Que a gente possa derrubar, destruir Belo Monte e que a gente possa restaurar a floresta! No meu corpo vem a força vem do coração! Eu também sinto no meu invisível, porque ele brota. É ele que dá essa força pulsante. Por exemplo, a gente tem que passar por cima disso, tem algo muito mais forte que é ver justamente essa cla-

ridade que a água está turva, está barrada, mas ela pode ir escorrendo aos poucos, deixar fluir como era naturalmente. Então a gente sente isso, também. E como tu expressa isso? Não tem como tu expressar, mas aí tu te movimentas. A tua língua fala muito. Os teus sentimentos falam. Os teus olhos falam. Meus olhos falam quando eu vejo a felicidade e lágrima. Lágrimas também de felicidade, sabe? O abraço apertado. Sentir o outro, é sentir essa energia que está vindo. É isso.

PACS: Como você respira em meio aos conflitos? De onde você acha que tira oxigênio para seguir na luta?

Ana: Primeiro fechando os olhos e buscando o fundo da minha alma, a minha respiração. É pelo sopro que vai se juntar com o vento e que eu o trago de volta para mim, que me oxigena, que me ressuscita e me dá força pra que eu possa continuar.

PACS: A própria luta pode ser um respiro?

Ana: Também, mas é muito mais sobre nos conectarmos e agradecermos pelas pequenas vitórias. A luta é necessária, mas nós não a queremos. Queremos confraternizar pelo belo, o novo, o renascer. A luta é necessária para que não percamos tudo isso e para não nos acomodarmos. Poderíamos deixar tudo "tranquilo", mas não, ela é necessária. Não fui eu que trouxe a luta para minha vida e ainda assim ela começou muito cedo. Começou por causa do coração doente da humanidade que diz que a mulher não pode ter filho fora do casamento. O patriarcado está muito presente nas comunidades tradicionais, mas não foram elas que geraram isso, foi a colonização, o mundo ocidental que trouxe isso para cá. Não tinha isso entre o nosso povo, as mulheres eram livres. Todos éramos, mas impuseram coisas que foram moldando a gente. Trouxeram deuses, regras e leis que não conhecíamos. Trouxeram a falta de ética. Tentaram trazer uma moeda e fazer essa moeda ser a floresta, ser a água, ser os rios, mas essa moeda a gente nem come. Queriam transformar todo o nosso bem natural, tudo que a gente vê no mundo, o vento, o ar, a água, a floresta em uma moeda com a cara de uma pessoa que a gente nem conhece. Não é isso. Não se compra terra. Não se compra a natureza. Não se compra o ar. Não se compra o ser humano. Tentaram fazer isso conosco e ainda tentam, mas a gente resiste.

PACS: E nas coisas bem pequenininhas do dia a dia o que te dá um respiro?

Ana: Está difícil agora, mas é saber que ainda tem pessoas que lutam. É lembrar que tem povos indígenas lutando, que há mulheres lutando, que tem crianças felizes, ainda, brincando no meio da gente. São as pequenas coisas.

PACS: Falando em arte, onde ela está em você?

Ana: Na criatividade! Uma criatividade que não vai para o papel. Uma criatividade que não sei explicar. É uma criatividade que busca despertar a gente! A gente busca dizer que a vida não é morte e que ainda não estamos mortos, que podemos muito mais. É uma arte da linguagem, do saber raciocinar, pensar e trazer tudo que aprendemos com nossos ancestrais, com a nossa floresta, com as nossas águas e dizer: “Vem junto, né? Transforma conosco.”

PACS: E onde a arte está presente nas suas coletividades?

Ana: No pensar. Eu acho que o pensar é uma arte, mas um pensar para o bem e para o bem-viver, para o comum. A arte de pensar isso hoje e para que a gente possa manter o equilíbrio com a natureza, com os seres humanos, com os animais, com a floresta, com o ar, conosco, com os encantados... É uma arte de pensar, que está sendo destruída, estão arrancando a nossa última gota de esperança. Então pensar hoje, brotar isso novamente, é sim uma arte. E essa arte ainda é invisível. Existe arte invisível?

PACS: Quais são as potências?

Ana: O cantar. Eu vi a Luiza Munduruku trazendo forte o canto do Povo Munduruku dizendo “seguindo em frente”. Eu vi a arte da fala do Inaldo Gamela, dizendo: “Venham, cuidem da terra!” Então são esses elementos que essa arte aos poucos brota novamente. Essa arte foi abafada. Tentaram... Tentaram arrancá-la de nós. Tentaram matar, aprisionar, mas não se aprisiona, né?! Se colocar água na sua mão, você consegue guardar? Então, essa é a arte também, ela escorre.

PACS: O que é cuidado para você?

Ana: Cuidado? A Bíblia diz que um dos primeiros mandamentos diz assim: "Amar a Deus sobre todas as coisas, e ao teu próximo como a tu mesmo." Eu quero usar essa palavra e dizer assim: "Amar ao próximo sobre todas as coisas, e aos deuses e às deusas com a todos nós." Porque somos todos de deuses e deusas. Não todos, né? Mas os que estão lutando pela vida, é claro, porque quem luta pela morte não faz parte desse universo, não faz parte desse projeto. Isso é cuidar.

PACS: Como você se cuida?

Ana: Tentando não ter uma crise de asma e pra isso tenho que continuar lutando, respirando a floresta, pisando nela, tocando-a com cuidado, rezando junto com ela, sofrendo junto com ela, mas pegando o ar que ela também me devolve, para os pulmões e renovar esse ar poluído que tá dentro.

PACS: O que te adoece?

Ana: A maldade. E a maldade não é só com o ser humano. Eu fico doente quando vejo uma árvore caindo. Eu choro. Eu fico mal quando eu vejo as pessoas maltratando o próximo. O lugar delas é diferente do nosso, mas não respeitam o lugar que escolhemos para nós. Nós escolhemos estar aqui! Escolhemos viver na Amazônia, ou Amazônia nos escolheu, mas somos um elo. As pessoas criticam isso, destroem porque acham que a gente não tem que estar aqui. Querem expulsar a gente para a cidade. Que coisa! Nós escolhemos isso. Nós queremos isso aqui. É o meu pertencimento.

PACS: E o que te cura?

Ana: A liberdade das árvores e da natureza. A minha liberdade. A liberdade do nosso povo de pescadores e dos indígenas. Sem nos amarrarmos nas coisas que não queremos e estão querendo impor para a gente. Respeitem a gente! Respeitem o nosso modo de viver. Não vamos lá mexer com eles, nem sabemos onde eles moram... então deixa a gente quieto!

PACS: E para finalizar, qual é a força que você traz dos encantados?

Ana: Eu nasci praticamente em um terreiro e eu circulava no meio da mãe Erundina, que é uma encantada. Eu circulava no meio do Rompe Mato que é o encantado das florestas. Circulava no meio do — eu acho que ele é meu grande mestre — Zé Raimundo que é o encantado das águas. Eu circulava no meio deles. Eles brincavam comigo, me protegiam. Sempre trouxe eles comigo, mas também sempre tive muita força. Quando eu vou na mata, quando eu vou na água eu sempre vejo. Sinto que eles estão ali, que estão cuidando da gente, mas hoje eu vejo que eles estão pedindo também, que eles estão em agonia. Eu comecei nessa luta — a que empurram a gente — em alguns lugares sagrados, e eu comecei a vê-los, num momento de mística, de contemplação, do nosso grupo. Então eu me retirava, fechava meus olhos e quando eu abria tinham outros seres que não eram só o nosso povo e eu dizia: "Meu Deus, o que está acontecendo?" E eles estavam lá, e eu disse: "Não, quem são eles?". Várias vezes, eu comecei a enxergar lá, junto com a gente, eles parados, mas fazendo do mesmo jeito que nós estávamos, eles estavam. Comecei a pensar: "´É loucura da minha cabeça? Será?" Eu levei um tempo para entender que eram seres da floresta, das águas, daquele lugar, que estavam ressurgindo com a nossa força e nós estávamos chamando eles também no momento dos nossos rituais, das místicas e dos cantos para as águas, o fogo e a floresta.

ENTREVISTA COM ZICA PIRES:

Ser-natureza como trincheira[1]



Zica Pires é do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Marina Praça e a edição de texto por Isabelle Rodrigues.



PACS: O que é luta para você? Por que você luta? O que te move?

Zica: Lutar é ir contra essas ideologias de morte. Não dá pra pensar em outra forma porque há muitos milênios a gente pensa dessa maneira. Não tinha necessidade de se lutar antes, apenas de viver. Hoje, se luta para sobreviver. E se luta para sobreviver porque há brancos que, de algum modo, são uma raiz estragada dessa nação primeira da qual eu pertenço. Então, lutar é muito complexo. O que me motiva é buscar viver de novo.

Pacs: Como você se identifica como mulher?

Zica: O que é ser mulher, de fato? Porque isso também é uma construção. Ser feminino é uma construção. Eu sei que eu pertenço a uma natureza diferente de outras naturezas. Essa natureza que eu sou hoje vai compor outra que vai vir depois de mim. Eu não sei se eu me descobri mulher, mas eu tenho certeza que eu me descobri natureza. A minha natureza é um fragmento de uma maior. Eu não acredito muito nesses rótulos que passam a dar. Na minha cabeça não funciona assim. Eu sinto que eu sou uma natureza que não precisa de rótulo nenhum.

Pacs: Você se sente atingida por esse modelo de desenvolvimento e os megaprojetos?

Zica: Esses modelos de desenvolvimento atingem no momento em que a gente fala em "des-envolvimento". Essa palavra em si já assassina todas as naturezas. Ela diz que vai separar o que está envolvido. Na lógica é isso: eu vou "des-envolver". Eu não quero. Eu quero estar envolvida cada vez mais. O envolvimento serve, o desenvolvimento não

1. Entrevista realizada em julho 2019 e publicada em agosto de 2020.

Pacs: Como você vê e sente o seu corpo? O que você carrega nele?

Zica: Eu sinto ele como uma parte furiosa de uma natureza maior e que, às vezes, está calmo, em uma tempestade que vai iniciar, mas que de repente escurece e fica tudo tranquilo — porque se clarear dá problema. Às vezes, eu sou a natureza em curso de fúria quando eu vejo violências que são cometidas todo dia, desde sempre. Então, quando eu olho para o que aprendemos de forma mal ensinada a chamar de corpo, eu vejo marcas que não são visíveis, porque não são coisas superficiais, mas que estão dentro. Curioso porque eu olho bastante para essa casca porque ela me faz voltar todo tempo ao passado. Não dá para pensar em um amanhã, que é hoje e que já foi ontem, esse passado, sem olhar para o que está atrás. Eu não posso ir contra o que vai acontecer para frente, mas eu tenho que saber o que aconteceu até esse momento. Ver e rever quantas vezes preciso for esse processo que se deu.

Pacs: Onde e como você sente esses impactos do desenvolvimento no seu corpo?

Zica: Quando eu escuto isso, esse "des-envolver", começa pelos pés, que é raiz. Se te cortam os pés, você não tem mais essa ligação direta, te cortaram as raízes, seu contato maior. Depois eu penso no tronco, como uma árvore arrancada pela raiz. Vão cortando essas raízes e de repente não cortam o tronco, eles partem para os galhos e para a copa. Vão arrancar os galhos que eu entendo como essas extensões, que é como nos seguramos. Depois eles tiram a copa, que é arrancar a cabeça. Depois, violentam o que seria o tronco da árvore e o que a gente chama de tronco também — porque é. É dessa forma. Esse des-envolvimento arranca os pés, arranca os braços, arranca as mãos, arranca a cabeça e depois estupra o tronco.

Pacs: De onde você acha que vem a sua força? De onde você tira oxigênio para seguir na luta?

Zica: A minha força vem dessa ligação. Vem dessa passagem do pé. Se eu não tenho contato, eu não consigo sentir as coisas. Eu tiro oxigênio das folhas, literalmente das folhas, porque é o que ainda tem de puro.

Eu sou uma criatura do mato, então eu primeiro escuto o que tem aqui para depois ouvir o que tem lá fora. Por isso, é importante respirar fundo e ter coragem de ir e lutar. Eu vou porque se eu não luto, eu não respiro, se eu não respiro, que sentido tem? Então eu preciso defender, eu preciso garantir, tanto a minha sobrevivência quanto a dos outros.

Pacs: Como você vê a arte? Como ela está em você?

Zica: sou uma criatura de profundezas e é difícil chegar lá. Mas é importante a gente caminhar primeiro para dentro, saber o que tem dentro e o que tem atrás. Eu mergulho muito nisso. A arte, de algum modo, nem é questão do eu, mas do outro, é quebrar o que, de forma violenta, é colocado. As barreiras. A arte serve como uma ponte entre a natureza dos outros, como um olhar diferente. Normalmente, a minha natureza não está com as melhores caras, mas a arte é essa forma de trazer a sensibilidade e a beleza desse caminho profundo que eu faço. Não gosto muito de falar sobre ele, mas é uma forma de mostrar.

Pacs: O que te adoece e o que te cura?

Zica: O que me adoece é a ignorância do homem. Isso me adoece e tenho dificuldade com isso. O homem é um detalhe tão mínimo na natureza, é uma dimensão, perdido em uma outra dimensão muito maior. A ignorância de achar que se sabe das coisas. A gente sabe o que nos é permitido saber e nada além disso. A ignorância do homem me adoece porque eu paro, olho, fico refletindo e penso: como pode uma criatura que não tem nada achar que sabe das coisas? Quando eu percebo isso, o que me cura é justamente saber que é possível sempre ver com mais que dois olhos, ver de outras formas, e isso me cura porque é entendermos que somos dimensões que não temos controle. Eu sou movida por essa coisa real de saber que não vale a pena se adoecer acreditando que eu detenho alguma coisa ou sei das coisas. Essa reflexão me melhora porque eu sei que eu posso ser muita coisa, mas eu não quero ser aquilo que acha que sabe, porque eu não sei de nada e também não quero saber.

Pacs: O que você pensa sobre o tempo? O seu tempo e o tempo da natureza...

Zica: Hoje é dia 21 de julho. Ontem foi 20. No lanche ontem foi servido suco de manga. Eu não entendi o porquê. As mangueiras já trocaram de folhagem pela terceira vez esse mês e tem umas que começaram a estourar as folhas novas, porque tem umas que ficam cor de rosa. Daqui a um tempo, elas vão estourar umas flores e depois umas mangas bem pequenininhas, os botões. Vão ficar o final de julho, agosto, setembro e outubro, quatro meses. Daqui a quatro meses, no começo de novembro, aparecem as primeiras mangas. No meio de novembro, vai ter uma quantidade maior. No mês de dezembro vai ter muita manga. Mas, curiosamente, foi servido suco de manga ontem. Eu não entendi. A gente não sabe de nada. Se nós não respeitamos um ciclo natural, a gente não respeita o que nós somos. Porque se eu conseguiria tomar um suco de manga ontem, então eu vou subir nessa mangueira e comer uma manga hoje. Mas não tem. Que manga misteriosa é essa? A natureza não funciona assim, ela tem ciclos e aqui não é o momento. O meu tempo é esse tempo de entender e respeitar isso. Eu não tomei suco de manga porque não é época de manga. Mas me pergunta se daqui a quatro meses eu não posso tomar? AÍ eu tomo. Porque essa natureza (a minha) sabe respeitar esse tempo. Ela não vai sentir vontade de se alimentar de manga porque terão outras coisas. Então, o meu tempo não é um tempo que fica preso porque a minha semana passa em meses. Em tempos difíceis em que tende a se pensar muitas coisas, o primeiro sentimento é de desespero. Se houvesse realmente motivos para estarmos desesperados, a gente não teria todas as soluções em volta. Só será realmente um momento de desespero quando não tiver mais nada. Enquanto houver, é importante a gente saber que é preciso se levantar, ficar de pé e se preparar, porque tem coisa muito maior para ser defendida.

ENTREVISTA COM WANESSA AFONSO, JAMILLY DO CARMO E ALINE MARINS:

A voz da juventude do Coletivo Martha Trindade em Santa Cruz[1]



Wanessa Afonso, Jamilly do Carmo e Aline Marins são três jovens integrantes do Coletivo Martha Trindade, fundado em 2016 e atua até hoje em resistência à Ternium Brasil, antiga TKCSA, localizada no bairro que fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Essa entrevista foi realizada por Marina Praça e Rafaela Dornelas e a edição do texto por Isabelle Rodrigues.



Pacs: O que é luta para você? O que te movimenta?

Wanessa: Defino luta como articulação, estratégia e avanço. O que me movimenta é me sentir incluída em locais e em grupos de pessoas que pensam parecido, de mulheres, periféricos e pessoas que tem uma realidade parecida com a minha. Aline: Para mim, luta é quando algo que incomoda e me faz querer mudar aquilo. O que me movimenta e motiva é quando vejo que o que estou fazendo em prol de uma ideia está fazendo bem e dando força para outras pessoas também.

Jamilly: O que me movimenta é ter algo que é do meu interesse, em comum com aquilo que acredito. Estar em busca daquilo que você acredita e estar vendo algum retorno, ou até mesmo me frustrar por não conseguir, mas acreditar naquela ideia.

Pacs: Enquanto mulheres de luta, como vocês sentem a presença e os impactos do megaprojeto — a siderúrgica Ternium Brasil em Santa Cruz (antiga TKCSA) — no território de vocês? Como as suas mães, avós, mulheres amigas sentem isso tudo?

Aline: A questão dos megaempreendimentos, como a siderúrgica, afeta na maioria das vezes — e de várias formas — a cuidadora do lar. Quem está sempre gerindo (a casa) é a mulher, que tem uma preocupação recorrente de um filho ficar doente e não ter como arcar com um tratamento. Tem a questão da limpeza da casa, que afeta bastante por causa da poluição. Tem o emprego, já que a mulher acaba tendo que fazer todo o trabalho doméstico e ainda precisa trabalhar fora de casa, além de muitas vezes viver sozinha. Acredito que isso afeta demais por estar sempre cuidando das pessoas a sua volta, antes de si.

1. Entrevista realizada em julho 2020 e publicada em agosto de 2020.

Jamilly: O impacto é bem grande na rotina diária, desde a mulher que fica em casa até a mulher que precisa sair pra trabalhar. A rotina da mulher que não tem contato com um megaprojeto em comparação com a que tem contato é bem diferente. Os cuidados da casa e dos outros passam a ser mais intensos — agora que me tornei mãe isso é muito mais visível pra mim, porque eu comecei a ocupar outro lugar. Além disso, quando eu tenho que me deslocar, com o grande fluxo de veículos em determinado horário, é um impacto muito grande para a minha saúde mental pelo tempo que levo e o estresse envolvido. Tem o impacto sobre a minha saúde, pela sujeira que é constante dentro de casa. A vida das marisqueiras também foi afetada, porque impactou diretamente no trabalho (e fonte de renda) delas, que agora não sabem como vão sustentar as famílias.

Wanessa: Esse é um ponto que a gente já vem falando há algum tempo: o impacto na saúde e na rotina das mulheres por conta da presença da Ternium aqui. Acho que é importante apontar também a dificuldade que essas mulheres que ocupam esses territórios têm de alçar alguns vôos maiores. Temos no Coletivo mulheres universitárias, Jamilly já é mãe, a Aline teve que se deslocar do território para conseguir estudar, eu estudo no munícipio vizinho. Então, não é simples lidar tanto com o fato de estar (vivendo) e respirando (os impactos da empresa) e conciliar a parte acadêmica com os afazeres domésticos, porque é isso que a gente faz o tempo todo. Na quarentena, por exemplo, me inscrevi em vários cursos mas não consigo fazer nada, sendo que vários homens continuam produzindo durante a pandemia. Não é só uma questão de saúde mental é do tempo das mulheres também, sabe? O impacto se agravou principalmente pela COVID-19 ser uma doença que afeta a respiração, já que todos que vivem aqui já têm a predisposição a terem problemas respiratórios. Se já limpamos 3 ou 4 vezes a casa, por conta da empresa temos que limpar 7 ou 8, e isso também impacta que ocupemos outros espaços. O direito à cidade é negado por vivermos neste território.

Pacs: Vocês lembram da chegada da empresa? O que vocês sentiram de mudança com esse processo?

Wanessa: Gente, quem não ficou com medo daquelas lendas de “fulano veio de outro estado, é estuprador”, “está tendo estupro perto da empresa”?

Aline: E os coreanos, chineses... não sei de onde vinham. Me lembro que assim que começou eu já senti as diferenças porque meu pai é pescador e teve que parar de pescar, ou se fosse pescar tinha que tomar muito mais cuidado, porque estavam começando a ter ameaças por conta da empresa. E depois, por conta da ponte, eles não conseguiam pegar o mesmo caminho do porto e tinham que dar uma volta enorme para ter acesso a Baía de Sepetiba. Para mim, é uma memória forte desse período, de parar de pescar, de parar de passear de barco. E aí vem as histórias dos trabalhadores que eram presos, que vinham pra cá e nós tínhamos que tomar cuidado porque aqui eles viviam livremente, iam no mercado, moravam. Tinham essas histórias de estupro, de ter que tomar cuidado na rua...Ainda mais porque éramos novinhas na época, não entendia muito bem essas coisas, mas tinha que aprender a lidar com isso.

Jamilly: Senti mudanças com relação a poeira enorme que passou a ter, algo que não existia tanto. Tiveram os impactos das enchentes e alagamentos que mudaram bastante a cara do conjunto habitacional, as pessoas que viviam aqui e se mudaram por causa disso tudo, a mudança do fluxo de veículos, a construção das ciclovias...

Wanessa: É bastante do que a Jamilly falou e do que Aline falou em relação ao pai dela. Fora o medo de andar no meio de vários homens que não conhecemos, que é uma problemática muito apontada pelas nossas mães, no meu caso só minha mãe. Tem a normalização que houve dos motoristas de vans ficarem com garotas das nossas idades, uma normalização da pedofilia que existe nas periferias já há algum tempo e víamos isso. Só que aqui tínhamos a noção de quem eram os homens que sondavam as garotinhas e quando aparecem homens que a gente não conhece e não tem noção de onde vieram, é mais complicado. Eu ficava com muito medo porque os próprios homens manipulavam as mulheres no sentido de falar que elas são “muito maduras”, sendo que eram de uma idade claramente infantil e muitas vezes nem com o corpo desenvolvido. O impacto que eu lembro é nesse sentido.

Pacs: O que vocês veem nos seus corpos? O que vocês carregam de dores e potências? É possível identificar nos corpos os impactos vividos pelo megaprojeto?



Jamilly: Nesse contexto de pandemia e pessoalmente falando, sinto um corpo cansado, porque muitas coisas mudaram nesse processo de estar mais tempo em casa, para quem pode. Pode ser que para outras pessoas não seja nessa forma, mas no meu caso é um corpo cansado, porque está sobrecarregado, de afazeres que estão mais intensificados devido ao contexto, no tempo e espaço, no caso dos megaprojetos e da pandemia. Cansado também de ver as pessoas falaram "você é forte e consegue estar fazendo isso tudo", mas que na verdade nem queria estar fazendo isso tudo, porque nem precisava. Mas por ser um corpo jovem, também é um corpo cheio de forças e energia para conseguir reunir tudo aquilo que estamos passando e conseguir encontrar algum motivo para conseguir fazer e agir. A minha força está em constantemente olhar para o passado, pra todos os meus processos de luta e para as pessoas que já fizeram e fazem por mim também.

Wanessa: Sou mais pessimista em relação ao corpo, já não me via bem antes, continuo me vendo mal e a tendência para mim é piorar, principalmente na questão respiratória. Já são muito anos vivendo com problemas e depois que eu voltei de Seropédica para Santa Cruz eles se agravaram. Ultimamente está bem pior, em situações pequenas como não conseguir subir e descer escadas duas vezes e lavar uma louça depois. Tenho que sentar e esperar para conseguir fazer as coisas. Entendo que não sou uma pessoa muito cuidadosa com o meu corpo por questões de autoestima, não acho que vale a pena me importar muito com meu corpo. Se o meu corpo não estiver bem, não consigo avançar em nada. Tenho aprendido isso na marra, desde o ano passado porque passei meu aniversário de cama, sozinha em casa, já que fiquei muito doente, perdi emprego, reprovei na faculdade... O que me dá força atualmente é não mais olhar para o passado e sim para as potencialidades futuras, não minha como pessoa, mas dos locais que estou inserida, do território em si. Não funciona olhar para trás. Eu sei que já avançamos em bastante coisa, mas não acho que deveria ter sido tão pouco, principalmente em relação a luta antirracista e direito das mulheres.

Aline: Para mim, é um pouco sobre o corpo que perdeu sua identidade. Se for olhar como era antes da empresa e como é hoje... Aqui em casa tínhamos uma rotina muito mais saudável do que temos hoje em dia. Tinha apicultor, tínhamos acesso a mel o tempo todo, não ficávamos tão doentes quanto a gente tem ficado hoje em dia. Também tem a perda da identidade de poder sair para fazer os passeios de barco, uma rotina que tínhamos por causa do meu pai e que hoje não temos mais. E com isso, começamos a ter questões físicas — eu tenho várias alergias respiratórias, a Aliane, minha irmã, é cheia de alergias dermatológicas. Acredito que se não tivesse a siderúrgica aqui, teríamos um outro estilo de vida, que foi retirado da gente. É um corpo cansado porque vê tudo que acontece há tantos anos, mas que ainda assim tenta continuar e seguir em frente.

Pacs: O que é cuidado para você? Como você se cuida? O que te adoece e o que te cura?

Aline: Me sinto muito bem quando estou ajudando, quando consigo ser melhor para uma outra pessoa. O que me adoece é injustiça, coisas que são distantes de eu poder fazer algo para ajudar. Me adoece bastante, me deixa bem ansiosa.

Jamille: Injustiça também me adoece bastante, é algo que me tira do sério, a ponto de brigar ao ver uma situação que me deixa inconformada. Me adoece também o fato de não estar produzindo, de estar parada. Em termos de cuidado, cuidar dos outros é também uma forma de autocuidado. Ser mais atencioso e cuidar das pessoas que também cuidam de você traz um sentimento bom, no sentido emocional e mental. Mas tem os excessos também, quando a gente acaba cuidando demais dos outros e esquecemos de cuidar de nós mesmas. Um dos maiores desafios dessa quarentena é de ter um cuidado mental. Estamos sempre inventando alguma coisa para se sentir bem mentalmente, para não pirar. É ouvir uma música, fazer uma comida que te agrade, fazer coisas para distrair e não ficar com muita neura. É sobre tentar não pirar.

Wanessa: No meu caso, a luta me adoece e me cura ao mesmo tempo porque fico muito imersa nas situações, foco muito mais no bem de outras pessoas e não no meu. Ao mesmo tempo, faz bem no sentido de ver o trabalho sendo reconhecido, de ver que isso estimula outras

pessoas, de receber retornos de agradecendo e falando que o nosso trabalho ajudou bastante... Mas adoece, porque temos sofrido ameaças em alguns territórios, meu telefone vazou, tem pessoas que acham que a gente é obrigado a fazer o papel que o Estado não faz, e nós somos pessoas físicas... Então são coisas que complicam um pouco.

Pacs: Como vocês, mulheres jovens, veem o processo das ações judiciais?

Aline: É muito desgastante porque sempre que acontece algo assim, as pessoas vêm aqui em casa, temos que correr atrás. É cansativo. Ao mesmo tempo, para quem está envolvido nas ações, sinto que dá um pouco de esperança, já que não conseguimos tirar a empresa daqui. A ação foi o que restou, é uma ponta de esperança. Uma justiça em meio a tantas injustiças que são feitas aqui. Mas é muito cansativo porque tem que estar sempre tentando articular uma coisa, correr atrás de outra, ficar em cima de algumas pessoas, do Ministério Público, de advogado, de provas... A demora é algo que desgasta muito. Eu vejo como um desgaste, mas também como esperança.

Jamilly: Eu não tenho tanto contato direto, mas vejo que inicialmente as pessoas achavam que não seria um processo tão demorado. As pessoas não tinham muito essa consciência, porque parecia meio óbvio o impacto causado, tinha um nexo causal. Não foi algo que as pessoas achavam que teriam que ficar brigando por tanto tempo.

Wanessa: Eu conheço um pouco, mas não tenho muito o que dizer. Não é uma área que tenho muito interesse, apesar de achar muito importante e relevante que continue sendo feito. Mas é que os processos são tão demorados que fico ansiosa e me faz mal.

Conheça o podcast "Vozes da Juventude: Escuta Santa Cruz!", realizado pelo Coletivo Martha Trindade em parceria com a União Coletiva da Zona Oeste e o Instituto Pacs.

ENTREVISTA COM LUCIANA MELO:

A arte e a educação popular como libertação e respiro[1]



Luciana Melo é educadora popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e integrante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Marina Praça e a edição do texto por Karoline Kina



PACS: O que é luta para você?

Luciana: Lutar significa correr atrás de alguma coisa, seja de um direito, seja uma possibilidade de ser, ter. As minhas experiências de luta estavam muito relacionadas com a luta de outros, e aí acabavam sendo minhas lutas também. Eu reconheço como luta quando eu entro no movimento estudantil, porque você reconhece uma pauta, sujeitos que estão em torno de uma mesma condição. Depois fui ser professora municipal de um munícipio do Pará, um lugar muito pequeno, que me sufocava. Aí fiz o concurso para professora de educação especial em Marabá e passei. Mas a minha relação com o movimento começa uns quatro anos depois. Eu era professora com foco na educação especial, me envolvia pedagogicamente em relação aos alunos, mas fazia ter a pauta da luta da deficiência como uma pauta minha, que é quando eu encontro o MST, uma relação que aconteceu via mulheres. Fui para uma oficina de teatro com as mulheres, mas foi muito louco porque eu não tinha uma relação com o teatro, começa desse encontro. Eu comecei a entender que a luta perpassa por outras formas, pela educação, pela formação e a arte. É construir processos formativos, com crianças, com mulheres. De lá para cá, eu venho participando de processos formativos que eu encaro como trincheiras de luta. Então, para mim luta é isso, construir processos de formação, é onde eu me vejo lutando, onde eu construí minha perspectiva de luta.

PACS: O que te movimenta para construir esses processos?

Luciana: O que me motiva é poder potencializar o que todo mundo é capaz de fazer. Inclusive eu. Porque quando eu potencializo alguém/a mim, eu tenho condição de potencializar você. E muita coisa que eu faço é de experimento meu também, eu não tenho formação em arte...então é isso que me motiva, é poder potencializar nas pessoas aquilo que elas são capazes de fazer, e o que elas são capazes eu não sei.

1. Entrevista realizada em novembro 2019 e publicada em setembro de 2020

PACS: Em que momento da sua trajetória de vida você se entende mulher e mulher de luta? E como você se vê nas mulheres do seu passado?

Luciana: O momento que, aos treze anos de idade, fomos morar eu, minhas duas irmãs e minha mãe em Belém, e todo mundo achava uma loucura minha mãe fazer isso. Quando ela se separou do meu pai, eu tinha 4 anos de idade e a gente foi morar na casa dos meus avós para que minha mãe pudesse voltar a estudar. Ela sofreu violência doméstica, então era estudar para poder trabalhar. Quando ela resolveu ir para Belém fazer faculdade, ela ficou um ano sozinha lá e depois ela pensou "agora vou levar as meninas porque é importante que elas estudem em Belém", e foi todo mundo contra. E aí eu acho que esse foi o primeiro momento que a gente teve a noção do que era ser mulher, porque éramos quatro mulheres. Diziam que a gente ia ser puta, que a gente não ia dar certo, todo mundo tentando tutelar a gente.

Para minha mãe era muito importante que a gente estudasse, então quando a minha irmã gêmea engravidou foi uma outra vez que eu tive noção que era uma mulher, porque a gente tinha 19 anos, ela engravidou, e foi louco porque estávamos sob a tutela de minha avó porque minha mãe estava em Macapá. Éramos quatro mulheres, só que agora com minha avó, e a minha irmã grávida. 4 mulheres cuidando da criança.

Depois, quando eu sofri uma violência sexual quando estava indo para o trabalho, eu tive noção que eu era mulher também aí, eu sofri um assalto e uma tentativa estupro. E isso me fez lembrar de outras estórias que eu tinha passado antes.

Então tudo isso me forja como uma mulher de luta, porque é isso né, você lutar pela independência, lutar, sua luta pessoal, de sair de casa com 20 anos de idade para um outro município, para dar aula, para trabalhar, então eu acho que tudo isso forjou.

PACS: Ainda nessa perspectiva da mulher que luta, em trânsito e movimento, como você sente a presença dos impactos dos megaprojetos?

Luciana: Eu não tinha noção que minha vida em Belém era impactada por coisas que estavam além da minha vida ali. O movimento estudantil me dá uma leitura política que eu me deslumbrava. O massacre de Carajás foi tema de vestibular para mim, que já me impactou. Mas,

quando eu chego em Marabá e aí sim, porque primeiro que Marabá, para nós da região nordeste do estado, é o bang-bang, faroeste. Quando eu disse para os meus amigos que eu ia morar e trabalhar lá, eles disseram "nossa, você é louca, o que você vai fazer lá". Era o lugar do garimpo, isso estava muito distante do meu corpo físico, do meu imaginário simbólico. Porque, mesmo em Belém, em Castanhal, eu tinha uma relação com o lugar que não perpassava, que eu não sentia o que era isso. Então, quando eu chego em Marabá, eu entendo que é isso. Que é o lugar de faroeste mesmo, que a lei que impera é a lei do poder político, econômico... lugar de estrangeiro. Assim, em todas as escalas que você possa imaginar, estrato social é maranhense, o colonizador é o goiano, aquele que vem por causa de gado, depois a mineração. É aí que esse olhar amplia.

PACS: Você consegue, de alguma forma, sentir a mineralização das sensações nesses territórios?

Luciana: Quando uma das minhas tias soube que eu estava indo para Marabá, acho que eu estava um ano lá... ela me ligou e disse "Luciana, você está morando em Marabá? Você conhece o pessoal da Vale? (...) "não, porque eu quero que o Tony (meu primo), vá trabalhar aí, se eu te mandar o currículo, você manda?" Então, no imaginário de muitas pessoas de fato, isso é construído de forma muito forte ali, onde está a mineração.

Para mim foi muito forte perceber a potência que os caras têm de colocar em nós o imaginário positivo. Eles têm esse poder. A Vale convidou o Grupo Arraial do Pavulagem, um grupo de cultura popular, para fazer um show em praça pública, e os caras fizeram uma apre-



sentação. No primeiro momento, eu estranhei a aceitação do convite porque eu conheço parte da história, Arraial da Pavulagem e Vale. Estranhei. Quando nós chegamos lá, a Vale simplesmente distribuiu em praça pública um chapéu que é um símbolo muito forte do Arraial, com fitas coloridas. Em todo o cortejo do Arraial você encontrava pessoas na rua com o chapéu de palha e as fitas penduradas. A Vale distribuiu mais de 1000 chapéus de palha com as fitas coloridas, da cor dela, verde e amarela. Você olhava em praça pública de Marabá, todo mundo foi, muita gente foi para esse lugar, inclusive nós do movimento, da Universidade. Você via toda a praça de chapéu de palha com a cor da Vale. Para mim, isso foi muito forte e também me deu uma dimensão do nosso desafio, do quanto isso impacta a gente.

PACS: Como você acha que esses processos que você desenvolve conseguem contrapor esse imaginário que é construído?

Luciana: De toda a forma, eu tive espaços muito favoráveis, então eu vou dizer que é 100% (risadas). Eu estive nos cursos de formação de educação do campo, que envolvia alunos do movimento também. Ganhamos aqueles e aquelas que inicialmente não eram do movimento, porque a gente consegue construir na prática real, coisas concretas e eles conseguem perceber mudanças de perspectiva na forma de ser mãe, pai, de ser educador, de ser patrão, empregado. Eles falam “o que a gente aprende aqui a gente faz la, a gente faz em casa”. O fato de colocar uma xícara em cima da mesa faz diferença pra gente almoçar, então é mudar as perspectivas. Eu não preciso comer num lugar sujo sendo pobre. Então, nesse sentido, é fundamental a gente permanecer construindo.

PACS: Como você vê o seu corpo e o que carrega nele?

Luciana: Eu tive muitos problemas com meu corpo, porque era magra, porque tinha peito grande, porque não era para ter na região onde eu moro. Mas, não no sentido que eu neguei, mas em dado momento, eu descobri que era um corpo que necessitava, que necessita na verdade, de cuidados, em todos os sentidos, para continuar a luta, para não desistir da luta. O corpo da mulher — eu vivi várias experiencias, né?! — é um corpo com possibilidade de violência permanente. Pensando na sociedade que a gente vive, ele está exposto, colocado num lugar

de violência. A autoagressão que cada uma de nós nos coloca em dado momento, para atingir um padrão, para atingir uma expectativa do outro e da outra que se torna um nosso.

O corpo é um lugar de passagem, o aborto, mais do que a maternidade, me colocou um lugar no corpo que foi muito forte. O lugar do corpo que pode cometer crimes vistos pelos outros. E o quanto o meu corpo ficou à mercê de uma não ajuda. E quanto toda essa dominação do nosso corpo nos coloca num lugar de falta de conhecimento sobre os nossos tempos, o que é forte em nós, o que é fraco em nós, o quanto é potente. O quanto o nosso corpo é lugar de passagem, de dor. Então, ter noção disso é importante para pensar o quanto, por exemplo, a luta nos coloca forte, mas também nos fragiliza.

PACS: De onde vem a sua força quando você pensa no corpo? Tem algum lugar do seu corpo que você sente mais sente os impactos?

Luciana: Vem de mim (risadas). Eu tenho muito medo. Então, a força vem muitas vezes do medo. Eu tenho medo de ser violentada, eu não tenho medo de morrer, eu tenho medo da forma da morte. Eu tenho muita vontade de fazer muita coisa, eu tenho medo de não conseguir fazer o que eu tenho vontade. Acho que é isso.

E pernas, os membros inferiores, são os lugares que eu mais sinto. Eu tenho uma experiência com as pernas que é muito louca. A minha vó amarrava minhas pernas, porque a gente sempre estava com as pernas separadas, então ela amarrava com fralda. Eu tenho uma lembrança corpórea das pernas amarradas que é uma coisa, eu não durmo em saco de dormir nunca, nunca. Porque é como se eu estivesse amarrada.

PACS: Você acha que a própria luta pode ser um respiro?

Luciana: Total, porque para mim, lutar é trabalhar, não são coisas diferentes. “Ah, hoje eu vou sair para lutar, hoje eu vou sair para trabalhar”, não... Entendeu?

PACS: Onde está a arte em você e quais as potências que ela te traz?

Luciana: A arte foi um lindo encontro, um encontro consciente, porque ela sempre esteve presente, de uma forma muito natural. Mas, quan-

do eu me encontro com a arte no sentido de processos formativos, a arte não só como uma alegoria, não só como diversão, mas a arte como uma oportunidade real de construir alguma coisa, ela se torna o meu lugar, no final das contas. Porque essa vida doméstica também me colocou desafios, que é construir esse espaço como um espaço de produção, não só de reprodução...

A arte é uma possibilidade metodológica para mim. Então, quando eu descobri que eu posso ensinar alguma coisa e utilizar a arte como um método ou como recurso, foi libertador para mim, enquanto professora.

A relação com a arte manual também foi muito importante, tem sido. No período do aborto, eu fiz 100 bonecas Abayomi, e perguntaram: "mas tá fazendo bonecas por quê?" e eu dizia: "eu não sei, mas eu preciso fazer". 45 dias em processo, fazendo bonecas. A arte manual como uma movimentação do corpo, para poder a mente não explodir, não sucumbir.

PACS: O que te adoece e o que te cura?

Luciana: O meu medo, é uma coisa que eu preciso vencer. O medo me paralisa. Eu sinto que isso me adoece porque eu quero muito ir, eu quero muito fazer, eu quero muito. Uma coisa que eu preciso desconstruir em mim é essa ideia de que eu não sou capaz. É construir uma autoconfiança mais altruísta, mais potente. Quando eu faço, eu descubro que eu sou potente. O que me cura são os encontros. Hoje eu fiquei super feliz de sair de casa, de me arrumar, então isso me cura. A possibilidade de continuar circulando. O que me cura de fato é continuar insistindo nos encontros, aí isso me cura, porque eu me liberto de mim mesma, em alguns momentos. E aí, claro, um chá de camomila me cura, tem que ter uma cervejinha, uma boa música pra dançar me cura, uma boa noite de amor me cura (risadas), uma boa história, um bom filme, uma boa conversa, a possibilidade de ver o pôr do sol me cura, acho que são essas coisas que curam a gente, que às vezes esquecemos ou fazemos questão de sair do fronte delas para viver o martírio, porque a gente tem um pouco de sado as vezes né? Acho que é isso, e tomar consciência disso é um exercício, precisa ser um exercício permanente.

ENTREVISTA COM VERA DOMINGOS:

A potência feminina na luta contra o Complexo Industrial de Suape[1]



Vera Domingos é Presidente da Associação dos Agricultores do Engenho Ilha, em Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho (PE), território impactado pelo Complexo Industrial de Suape. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e a edição do texto por Karoline Kina.



PACS: O que é luta para você? O que te movimenta?

Vera: Luta para mim é o que a gente faz aqui, no Engenho Ilha, todos os dias. Luta pela busca do direito, luta pela permanência dos modos tradicionais de viver no território. Todo dia na ativa, se reafirmando como agricultora, como fomentadora do direito e nessa busca constante de intervir nessas decisões tão importantes em nossas vidas. Luta faz parte da nossa existência.

Me movimenta a vontade de permanecer em nossos territórios, colocando os pés no chão. Estar plantando e estar cultivando a nossa terra quando a gente quiser. Me movimenta saber que o senhor José, a dona Maria, todos têm direito a ter sua identidade preservada. Direito aos seus modos de vida tradicionais.

PACS: Agora falando um pouquinho mais sobre você, sobre ser mulher, você se vê nas mulheres do passado?

Vera: Eu me vejo na mulher que é dona Iolanda, já falecida. Uma mulher muito forte, que conviveu conosco muitos anos na Associação. Eu me vejo em Marluce da Paz, que é uma de nossas conselheiras. Eu me vejo em dona Luzinete, que até hoje aguarda uma decisão do Estado por uma indenização, que teve seu esposo partindo de uma forma trágica, no meio da rua com infarto, depois que ficou sabendo que não seria indenizado. Eu me vejo em todas as mulheres da Associação. Mulheres do presente, e mulheres que já se foram. E eu me vejo, hoje, ainda mais como mulher do que antes! Eu não sou mais aquela mulher que abaixa a cabeça para o macho quando ele fala. E eu posso dizer que, infelizmente, eu já fui dessas. Eu descobri que ser mulher é muito mais do que ser dona de casa, ser mãe e ser a esposa. A mulher tem seus direitos, ela tem a sua busca constante por sua identificação. A mulher é o que ela quer ser. É para ela estar onde ela quer estar.

1. Entrevista realizada em dezembro 2019 e publicada em setembro de 2020.

PACS: Como você se entendeu enquanto mulher ao longo da sua trajetória?

Vera: Eu tinha um casamento, hoje sou divorciada, onde alguém ditava em minha casa o que deveria ser feito. Um cabra extremamente machista e perverso, que entendia que o direito da mulher se resumia na lavagem da roupa, no cuidar da criança e nos afazeres da casa. Eu saio dessa vida miúda que estava, vou estudar, fazer magistério às escondidas, terminar o meu Ensino Médio. Escolhi fazer isso porque ele trabalhava à noite. De dia ele dormia, quando ele saía, eu ia para escola. Quando ele voltava, eu tinha voltado. Terminei meu Ensino Médio desse jeito. Quando foi no dia da minha formatura, eu disse: "Ó, tô me formando." "No quê?! Mas o que é isso?!" E quase que a casa caía, porque era uma mulher subversiva, parecia pouco, mas era muita coisa para quem não tinha oportunidade e não podia. Daí começou essa minha vontade de crescer cada vez mais. Conheço a Associação e vou trabalhar lá como professora primária comunitária. Ali, começo a conviver com mais homens machistas, que rotulavam a mulher como uma mula, olhavam para mulher como se ela fosse um objeto. Convivi com esse machismo nojento no meio da Associação. Então, quando eu comecei a ver como eu poderia estar acima daquilo, perpassar aquele machismo. Ali começou a minha luta, enquanto mulher, dentro daquele espaço que só existiam homens. Eu comecei a sair do meu casulo de mulherzinha, para me tornar quem eu sou hoje.

PACS: Como foi esse processo?

Vera: Comecei a fomentar em outras mulheres essa saída do casulo também. Conheci outras mulheres, outras mães e comecei descobrindo muitas violências. Violência sexual, violência doméstica, a questão do machismo mesmo imperar no nosso meio, e a gente começou a dizer: "Ó, vamos modificar isso aqui. É por aqui que a gente vai modificar." Levei várias advertências na Associação, porque ficava instigando as mulheres a serem diferentes. De uns 15 anos para cá, a coisa melhorou, abrimos espaço para a gente trabalhar essa questão do feminismo dentro da instituição. A gente fazia palestra com as mulheres, a gente contava para elas o que deveria ser feito ou não com o nosso corpo. Que era propriedade nossa, que era espaço nosso. A gente tinha que dizer o que queria, o que não queria. Algumas mulheres estranharam o

linguajar, se questionavam também, até que a gente vai se aceitando, né? A gente vai se conhecendo, as mulheres vão se conhecendo e vão vendo que, de fato, não era aquilo que elas pensavam. Não estavam ali só para procriar, estavam ali para se amar e serem amadas. Houve algumas dissoluções de casamentos, mas também houve novos casamentos. Então, eu acho que partiu disso aí, toda minha trajetória como mulher e como eu me via e como eu me vejo hoje. Mudou também aqui dentro da minha casa. Eu coloquei o macho que estava aqui dentro no lugar dele, e comecei a dizer: "Ó, o caminho é esse aqui, se der, deu, se não deu a gente parte, e a gente resolve". Assusto muitos machos por aí. Paciência, eles que eles sofram.

PACS: Como você vê o seu corpo? O que você carrega nele?

Vera: Meu corpo é minha máquina de prazer! Me dá tanta coisa boa! Meu corpo é meu, ora! Quem quiser aceitá-lo, que aceite, se não quiser, eu aceito sozinha! Eu sei que eu dou um estrago! (risos)

Eu venho de família que considera que a mulher tem poucos direitos, que sexo era pecado, o corpo não poderia ser manipulado, não poderia ser tocado. Minha mãe teve câncer de mama, nunca se tocou, porque disse que era pecado tocar na mama dela. Então, eu acho que meu corpo carrega toda a minha força enquanto mulher, meu erotismo, minhas vontades. Eu conheço meu corpo, eu conheço cada ponto que ele necessita, que ele precisa que eu cuide, né? Eu tenho que cuidar do que é meu. Eu carrego no meu corpo tudo que eu acho de bom em mim, sabe? Com seus defeitinhos, com as suas imperfeições. Mas é meu! Enquanto mulher, enquanto fêmea, carrego nele tudo que eu gosto de usufruir. E não me questiono muito com relação ao que o outro ache. Quero estar, lógico, à altura de agradar alguém, mas se não agradar, paciência! Eu me agrado, eu gosto de mim e eu me aceito.

PACS: É possível perceber assim, especificamente no seu corpo, os impactos vividos pelos megaprojetos? Onde que esses impactos são sentidos?

Vera: Há momentos que a gente se agride, devido à luta. Digamos, tem hora que a gente está tão envolvida na luta, tão machucada, que às vezes a gente se esquece de cuidar da gente. Eu digo da gente, do nosso corpo, da nossa mente, do nosso interior... A gente sobrecarre-

ga essas pernas, esses pés... A carga perversa desses megaprojetos, dessas empresas que estão aí, dessas pessoas que estão gerindo essa empresa. E a gente se machuca muito, com sol, sem cuidados, com falta de cuidado com a estrutura corpórea. E isso eu estou falando da parte da matéria. No espiritual é muito mais. Você cansa sua mente, sobrecarrega, você tira as suas expectativas do bem, você começa maquinando coisa ruim em sua mente, um estado de depressão. E isso tudo acarreta num todo. Num corpo todo. A gente mexe com todo organismo. Então, eu tenho mais enxaqueca, eu tenho mais dor de cabeça. Minha pressão sobe mais, eu tenho mais taquicardia, eu deixo de comer. E vejo isso nas companheiras também. Quando a gente faz uma oficina com mulher, com terapia de aromas, as mulheres se deleitam. "Vera, eu quase que tinha um orgasmo!" Eu disse: "Mulher, por que não tivesse?! Pelo amor de Deus!" (risos) A gente está aqui para viver mesmo o que a gente quer! Nesses momentos que a gente fica solta, envolvida, elevada, sabe? E aí a gente vê que o corpo fica sã. Mas, tem momento que essa luta deixa a gente doente, literalmente doente.

PACS: Que lugar do seu corpo você vê que vem a sua força?

Vera: Vem da minha mente. Eu tenho uma mente muito boa, eu tenho uma mente muito fértil. Essa força que eu tenho assim, interior, essa força mental, ela sempre me faz sobressair. Sempre! Quando parece que tudo está dando errado, tudo está perdido, eu dou aquela respirada fundo. Eu fujo. Eu fujo um pouco de tudo que está na minha frente e vou para um lugar reservado, vou para o sítio, vou para mata, que eu amo. Vou dar uma respirada, uma energizada. E quando eu volto, eu volto muito melhor. Mas a minha mente, ela tem que estar sempre sã. Porque, através dela que eu tenho outras propostas. Saio daquela história de depressão, que muitas vezes nos toca, que é inevitável. Também estimula minha criatividade, entendeu? Eu gosto muito de escrever, gosto muito da minha parte cognitiva. Isso tudo faz com que eu tenha uma sobrevida, um estímulo maior. Eu acredito que minha mente é muito fértil, sempre trabalho para não perder essa minha essência.

PACS: Falando agora dos megaprojetos, enquanto uma mulher de luta, como você sente a presença e os impactos do Complexo de Suape?

Vera: É doloroso para a gente falar sobre esses megaprojetos. Complexo Suape, para o Governo de Pernambuco, desde antes de outros governadores, era a menina dos olhos do Estado, e continua sendo a menina dos olhos do Estado. Mas a luta é muito grande, avançamos dois passos e, logo depois, retrocedemos. A gente vê muito isso, quando a gente chega diante de um juiz, um advogado nosso mesmo. É complicado lutar contra um megaprojeto, seja ele municipal, estadual ou federal. Se for o Estado e for da forma que é Suape, porque nesse caso estamos falando de um grande porto que tem mais de 100 empresas dentro, que é um megaprojeto. Então, a coisa é bastante complicada...

Vamos às autoridades públicas reivindicar nossos direitos de permanência nos territórios e nos dizem que Suape tem o total direito de permanecer naquela área. Sem reconhecer a nossa luta, sem reconhecer o direito da agricultora que estava ali. Já teve situação do comissário da polícia dizendo que não iria fazer o boletim de ocorrência. Quer dizer, a gente fica nessa situação perversa que é essa estrutura do megaprojeto e sabendo que o delegado não quer fazer nada porque acha que vai brigar com o Estado. O comissário não quer se envolver, porque acha que o Estado tem direito, acha que nós somos invasores, acha que nós somos os infratores. Então, respondendo à sua pergunta, os megaprojetos, de uma forma perversa, eles atravessam nossos direitos, em muitos casos destroem nossos sonhos. O machismo impera nesses projetos, onde as mulheres — principalmente as mulheres — não têm direito de fazer reivindicações. Dizem que a gente está com "politicagem", dizem que não temos o que fazer em casa. E eu tenho que me sobressair, tenho que dizer que estou aqui para defender meus direitos.

PACS: E como respirar em meio a esses conflitos? De onde tirar oxigênio para seguir nessa luta?

Vera: No meu caso, viver em um programa de proteção não é fácil, a gente fica com uma vida limitada, a gente fica com uma vidinha, assim,

dando informação de onde você vai, com quem você está, onde você está. Uma pessoa que é livre como eu, que tem uma vontade de liberdade extraordinária, e tem que estar ali ó, regrada. Muitas vezes, eu me vejo sufocada, desesperançosa. A maioria das vezes eu estou num estado, absorvida pela luta e esqueço — na maioria das vezes — um pouco de mim, deixo um pouco de quem eu sou, para viver mais a luta. E eu vejo que não adianta, eu tenho que voltar, e eu volto, respiro fundo de novo. É aquilo que eu te disse, eu fujo e vou para um lugar que pouca gente me conheça, e eu vou respirar fundo lá, vou escrever. Vou botar no papel o que vejo, o que quero. Aí vou sonhar um pouco, e aí a gente vai. A luta fortalece. Ela te dá fôlego também. Ela te torna mais forte. Mas se você parar, você também não vai querer estar ali. Então, a luta já faz parte da nossa vivência. A luta já é a nossa história. Agora que, vez ou outra, a gente precisa dar uma emergida para respirar, a gente precisa.

PACS: Onde está a arte em você?

Vera: "A arte em mim". Eu fui logo para um lado, que eu acho que foi um lado que tanto me negaram. Então, eu fui negada a essa parte sexual da mulher, da volúpia da mulher, da vontade da mulher. Eu não conheci isso de outra mulher, eu descobri isso em mim. É diferente, é muito diferente! Hoje, eu converso com a minha filha abertamente sobre sexo, vontade, sexualidade, erotismo. A gente não tem que agradar a ninguém, a gente tem que agradar a gente, a gente tem que olhar para gente. Eu falo com meu filho, que tem 30 anos, e digo abertamente: "O homem tem que tratar a mulher muito bem. E se ele não tratar bem, outro vem e trate. Se o outro não tratar bem, ela sabe se tratar." Meu filho morre de rir! Então, eu descobri essa parte em mim da fera contista, que gosta de contos eróticos. Foi dessa negação que eu entendi a arte em mim. Eu gosto de contar para outras mulheres, para outras pessoas. Homens e mulheres, quem se identificar com eles. Que a escrita seja livre, que voe, que tenha onde pousar, que pouse onde quiser pousar. Eu me encontrei nos meus contos dessa forma, na negação. Foi negado uma vida inteira, e você sabe que aquilo existe, que aquilo é importante, que as pessoas são hipócritas porque gostam, mas não querem falar. Aí tem um monte de baboseira que a gente vai desmistificando e vai colocando no papel para ficar legal. Para outras

pessoas se deliciarem, se deleitarem... E saberem que a vida é muito boa, é muito bela e tem que ser vivida mesmo!

PACS: Onde você vê a presença da arte nas coletividades que você faz parte?

Vera: Eu vou te dizer que eu não só escrevo contos, né? Eu tenho outras artes também, como pintura, como confecção de bonecas, artesanatos. Mas isso se dá no encontro entre mulheres, nos nossos espaços de conversa. Mas, esses coletivos, das conversas que a gente tem, das oficinas, no fazer junto e permitir com que as mulheres reflitam, se escutem e entrem em contato. É nessa parte que eu uso muito minha arte, dos meus contos, conversando sobre eles com as mulheres, e as moças. Você faz com que outras meninas se identifiquem, se reconheçam e não pratiquem os mesmos erros das mães, das avós... ninguém pode tocar no que você não quer. Que você não se permita tanta coisa que acontece com uma mulher. Então, eu sempre trabalho essa parte com as nossas jovens, com as "meninas-moças", que a gente chama aqui, converso bastante com elas, elas gostam muito. Nesses coletivos, eu passo a minha arte para essas pessoas. Bem com a linguagem boa, que elas entendam. Eu sou apimentada, né? Aí eu deixo um pouco de pimenta no fogo. Faço com que elas fiquem mais aguçadas, como mulheres, para saber que não são esses machos que mandam em nada não, quem manda somos nós. Quem tem que mandar, somos nós.

PACS: E quais potências você acha que essa arte traz?

Vera: As mulheres se auto identificam e criam seu espaço, vão deixando de estar naquele sistema de opressão e falam o que acham, o que sentem. Se identificam com a história de luta, com ter um conhecimento de tensão dos seus corpos. Isso é tão gratificante. Conheço mulheres, senhoras e jovens, que têm vida ativa, falando sexualmente. Então, a gente começou a trabalhar isso por meio dessas vivências em oficinas, em conversas na beira dos fornos, na beira do fogão, fazendo geleias. E nas reuniões mesmo de mulher, nas rodas de conversa, a gente começou a desmistificar essas ações, esses tabus que os homens têm e esse poder que eles exercem sobre essas mulheres. A potência mesmo, que a gente sabe que existe, é essa quebra dessa

hegemonia do homem sobre a mulher, sobre o corpo da mulher. Inclusive, a participação das mulheres nas reuniões, nos movimentos, nas ruas, nas oficinas, aumentou muito. A gente vai conversando de sítio em sítio, jogando conversa fora com as mulheres, e elas estão lavando roupa, a gente está junto. Estão fazendo comida, a gente está junto. A gente está ali, no dia a dia, sempre que pode, a gente toca no assunto sobre quem eu sou, quem manda em mim? Qual é a minha vontade sobre o meu corpo, sobre a minha mente? Que ninguém venha te manipular do que você deve aceitar, que o outro faça com você, do que o outro manda em você. Você é a dona da sua vontade. Os abusos que nós víamos, não vemos mais. As mulheres que eram espancadas e violentadas por seus machos, a gente não vê mais.

Conversamos, dialogamos sobre o cuidado de cada uma com si mesma. Tinham mulheres em nossa comunidade, para você ter uma ideia, que não usavam um hidratante. Tinham medo de se tocar, porque achavam que o seu marido poderia achar que ela estava se masturbando. São coisas bastante absurdas, que a gente vai analisando e vai vendo que tem meios da gente trabalhar isso nas mulheres, que estão em pleno século XXI vivendo isso. Então, a gente começa a fazer kits com hidratantes, com perfumes, com esmaltes, com lixa de pé. Tem mulher que não podia aparar ponta do cabelo, porque o marido já achava que era por causa do macho. Não podia pintar a unha, porque se pintar a unha de vermelho, era uma prostituta. Então, ainda existe isso. E a gente, com o nosso trabalho, com o nosso fazer, a gente conseguiu desmistificar muita coisa. Então, eu acredito que essa arte que a gente tem usado, tem potencializado bastante aqui no nosso meio. Fazer com que essas mulheres entendam quem são elas, né? Eu acho que faltou isso lá atrás, com muitas de nós.

PACS: O que é cuidado para você? E como você se cuida?

Vera: Cuidado, para mim, é me fazer um carinho. Enquanto ser humano, enquanto fêmea, enquanto mulher, dona de mim, da minha cabeça, do meu corpo. Me reconhecer nos mínimos detalhes. Um ponto mínimo que me dá prazer, o cuidar é eu estar envolvida comigo mesma. Depositar todo meu carinho comigo. Não esperar que o outro esteja pronto para cuidar de mim, mas que eu, enquanto Vera, enquanto a fêmea, enquanto a mulher, enquanto a loba, esteja para me cuidar. O

meu orgasmo enquanto mulher. Eu acho que esse está o meu cuidado. E isso parte tanto de mim, tanto do corpo, quanto da minha mente. Se o meu corpo estiver bem, a minha mente vai estar bem. É eu estar preocupada com o meu mínimo para que o meu máximo esteja bem. Me olhar no espelho, gostar do que vejo. Dizer, ó: "Tô viva, tô pronta para viver hoje. Se for somente até hoje, eu vou estar feliz comigo."

PACS: E nesses processos todos, o que te adoece? E o que te cura?

Vera: O que me adoece é ver algumas pessoas do nosso meio desfazendo tudo que a gente faz. Para mim, o adoecimento parte disso, do preconceito, da omissão da justiça e das instituições. A falsidade de algumas pessoas que parecem compartilhar a luta, mas na verdade não. A morosidade da justiça é um mal que adoece, e a gente tem que conviver com eles. Assim, precisamos estar sempre reivindicando, isso faz parte da luta.

O que me cura é a resiliência. De dizer sempre: "Vamos para frente! Vamos avante, firmes!" Porque se isso não existir, a gente vai sucumbindo e morre. Então, para mim, são duas coisas que andam juntas: a minha resiliência e a minha resistência. Isso me faz estar viva e estar na luta.



PACS: São questões amplas, mas que ao mesmo tempo tocam a gente cotidianamente, né?

Vera: Eu sou muito feliz do jeito que sou. Quando falei assim, que os homens da Associação eram machistas e nos tinham como mulas, é porque eu era a mulher que pesava 55 kg, tinha um corpo de manequim, tinha uns cabelos pelo meio da cintura e esses homens eram todos doidos. Hoje, eu sou a mulher que está com 96 kg, que sou uma preta maravilhosa (risos), que só o siri na lata, mas que sei me impor, né? E sei tudo que quero. Hoje, eu sou bem mais feliz, tanto quanto mulher, me realizo muito mais, me conheço muito mais, me aceito muito mais. Já tiveram momentos em minha vida que eu pensei em suicídio, pensei em loucuras, e hoje eu me vejo muito forte. Eu tenho um orgulho da peste de mim, sabe? Eu vejo que eu posso avançar muito mais. Eu tinha essa capacidade e não me deram essa oportunidade. E hoje eu me dou essa oportunidade! Ano que vem, vou me formar em Serviço Social, já estou pensando em mestrado, eu já penso em doutorado, eu sou uma pessoa hiper ambiciosa com relação aos meus estudos. Eu fui 27 anos casada, 27 anos de casada com uma figura perversa. Que me fez muito mal. Mas que, de 5 anos para cá, eu sou uma nova criatura, sabe? Eu descobri que eu tinha vontade, eu descobri o meu corpo, eu descobri o mínimo que eu tinha, que era meu, que eu não sabia. Eu me amo hoje, sabe? Eu não preciso que ninguém diga que me ama, que ninguém me queira, que ninguém toque em mim. Se quiser tocar, beleza, a gente se toca. Se não quiser, vá para 'conchichina', porque eu sei, me conheço muito bem. Então eu sou muito feliz. Nossa! Eu sou a felicidade em pessoa!

ENTREVISTA COM ANTÔNIA MELO:

A história de resistência coletiva no Xingu[1]



Antônia Melo é liderança que ajudou a fundar o Movimento Xingu Vivo, de Altamira, Pará, e que luta contra a hidrelétrica de Belo Monte. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Yasmin Bitencourt e a edição do texto por Karoline Kina



PACS: Qual é a história de ocupação desse território, da relação dele com as comunidades que estão aí com a terra, água e com o espaço público?

Antônia: A história de ocupação daqui da região de Altamira no Xingu é longa, do que eu conheço. Essa região é habitada por povos originários, povos indígenas, os Caiapós, Jurunas, Asurinis, Arawetés, Xipayas, Araras e Curuais Esses são os povos que, ao longo dos anos, bem antes da chegada da Igreja e dos padres, ocupavam a região do médio e do baixo Xingu. Depois, veio a ocupação dos donos de seringais, dos seringalistas que recrutavam pessoas de outros estados, principalmente do Nordeste. Eu sou nordestina, nasci no Piauí e cresci ouvindo essas histórias de que os nordestinos vinham para cá para a chamada Era da Borracha, em que houve muitos conflitos de mortes. Essa atividade mexeu muito com a região e houve muita violência contra os povos indígenas, que reagiram à entrada dos seringueiros nessa área que eles chamavam de Alto Xingu, Iriri, que são os rios afluentes do Rio Xingu. Os indígenas foram atacados em seus territórios, que foram invadidos pelos brancos. Foi na época da borracha que houve um ataque da fauna e da flora, principalmente com a matança dos gatos maracajá, que tinham o couro vendido e davam muito lucro. Nesse jogo, os envolvidos eram os seringalistas e as empresas que se apossaram desse espaço, que também era uma área indígena, para matar os gatos. Foram praticamente dez anos de muita matança desses animais para a venda de couro. Nessa mesma época da seringa, também foi o período da venda de castanha-do-Pará. Eu já morava aqui no internato e via todos os dias, na beira do cais do Rio, a chegada de barcos lotados de seringa e castanha, atividades que duraram pelo menos duas décadas de muita venda e exploração de látex, da seringueira e de castanha-do-Pará.

1. Entrevista realizada em fevereiro 2020 e publicada em outubro de 2020.

Depois, veio a abertura da Transamazônica, na década de 70, com o slogan do presidente da Ditadura Militar, o Médici, de "Terra sem homens, para homens sem terras". Deixava subentendido que não existia ninguém na região, os indígenas sempre foram ignorados, assim como os cearenses do trabalho da seringa e da castanha que moravam aqui há muitos anos. Nessa época, a ocupação dessa região foi muito forte e, por trás, como tem em todos os projetos, existiam beneficiados como os fazendeiros e os grandes latifundiários. Isso culminou em um genocídio, um etnocídio contra povos indígenas, principalmente os Araras, que habitavam em Brasil Novo, a 40 km daqui, em Medicilândia.

O governo brasileiro trouxe os arigós, os cearenses, nordestinos e suas famílias inteiras para ocuparem a margem da estrada. Assim, foram criados os municípios atuais de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Rurópolis, Placas, Anapu, Pacajá, para depois vir a dominação do latifúndio nessas áreas. Ao andar hoje na região da Transamazônica, observam-se poucas propriedades da agricultura familiar, porque a maioria foi devastada e agora tem grandes propriedades de fazendeiros que estão na margem da estrada. Com essa transformação, o governo abandonou essas famílias, deixando-as sem nenhum suporte. Assim, muitas delas que vieram, não tiveram como voltar para suas regiões de origem, principalmente do Nordeste, e foram obrigados a vender seus lotes de beira da estrada para o latifúndio e se concentrar no fundo dos travessões, hoje chamados "travessões dos sinais". O projeto da Transamazônica do governo militar, ao trazer as famílias, foi uma ocupação colonialista, que tinha por trás o projeto do latifúndio.
No final da década de 80, início de 90, veio o anúncio da construção do Complexo de Barragens Kararaô. Em 89, os indígenas, liderados pelos Caiapós, fizeram uma grande mobilização aqui com mais de 1000 indígenas em Xingu, contra Kararaô. Eles foram apoiados pelos movimentos sociais, pela sobrevivência na Transamazônica, era um movimento de trabalhadoras, trabalhadores e estudantes dessa região, que foi apoiado por nós, pela Igreja e por tantos outros parceiros nacionais e internacionais. Então, o gesto heroico da índia Tuíra, chamando o representante do governo de "mentiroso", no encontro, foi denunciado ao Banco Mundial, que iria repassar a verba para a construção de Kararaô. A instalação foi suspensa e, desde isso, esse projeto de barragem permaneceu suspenso.

Em 2000, Fernando Henrique Cardoso, antes de deixar o governo, anunciou a construção do complexo, já com nome de Belo Monte, e não mais Kararaô. Então, os povos indígenas se mobilizaram, os movimentos sociais, porque sempre houve resistência em defesa do Xingu contra a construção de barragens, isso desde a década de 60. Aí, em 2003, com o Governo Lula, ele demonstrou que tinha mesmo interesse em construir Belo Monte, que era considerado o maior projeto de seu governo. Diante de tantas mobilizações, ocupações, pelos povos indígenas e movimentos sociais contra Belo Monte, além das mais de 25 ações na justiça comprovando a inviabilização desse projeto, o governo passou por cima das leis e, junto com "juízes políticos", aprovaram Belo Monte.

PACS: Como se deu essa ocupação colonialista?

Antônia: Chegaram os fazendeiros, os grileiros e políticos de todas as regiões do País, principalmente do Centro-Oeste, para tomar conta, quer dizer, invadir essa região. Por isso que os conflitos que já existiam historicamente se acirraram depois da construção da hidrelétrica de Belo Monte. É um outro destroço na vida das pessoas que já tinham esses espaços, como os ribeirinhos e os próprios indígenas, que sofrem com a invasão de suas terras; os agricultores da agricultura familiar, que em grande maioria foram expulsos de suas terras e que, com a indenização, que não valia muito, compram terras em outra cidade distante dessa região. Os povos indígenas, as comunidades, as famílias da cidade, tiveram suas vidas afetadas e toda a estrutura social que quase há quarenta anos se lutava para se ter uma cidade com hospitais, com escolas. Exatamente onde vem projeto após projeto, fazendo essa invasão contra a vida das pessoas. Na atualidade, primeiro veio Belo Monte e, hoje, se trabalha a grande ameaça que é a implantação desse outro monstro projeto, chamado Belo Sun, que continua junto com Belo Monte atordoando e colocando as famílias em situação de risco de vida. Com isso, todas as pessoas sofrem, perdem aquilo que já tinham. Nesse contexto, as mulheres são as principais vítimas desses projetos de destruição e morte.



PACS: Sobre a Transamazônica, quais foram e são os impactos e conflitos?

Antônia: Com a construção da Transamazônica, esse projeto de violência e morte, os impactos foram sobre a vida da população e o meio ambiente, principalmente para os povos indígenas. Teve uma ocasião em que alguns indígenas foram expostos presos em carroças pelos militares, no meio da rua, aqui em Altamira. A etnia Araras habitava esse território por onde foi aberta a picada para essa estrada, a BR-230. Naquela época, eram aqueles aviões da FAB e, até hoje, eu lembro do estrondo que eu ouvi a 40 km, porque na área da cidade do município de Brasil Novo, o governo mandou jogar uma bomba nessa aldeia indígena. Com essa quase extinção, o povo Arara passou anos tentando recuperar e aumentar o seu povo. Quanto aos impactos às famílias que foram arrancadas de suas terras, porque bem ou mal, eles estavam localizados nos seus estados de origem, principalmente no Nordeste, mesmo com a seca, eles estavam localizados, tinham seu espaço. Então, eles foram arrancados, com a propaganda enganosa do governo da época, como em todos os períodos e que ainda funciona hoje, dizendo que na região Norte tinha muita terra, fartura. Essas famílias foram jogadas aqui para abrir e povoar esse grande território da BR e muitas delas morreram de acidentes na estrada, de malária ou de um mosquito tipo um pium, mas muito mais feroz e venenoso, que causou a conhecida Síndrome Hemorrágica de Altamira. Eu mesma, quando cheguei aqui com quatro anos de idade em 1953, fui picada por esse mosquito, inchei muito e meu pai e minha mãe não tinham mais esperança que eu pudesse escapar, de tão mal, uma alergia tão forte, tão feroz, que paralisou meus rins, paralisou tudo. Mas, através das bênçãos e as luzes de Deus e do Xingu, estou hoje aqui. Assim, foram

muitos os impactos na saúde da população, na perda de familiares e no trabalho, porque as famílias começaram a trabalhar pesado. Nessa época, o governo abriu um lugar que armazenava arroz, feijão, todos os produtos da terra, onde os agricultores plantavam e esses produtos todos saíam daqui para outros estados.

A abertura da Transamazônica, na questão de políticas públicas, era praticamente zero. Na época, a Irmã Serafina, que é considerada como o anjo da Transamazônica, era uma freira muito caridosa aqui na região do Xingu e alugou uma casa para receber os doentes migrantes que vieram para a Transamazônica. Ela que cuidava, buscava auxílio e comida para esses doentes. Foi extremamente impactante e doloroso esse projeto de abertura da Transamazônica. E, um dos pontos muito impactantes, que marcou a destruição desse território, foram os gananciosos latifundiários que estavam por trás de tudo isso invadindo, tirando da mão dos agricultores, porque eles não tinham condições de levar em frente o embate e foram se instalar mais nos fundos, bem distantes, a 100, 150, 80, 50 km da faixa da estrada. A inauguração dessa rodovia aconteceu com a derrubada de uma castanheira secular que tinha aqui e, hoje, esse monumento, que já está apodrecido, ganhou o nome de “pau do presidente”. Foi um ato simbólico para dizer para o que veio: a destruição do meio ambiente.

PACS: E as resistências, como se davam?

Antônia: As famílias que ficaram aqui, que não tiveram mais dinheiro para voltar, foram se arrumando e foi criado um grande movimento chamado Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica em Xingu, formado por agricultores, mulheres, estudantes, pelo sindicato de professores e pela Igreja Católica do Xingu, na pessoa de Dom Erwin, e os padres das Comunidades Eclesiais de Base. O protagonismo dessas famílias que aqui conseguiram ficar aconteceu pela organização para chamar atenção do governo e para o fato de que abrir a Transamazônica foi um erro e abandonar as pessoas seria um erro maior. Assim, esse grande movimento organizado foi formado por lideranças, pela população trabalhadora organizada que deu início às políticas públicas para essa região. Muitas vezes, os grupos iam à Brasília, Belém, cobrar por políticas. Hoje, tudo que nós temos aqui, o hospital regional de alta complexidade, as universidades, as melhorias na saúde,

na educação, tudo que avançamos foi pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras de várias categorias daqui.

E, depois de cinquenta anos, essa estrada não foi pavimentada da forma como deveria ser. Com as famílias agricultoras à margem, não foi desenvolvido um melhor acesso para elas, nem políticas públicas e, acima de tudo, sem investimentos para a agricultura familiar, que nunca foi uma prioridade para o governo. Essa luta hoje continua nos municípios pelos grupos organizados, liderados pelas mulheres. Atualmente, nós temos uma grande organização delas em todos os municípios, que se articulam e lutam contra a violência à mulher, por direitos sociais, políticas públicas e pela questão dos direitos humanos.

PACS: E os megaprojetos atuais, Belo Monte e Belo Sun?

Antônia: Bem antes, já na abertura da Transamazônica, já tinha aqui na Volta Grande do Xingu uma mineradora, já que a área é riquíssima em minerais e em ouro, e por isso, sempre foi cobiçada por políticos. Jader Barbalho conduzia essa mineração, que era chamada Oca, e depois Taboca, que os garimpeiros tradicionais há mais de 40 anos exploram esse ouro. O que querem hoje, o Canadá através da Vale e da Belo Sun, é passar por cima de tudo. Esses políticos, na época, principalmente pela figura de Jader Barbalho como governador do Pará, promoveram uma matança na Volta Grande contra garimpeiros, exatamente para tomar conta desse espaço e das atividades da mineração. Essa exploração nunca foi pacífica e os garimpeiros nunca tiveram nada, só o trabalho, e muitos perderam a vida. Ainda hoje tem um grupo que continua fazendo essa extração de uma forma bem artesanal, que não prejudica o meio ambiente. Há outra situação nessa região que a gente pode considerar de projeto de destruição, que é a questão da grilagem das terras, dos conflitos agrários. A reforma agrária, infelizmente, nunca foi feita nem nesse país, tampouco nesta região. Os poucos assentamentos que foram feitos nas terras públicas nunca foram legalmente efetivados por meio de políticas públicas. Infelizmente, nem o governo de Lula fez isso, deixou tudo para trás e só aumentaram os conflitos. Atualmente, é possível dizer que há um projeto de consórcio de grileiros e fazendeiros, que a todo custo querem se apossar dessas terras públicas para montar seus negócios do agronegócio, para eles é tudo sobre a terra. O que chamamos de “consórcio da morte”, que só tra-

balham para a destruição, tanto do meio ambiente, como da terra, dos agricultores, das pessoas que estão próximas dessas áreas ou residem nessas terras. São terras federais, que esses fazendeiros não têm os direitos garantidos de acordo com a lei.

PACS: Sobre Belo Monte, que já foi implantado, quais foram os impactos e perdas?

Antônia: Belo Monte é uma destruição com impactos irreversíveis, que nunca será fato consumado porque os prejuízos, a destruição ambiental, aquática, da fauna e flora, dos seres humanos e da saúde mental nunca vai acabar, porque cada vez mais aparecem mais impactos que esse projeto vem deixando ao longo dos anos e do dia a dia.

Belo Monte deixou o empobrecimento na vida das pessoas, sendo os grupos das famílias ribeirinhas tradicionais que viviam há anos nesses locais, com suas culturas, conservando e preservando a natureza. Ao serem expulsas de seus lugares, elas ficaram doentes, como confirma um relatório feito por uma equipe de psiquiatras e psicólogos que vieram da USP, trazida pela historiadora e jornalista Eliane Brum, pela procuradora da República Dra. Taís e pela Dra. Sônia Magalhães. Essa equipe de profissionais conversou com essas pessoas, para que sentissem o tamanho do impacto que Belo Monte deixou na vida delas. Eles definiram que essa usina deixou na vida das famílias o adoecimento humano, que parece ser invisível e não ter diagnóstico, mas que as pessoas estão doentes por dentro, espiritualmente, psicologicamente. Belo Monte não será fato consumado. Suas ruínas estão, dia após dia, na vida das pessoas. E há o empobrecimento dessa população, porque antes elas tinham seu lugar, elas dizem que antes elas eram ricas e agora elas se tornaram empobrecidas. As famílias da cidade que moravam nos bairros aqui da periferia, como eu morava, tinham acesso aos bancos, aos supermercados, às igrejas, aos hospitais e agora elas foram para longe, vivendo a 5, 6, 7 quilômetros, sem transporte, sem condições boas de vida. Aqui, elas tinham churrasquinho, vendiam uma merenda na porta da escola, vendiam croché. Principalmente as mulheres ficaram mais empobrecidas, tinham seu ganho, faziam bicos para ajudar nas despesas e na economia da família. Hoje, distantes nesses bairros, elas não têm para quem vender, porque a maioria do povo que está na região é igual a elas economicamente, não tem dinheiro nem emprego.

Volta Grande do Xingu é um território altamente ameaçado de secar, de virar um sequeiro de mais de 100 quilômetros, porque é uma barragem inviável, que não garante os 11.223 megawatts como o governo e a empresa falam. Não tem recursos suficientes para isso, e eles prendem a água e não deixam passar como era antes para esses mais de 100 quilômetros abaixo da barragem chamada Pimental, que barra no Rio Xingu. Com isso, os moradores sofrem sem água, os indígenas, os pescadores, as comunidades rurais tradicionais e muitos igarapés secaram. Se você me pergunta: "Antônia, fala aí um bem que Belo Monte trouxe?", estou procurando ainda. Não acho não, eu sei que nunca vou encontrar.

PACS: E como está a resistência nesse processo de "projetos de morte" e como você vê o papel das mulheres nessa resistência?

Antônia: Nós somos aqui aclamadas em vários lugares do Xingu, porque fazemos resistência, claro que tem homens participando também, mas todas essas lutas são lideradas pelas mulheres. Essa resistência se dá através do Conselho Ribeirinho, que tem em sua maioria mulheres lutadoras. Tem o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, temos o Coletivo de Mulheres do Xingu, que nasce daqui do Movimento Xingu Vivo para Sempre, temos o Coletivo de Mulheres Negras, tem o movimento negro que, assim como outras organizações aqui em Altamira e nos outros municípios, são lideradas pelas mulheres. Nós trabalhamos na formação exatamente para que elas possam estar preparadas para saber sobre nossos direitos, para ajudar pessoas, orientar, para cobrar das autoridades seus direitos, as políticas públicas, sociais, que são as nossas bandeiras de luta. E, principalmente nesses tempos de Belo Monte, trabalhamos contra a violência às mulheres, crianças e juventude, que começamos no ano passado, porque foi um extermínio quase total da juventude na região pelas drogas, a criminalidade, e não vimos nenhuma autoridade preocupada com isso. Então, tomamos a frente, realizamos audiência e fomos nas escolas com a juventude, com as crianças, com os adolescentes, para que eles falassem naquele espaço. E, esse ano, estamos com uma parceria com uma entidade que há muito tempo está conosco, para trabalhar sobre as políticas públicas e sociais para a infância e adolescência de Altamira.

Porque Belo Monte não trouxe nada para eles, trouxe a criminalidade, as drogas e a morte. As mulheres rurais lutam pelas políticas públicas para o meio rural, pela questão ambiental, e estão nessa linha junto conosco nessas bandeiras de lutas. Só não ocupamos o poder público. Apesar de existirem algumas mulheres na Câmara de Vereadores, infelizmente elas não nos representam. Apenas uma delas que é corajosa, que fala. Fora esse exemplo, estamos ausentes no espaço político.

PACS: Quais outros impactos você vê que atingiram mais especificamente as mulheres com esses megaprojetos?

Antônia: Altamira sempre foi palco de cidade violência contra mulheres e crianças. Na nossa luta, principalmente liderada pelas mulheres, nós conseguimos reduzir muito isso, com outros parceiros, mas sempre fomos nós, as lideranças, na linha de frente. Conseguimos parar o assassinato das crianças na década de 1988 a 1993, no caso dos meninos emasculados em Altamira. Conseguimos parar, a gente diz que 99%, os crimes e assassinatos contra as mulheres. Fizemos um trabalho de sensibilização nas escolas sobre a violência e conseguimos trazer para cá uma delegacia de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Também foi uma conquista a chegada dos órgãos de sistema de direitos, sistema de justiça, ministério público, defensoria, juizado na região. Tudo foi luta nossa, com outros parceiros, mas sempre com nós, mulheres, na liderança.

Com Belo Monte o grande impacto sobre as mulheres foi a volta da violência doméstica, muitas foram assassinadas, inclusive aquelas que trabalhavam nesse empreendimento vindas de outros estados. Tivemos notícias que foram assassinadas dentro do trabalho. Muitas sofreram violência sexual. Não podiam sair na rua, com o local cheio de peão, de trabalhadores da obra. As mulheres ficavam expostas aos assédios e violência sexual. Entre meninas e adolescentes, aumentaram os números de gravidez na juventude. Um problema também foi a desestruturação familiar, porque mulheres tinham que sair para trabalhar, os filhos ficavam jogados e caiam na criminalidade, nas drogas. Diziam que grande maioria desses postos de trabalhos de Altamira seriam para as mulheres da região e não foi verdade, porque elas pegaram os piores trabalhos, mais pesados, já tinham qualificação profissional. Apesar de eles terem aberto o espaço para qualificar as pessoas, homens e mulheres, algumas tiveram algum retorno, mas em grande parte foi uma grande farsa. Então, em meio a essa propaganda enganosa, as mais impactadas foram as mulheres.

PACS: Pode falar um pouco mais sobre as comunidades que mais foram atingidas por esses projetos?

Antônia: Toda a região foi impactada pelo aumento da violência, tanto contra as mulheres, como a violência como tal, muitos assaltos, muitos assassinatos. Altamira despontou em 2015 como uma das cidades mais violentas do país pelo tamanho da população pequena, em comparação com Rio de Janeiro e outras cidades. Toda a região foi impactada, quem morava na área rural, era um sossego, tinha paz. Hoje ninguém, em nenhuma região, tem essa paz. Sempre tem muitos crimes na área rural, de roubo, de assalto, de mortes. É um impacto geral de que a tranquilidade que tinha em Altamira e, nessa região, não existe mais e as pessoas vivem com muito cuidado, sobressaltadas. Tem entidades que falam que as empresas colocam o que elas querem colocar, para moldar a cabeça das pessoas dizem que existem "os atingidos diretos e atingidos indiretos". Não existem atingidos indiretos, porque todas as pessoas são atingidas diretamente. Existe uma qualificação — aquelas que são expulsas, que vão passar por cima; aquelas que perdem o seu comércio, o seu modo de vida, a sua produção; aquelas que perdem a sua tranquilidade; aquelas que perdem a sua sobrevivência, como no caso das comunidades ribeirinhas que foram impactadas. As comunidades indígenas foram e estão sendo muito impactadas, porque foram altamente enganadas. É o grupo que, tanto a empresa, quanto o governo investe mais para tentar calar, porque sempre



foi o grupo de força da região na luta pela defesa de seus territórios e suas vidas. Não é à toa que o Ministério Público Federal tem 25 ações e, dessas todas, o ponto focal são os impactos contra as comunidades indígenas. Por fim, a última das ações é uma que condena a Norte Energia e o governo por etnocídio dos povos indígenas aqui do médio Xingu.

Além desses dois grupos muito impactados, as famílias ribeirinhas que foram expulsas de onde hoje é o lago aqui em Altamira, nos conselhos elas foram obrigadas pelo Ibama, com o pedido do Ministério Público Federal para que elas fossem realocadas, reassentadas numa terra próxima ao rio, na área do lago. Há quase três anos que essa briga acontece. Até então, foram assentadas 140 e poucas famílias, mas tem mais de 200 para serem reassentadas e, até agora, isso não saiu do papel. Essas pessoas estão pela cidade, passando fome, algumas mais de idade já faleceram. Perderam o rio ou moram longe do rio, sem condições de subsistência. As que estão reassentadas não têm condições de produzir alimento, porque o rio não tem mais peixe. Esse é o quadro extremamente violento, esse é um crime contra a humanidade dos povos do médio Xingu. As outras comunidades que na cidade moravam em bairros periféricos, mesmo no centro da cidade em meio aos alagamentos, as pessoas viviam bem razoavelmente, mas nós sempre lutamos para que fossem feitos aterros e melhorias nesses bairros, mas eles não fizeram porque já esperavam por esse projeto destruidor, que é Belo Monte. Essas populações foram arrancadas para longe, ficaram desempregadas em sua grande maioria, sem condições de sobrevivência, sem água. Vários pesquisadores do Brasil e do mundo que vieram aqui, que todo ano vêm desenvolver teses de doutorado e mestrado, estudam esse impacto do projeto de Belo Monte e eles alegam que depois de ouvir e fazer as pesquisas, que o maior impacto que Belo Monte trouxe para a vida das pessoas foi a violência e a falta de água. Se você me pergunta quem é mais impactado, são as comunidades ribeirinhas, depois os indígenas, e por aí vai. E não podemos esquecer também que a infância e juventude foi e está sendo ainda um grupo muitíssimo impactado, que sofreu a destruição de seu futuro.

PACS: Pensando nas possibilidades diante desse cenário tão difícil, qual é o mundo que você acha que as mulheres de luta podem construir?

Antônia: Eu acredito que as mulheres de luta podem construir e estão construindo um mundo ambiental de vida e de paz. Caminhando e lutan-

do é que se constrói a paz. É isso que nós estamos fazendo. Lutando para a construção de um mundo ambientalmente, ecologicamente sustentável e um mundo de paz para as presentes e as futuras gerações.

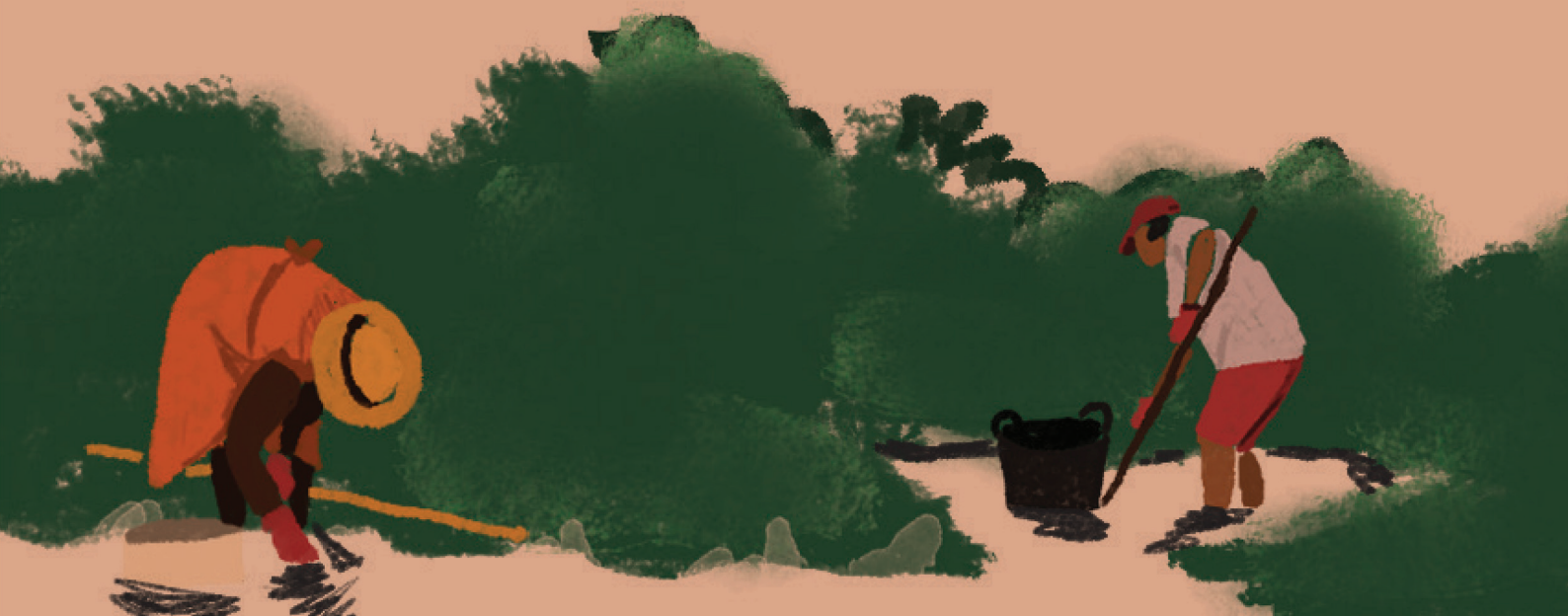
PACS: Nós agradecemos muito. Obrigada por sua força, sabedoria e luta.

Antônia: Eu sou uma pessoa, meu compromisso é esse. Todo esse trabalho não é isolado, ele é coletivo. E obrigada também vocês que vieram de longe para o encontro do Núcleos da Bacia do Xingu. Contamos com a parceria de vocês que têm nos ajudado a fortalecer esta luta por um mundo ecologicamente conservado, respeitando as áreas preservadas com envolvimento das populações tradicionais, comunidades do campo e cidades em suas culturas, economias, saberes e religiosidades. Lutando por investimentos e respeito a Mãe Natureza, a Mãe Terra no Bem Viver em caminhada pela paz.



ENTREVISTA COM ANA SANTOS:

Agricultura urbana, feminismo e resistência na Favela da Penha e Serra da Misericórdia[1]



Ana Santos é Integrante do Centro de Educação Multicultural (CEM) e da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Marina Praça e a edição do texto por Karoline Kina.



PACS: O que é luta para você?

Ana: Bem, eu, enquanto mulher preta, acho que eu já nasço lutando, né? Primeiro, lutar para resistir, para viver... e essa luta, para mim, ela começou pela educação. Com 9 anos de idade comecei a ensinar minhas irmãs, minha avó... então, eu entendi essa luta como a leitura, porque eu via a leitura como abrir os olhos para o mundo. Eu acreditava que se a gente sabe ler, a gente sabe escolher. E, depois, a luta de manter minha família. Meu pai foi assassinado, e aí, mais uma vez, eu e minha mãe tivemos que lutar para manter viva a nossa família. Então, primeiro uma luta muito interna dentro de casa, depois essa luta começa a ir para rua. E aí que eu entendo o que é lutar, o que é militar, e o que é se envolver na militância e entender que essa luta se expande para a cidade. Como mulher, como resistência...

PACS: E nesse processo todo, o que você acha que te movimentou?

Ana: As mulheres... a relação com as mulheres. A minha casa sempre teve muitas mulheres, minha tia, minha avó, minha mãe, e isso sempre me moveu. O amor da minha família, minha família mulher. E me move, também, saber que é possível mudar essa realidade que a gente vive, que juntos é possível. Então, a mudança é o que move.

PACS: E como você se entendeu como mulher? E como mulher de luta?

Ana: Eu me entendi como mulher com 14 anos de idade, quando meu pai foi assassinado. Ali, eu precisei não só me entender como mulher, mas como pai. Muito doido isso, né? Porque, até então, eu tinha uma luta muito... não uma luta feminista. Eu não conseguia me ver feminista, mas a perda do meu pai foi um momento que eu falei: "Agora eu tenho que ser adulta, de verdade." Então, ali eu me vejo como mulher.

1. Entrevista realizada em outubro 2019 e publicada em novembro de 2020.

Depois, quando eu chego na favela, eu começo a me entender feminista e a entender a minha luta, apesar de que ali eu não via como luta. Eu via como ferramenta de transformação. Vir para dentro da favela foi muito importante, não só pelo conflito, mas de ver como as mulheres vivem aqui dentro, como é forte o machismo aqui, como é forte o racismo, né?

PACS: Você se vê nas mulheres do passado?

Ana: Muito, a cozinha é o reflexo disso. Quando eu nem sabia direito ler e escrever, eu já sabia ajudar na cozinha, eu já tinha esse papel. Muita mulher fala que: "Ah, a gente luta por trabalho, por igualdade no trabalho...". Eu nasci trabalhando, minha lembrança de vida é trabalhando. E a cozinha sempre nesse trabalho... ou educação, ou a cozinha, né? E eu me encontro nas mulheres do meu passado, porque são minha origem...indígena, africana. São mulheres muito fortes. E eu sempre quis ser muito forte igual a minha avó, que está hoje com 100 anos.

PACS: Como foi a sua trajetória? De onde você saiu, onde você nasceu, como você chega até aqui?

Ana: Nasci na Baixada Fluminense, em Nilópolis. Então, com nove anos, começo a dar aula em casa e continuei até os 14, quando meu pai morre. Desse tempo em diante, a gente tem que começar a rever a nossa vida, e aí, eu tenho que trabalhar como babá, ajudar minha mãe fora. Nossa vida já não era muito boa, mas ela fica muito ruim. Antes do meu pai morrer, a gente já tinha uma decisão de vir para a Penha e, quando eu faço 20 anos, eu decido vir. Falo: "Não, eu quero mesmo ficar na Penha." E a minha mãe não quis, minha mãe quis continuar lá. Só que, para mim, era muito dolorido, porque logo depois que meu pai morreu, a minha avó não aguentou e morreu também. O meu tio foi assassinado logo em seguida, então era muito terror ficar no lugar onde três pessoas que eu amava muito morreram.

Então, eu chego na favela mesmo com esse intuito de continuar o trabalho, porque em Nilópolis não tem o tráfico armado, mas tem o jogo de bicho. Ele é muito massacrante ali, porque determina que empresa que vai ter, qual é a cor que vai ser o turno, qual o dinheiro que vai entrar, e eles são donos de tudo ali dentro. Então, a experiência que eu tinha era nenhuma com 18, 19 anos. Isso me imobilizava. Me sentir imobilizada me parava, né? Como é que eu faço para

lutar? E eu vi que a favela era um lugar mais aberto, apesar de ter todo o tráfico, a inserção de projetos aqui era muito mais fácil do que lá dentro.

PACS: Como surge o CEM?

Ana: Ele nasce muito inspirado no trabalho do Luiz Poeta, que fundou o Verdejar, quando eu cheguei e vi aquele coroa, eu fiquei muito apaixonada. Coroa muito simples, com vários matos na mão, pegando, cheirando e contagiando. E eu falei: "Gente, eu quero trabalhar com isso." Dá para ser professora e trabalhar nesses caminhos, né? Então, a gente começa e desenvolve aqui o espaço chamado Centro de Educação Multicultural. E aí, pelo Luiz Poeta e pela Marcelle, a gente chega na Rede Carioca. Eu começo a entender que o nosso trabalho não era só de educação, mas era de Agricultura Urbana, e que isso era possível. Então, a gente muda o nome para Centro de Integração da Serra da Misericórdia, envolvendo plantio, a educação e outros aspectos culturais. Eu começo a entender que a soberania alimentar nutricional pode ser eixo central desse trabalho. Através da comida que a gente começa a se transformar, a interagir e a introduzir a Agricultura Urbana nesse processo. E entender essa maturidade também, que a agrofloresta aqui não é mais possível hoje, mas é possível mudar a casa que eu estou. Ela não precisa ser de papelão, ela não precisa ser de palha, eu não preciso cagar dentro de um buraco. Eu posso acessar comida, eu posso cuidar da água, eu posso interagir com o ambiente e gerar gás.



Então, esse processo de Agricultura Urbana vem abrindo, que a partir da minha casa, do meu corpo, do meu território.

PACS: Enquanto essa mulher que luta, como você sente os impactos dos megaprojetos dentro da favela?

Ana: Você consegue perceber esse grande impacto quando você sabe que está dentro de uma área verde, em recuperação urbana, e que isso não faz diferença nenhuma para a cidade. Que quanto mais se precisa de cimento e de pedra, mais eles vão explorar a terra, mais a gente vai estar fora dessa condição: "Que direito à cidade eu tenho?" Então, o processo de militarização aqui em 2012, quando veio a UPP, foi muito forte, porque um bairro que não tem escola técnica, que não tem hospital que funciona direito e você vê uma unidade de polícia pacificadora, de ocupação a cada 20 metros. Que crescimento é esse de cidade? Segurança para quê? Quando você tem um parque da cidade, que ele é gradeado por corrente e por arame farpado, e que a quadra é ocupada pela polícia. Quando durante a copa, a pedreira que explodiu uma vez por dia, passa a explodir duas vezes por dia. Para mim, ter ficado em Vargem Grande foi muito sensível — Ana precisou passar um período em Vargem Grande junto aos agricultores locais, fortalecendo a Feira da Roça — porque eu fui para um lugar que é um território muito conflituoso, mas muito diferente da favela. As armas, as coisas são todas invisíveis, mas que é uma violência muito forte, mas diferente. Só que eu conseguia dormir, porque não tinha tiro, eu tinha facilidade de ir e vir. E aí, quando eu volto, a primeira coisa que me aconteceu foi me paralisar de novo, porque fica claro como a gente normaliza a situação que a gente vive de violência. A gente naturaliza esse processo de violência contra os nossos corpos, para resistir e seguir vivendo.

Os jovens que participavam do projeto do CEM, que precisou ser paralisado por forças externas, a metade morreu, gente. Porque quando você está, você naturaliza tanto. E aí, eu falei: "Caralho, que lugar é esse? Tipo... a metade morreu, e a outra metade hoje está no tráfico." Aí a gente via a importância do nosso trabalho e de coexistir aqui dentro, e de criar redes, de se fortalecer. Porque o projeto para favela, é mesmo um projeto de vida, para a gente não viver muito tempo, né? Quando eu vejo que a minha avó tem 100 anos, eu falo: "Gente, será que eu chego a 100 anos aqui dentro?"

PACS: Como você vê o seu corpo?

Ana: Na articulação de agroecologia, as meninas fizeram o encontro do corpo. Eu não via meu corpo, para mim era só um corpo de trabalho. Eu preciso estar de pé, para resistir e trabalhar. E aí, era um trabalho que, mesmo sendo coletivizado, era muito para o outro. Acho que a Roda de Mulheres, o grupo do GT da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, eles começam a me entender, esse corpo meu também, né? Mas, o meu corpo, sendo bem sincera, é um corpo de trabalho.

PACS: O que você carrega nesse corpo de trabalho?

Ana: Eu carrego luta, esperança. Eu carrego vontade de vencer, sabe? Vontade de vencer junto com outras mulheres. Eu carrego amor, partilhar, solidariedade, esperança. E carrego revolta também. Muitas das vezes, porque, que relação é essa, né? Essa mesma terra que gera um fruto, que gera um alimento, que é a terra do cultivo, também nos enterra. Esse meu corpo está em qual terra, sabe? Nessa mesma terra que planta, mas essa mesma terra que a gente vê cada dia um sendo derrubado.

PACS: Você consegue ver e sentir no seu corpo de onde vem o impacto desses megaprojetos?

Ana: Eu tenho muitas doenças pulmonares, então, é difícil engolir tudo que está vindo. O pulmão sente muito... você tem que resistir, tem que estar sempre bem. Assim, eu estou com o grupo das mulheres, eu tenho que estar bem porque eu sei que a vida delas, muita das vezes, é mais difícil do que a minha. Então, é um corpo frágil por dentro, mas enrijecido por fora. É um corpo que não é cuidado, que levanta todos os dias e que, muitas vezes, nem se toca, mas que precisa estar de pé. Eu acho que eu só vivo mesmo porque eu consigo manter vivas muitas outras mulheres. Mas, a minha vida, sendo bem sincera, não é fácil. Sem demagogia, eu me vejo como uma ferramenta mesmo, que pode levar e fazer as mulheres acreditarem e transformar junto com elas.

PACS: Como respirar no meio desses conflitos?

Ana: Nesse momento, assim, quando nos unimos. Quando faço atividades com as mulheres na favela. Mas vem tanta coisa também, que ao mesmo tempo que é um respiro, é ir para casa mastigada, sofrida. Até estar no momento de respiro, acaba sendo também um momento de aflição, sem exagero.

PACS: Você acha que a luta pode ser um respiro?

Ana: Em alguns momentos, sim. Nos encontros, né? Até para você ver sua luta por outro ângulo, quando você tem outras perspectivas. O encontro é um respiro. Viajar é um respiro. Eu só viajo por conta da luta, quando tem encontro da Rede. Fora disso, eu acho que eu nunca ia viajar, pelo dinheiro, pelo acesso, ou porque eu também não ia me dar esse luxo de sair, viajar... então, o respiro se dá também nesses grandes encontros.

PACS: De que parte do seu corpo você sente que vem a sua força?

Ana: Minha força vem da minha garra, né? Do meu peito. Acho que é por isso que a asma está sempre muito forte. Aqui, ó, no meu coração, no meu peito. Isso me faz acreditar. E, ao mesmo tempo, isso também me paralisa.

PACS: Onde a arte está em você?

Ana: A arte está nos meus turbantes, a arte está na cozinha, porque eu sempre cozinhei para as minhas irmãs. Eu não queria que elas tivessem que comer as sobras que a minha mãe trazia. Só que a variedade de pratos era muito pouca e não tinha o Google nessa época. Então, a arte começou a vir pela criatividade mesmo, de transformar o que eu tinha. Minha avó tinha um quintal onde ela plantava. A gente tinha muitas árvores frutíferas e isso que transformava todo nosso prato. Aí sempre tinha um suco, sempre tinha um talinho no meio.

PACS: O que te adoece? E o que te cura?

Ana: A pedreira me adoece. Ela me adoece quando eu vou por trás e vejo que está tudo um lixo, e cada vez pior. Ela me adoece com pó de pedra. Essa violência, simbólica e não simbólica, me adoece muito. É uma angústia o tempo todo, sabe?

Me curo quando eu estou em rede, quando eu estou em roda, sabe? Quando eu vejo alguém experimentando algo que eu fiz, que é barato, e que é possível, transformador, que vai mudar a perspectiva delas na cozinha. Porque eu sei que uma das coisas que mais sucateia o povo e que mais mantém o povo mesmo nesse lugar é a alimentação. Então, quando eu vejo que é possível pensar e transformar as pessoas a partir da alimentação, isso me dá muita vida.

ENTREVISTA COM ANGELA CUENCA:

A articulação de mulheres na Bolívia[1]



Angela Cuenca é integrante do Colectivo de Coordinación de Acciones Socio-Ambientales (Colectivo CASA), de Oruro, Bolívia. A entrevista foi realizada por Marina Praça e Ana Luisa Queiroz e a edição do texto por Karoline Kina



PACS: O que é luta para você? E o que te move?

Angela: Para mim, a luta é um processo em que se defende, em que se faz respeitar os próprios direitos. Sinto que uma luta é também uma força que cada um de nós, especialmente as mulheres, temos em busca de ideais.

Do meu trabalho, da questão ambiental, estou muito comovida com as injustiças, as injustiças sociais, as injustiças ambientais que vivemos. Quando fazemos uma análise com a nossa equipa do Colectivo CASA, é sempre para pensar por que nos articulamos, porque nos reunimos, e é precisamente porque vemos que há tantas injustiças, ainda mais quando há projetos de mineração. Vê-se que se está gerando uma situação de despossessão, estas lacunas econômicas estão tornando-se mais visíveis, porque há alguns que têm muito, que procuram o poder, ao contrário de outros, que são as comunidades, que são as mulheres, que estão em total desvantagem. E é uma forma tão forte de despossessão que algo precisa ser feito. Assim, articulam-se e lutam pelos seus ideais, lutam contra estas formas de injustiça e veem que pouco está acontecendo, mas que há tantas necessidades que têm de ser combatidas. É preciso unir-se e ser forte pelos seus ideais, contra estas formas de injustiça, contra estas desigualdades.

PACS: Como você se compreendeu como mulher ao longo da sua vida? Você se vê nas mulheres do passado?

Angela: Venho de um processo antigo e muito coletivo. Penso que a maior parte dos nossos anos de trabalho foram feitos com organizações mistas, trabalhamos com homens e mulheres nas comunidades. Mas, desde 2013, sinto que, pessoalmente, temos dado um passo tão forte para olhar para as mulheres, para olhar de forma diferente para o

1. Entrevista realizada em abril 2020 e publicada em dezembro de 2020.

trabalho, a luta, a resistência das mulheres. Porque vimos que todo o trabalho que fizemos foi sempre com homens. Assim, a partir de 2013 foi um ano-chave para nós, e no final deste ano formamos a Rede Nacional de Mulheres em Defesa da Mãe Terra.

Sinto que a minha identidade no trabalho com mulheres, na valorização do nosso trabalho, dos nossos sentimentos, da nossa maneira de ver, vem de antes. Também sinto que a própria sociedade nos esconde, nos impõe quadros e em relações muito desiguais. Portanto, penso que venho desse processo e, desde 2013 até agora, descobrimos que é tão importante esta articulação das mulheres, estarmos juntas, trabalhar de forma coordenada, apoiar-se mutuamente e valorizar estas formas de cuidados que nós mulheres temos. Os nossos cuidados, tanto familiares, coletivos, mas também estes cuidados individuais. Porque, muitas vezes, não nos damos conta de que nós, mulheres, somos as que sustentam a vida.

Sinto que a minha identidade é também reforçada por tantas lutas, por tantas mulheres, não só a nível local. A nível local, por colegas tão enraizados e que nos ensinam todos os dias as coisas que precisam ser feitas, mas também pelas nossas avós, as nossas mães, que são pessoas que inspiram, e que, de outra forma, também nos mostram o caminho que precisamos seguir.

PACS: Como você vê o seu corpo? O que você carrega nele?

Angela: Tenho alguns amigos em Challapata, que é uma zona de resistência muito forte, e morro de rir porque há uma irmã, a Naomi, que fala sempre de mim nas reuniões e eu fico muito envergonhada. Mas ela diz: “Neste pequeno corpo, há tanta força”. Sim, eu sinto que, realmente, neste corpo há muitos sentimentos, muitos pensamentos. Também há muita raiva. É um corpo que alimenta a solidariedade, certo? E, bem, às vezes penso que há muitos sentimentos no interior, mas precisamos aprender a canalizá-los, porque há o risco de ficar deprimido, ou de ficar para baixo, porque se veem todas as injustiças à sua volta. Mas, ao mesmo tempo, sinto que este corpo tem muita alegria, muito anseio por justiça, muitos sentimentos bonitos. E aprendi que trabalhar com mulheres é uma obra de amor, de afeto, e é também o que me permite ter força.

PACS: De que parte do seu corpo vem a sua força?

Angela: Acredito que a minha força vem centralmente do coração e da cabeça, porque são estas ligações e, bem, também dos pés que são a base forte que permitem avançar com tudo. Sinto que o corpo é realmente super complexo, é um espaço que nos permite fazer tantas coisas, desde o físico até o emocional. Portanto, a força também tem ligação com os desejos. Combino força com desejo, porque se não tivéssemos estes desejos de fazer coisas, talvez o corpo pudesse já não ser como um instrumento, mas há coisas muito mais complexas no seu interior.

Acredito que os corpos não são corpos isolados. Sinto que os corpos estão sempre ligados e estão ligados a outras pessoas, que o inspiram, que o ajudam, que estão em cumplicidade. Assim, os nossos órgãos, ou seja, os nossos pulmões, o nosso coração, a nossa cabeça, a nossa mente, estão ligados com outras pessoas, mas também com espíritos, com os nossos antepassados, que nos iluminam e nos guiam nas coisas que temos que fazer.

PACS: Onde está a arte em você? E nos espaços coletivos que faz parte?

Angela: Acredito que a arte, no meu corpo, está mais no meu coração. Porque, sinto que todas estas necessidades, esta iniciativa de poder ligar, de poder pintar a realidade de outra forma, está no coração, no fato de querer, de transformar, partilhar. Também sinto que está na boca, na palavra, em ser capaz de falar, mas também em ser capaz de ouvir. Sinto que, para transformar, para pintar, para desenhar uma realidade diferente, precisamos ser capazes de falar, comunicar, ouvir, porque senão, não seríamos capazes de pintar nada, estaríamos tão isolados das coisas, não estaríamos? E como pode perceber tudo o que é através do seu coração, através dos seus sentimentos, através destas ligações muito raras que são inimagináveis.

PACS: Para você, o que é cuidar de si? Como você se cuida?

Angela: Cuidar de si próprio é uma prática que, pessoalmente, me tem tocado duramente. Sinto que é muito fácil tomar conta dos outros, e é como um objetivo de vida isso. Mas quão importante é pensar em nós, trabalhar conosco, ver-nos. É muito difícil, não é? Agora tenho me dado

um tempo para descansar, porque cheguei a uma fase em que o sono não era importante, nada importava. Mas senti o meu corpo ficando mais fraco e tudo o que eu queria fazer já não era possível. Portanto, agora o principal, para mim, é dividir os meus espaços: o meu espaço de trabalho com o meu espaço familiar, o meu espaço pessoal, e o meu espaço de casal. Para ter os momentos de trabalho claros, mas sem que isso afete o meu modo de vida.

Parte do cuidado tem ligação com a nossa comida, porque penso que, pessoalmente, tenho sido como um leitão, que come tudo o que há, mas sem se dar conta que há alimentos que nos tornam fortes, há alimentos que são necessários e que, se não cuidarmos de nós próprios, estamos colocando em risco não só a nossa vida, mas tudo o que podemos fazer pelos outros. E isso tem sido difícil de compreender, mas tem sido um processo muito agradável que temos tido desde o ano passado com os nossos parceiros, de pôr em prática os cuidados e os cuidados coletivos.

E algo que aprendi ultimamente é que não tenho de carregar a tristeza dos outros. E é muito difícil, porque sinto que toda a minha vida tentei me colocar no lugar da outra pessoa e viver o que ela estava vivendo para ajudar. E como se livrar disso? Não quero dizer que me tornei insensível ou algo do gênero, mas tem a ver com aprender realmente a canalizar e a transformar todas estas emoções em coisas intencionais, que não só ajudam a mim mesma, mas também podem ajudar a outra pessoa. Mas é preciso libertar-se um pouco dos fardos.

PACS: O que te adoece? E o que te cura?

Angela: A injustiça me deixa doente, zangada, me deixa impotente, tão triste, tão desesperada. Muitas vezes sinto ódio, ódio contra aqueles que estão provocando algum tipo de injustiça.

O que me cura é o poder coletivo, definitivamente, o poder de falar, articular, de sonhar com outras pessoas. Penso que é isso que me cura. Mas também ser capaz de fazer algo, a partir destes sonhos, ser capaz de criar, ligar, de traduzir em fatos. E aprendemos que estar bem, que o seu corpo está bem, é também que todas as suas ações estão bem. Se o seu corpo é mau, se o seu corpo está doente, está com raiva, com ódio, com sentimentos negativos, não será capaz de fazer nada.

PACS: Como surgiu o Colectivo CASA?

Angela: O Colectivo CASA nasceu há 12 anos, de um pequeno grupo de jovens profissionais com muita raiva das injustiças que vinham da mineração. Vivemos numa área onde a prática existe desde os tempos coloniais, mas desde a década de 1980, as operações de extração em grande escala foram iniciadas por empresas transnacionais. Assim, em 2008, nos reunimos e decidimos, primeiro, fazer um grupo de reflexão e análise frente ao que estava acontecendo. Depois, decidimos nos reunir como um coletivo e começar a apoiar comunidades, organizações, grupos de base que tinham exigências sociais e ambientais. Daí nasceu o coletivo e, como disse, com uma primeira fase de trabalho muito comunitário, a partir dos direitos coletivos. A partir do ano 2013 começamos com um trabalho com uma perspectiva feminista.

Nos identificamos muito com a ecologia política, mas também com o ecofeminismo. Porque sentimos que estas lutas sempre estiveram ligadas a formas de despossessão, contaminação e violência, e que têm a ver com todo um modelo econômico extrativo e patriarcal, mas que, ao mesmo tempo, é também criminoso. Assim, estas têm sido parte das nossas reflexões no trabalho com o Colectivo. E a partir deste trabalho é que, em 2007–2008, iniciamos também a articulação: fazemos parte da Rede Latino-americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais, na qual partilhamos ideais de luta, de defesa dos territórios, mas a partir da voz das mulheres. E em 2013 formamos uma rede local, uma rede boliviana de Mulheres em Defesa da Mãe Terra, que são companheiras afetadas por projetos extrativos, mas que também incluem mulheres de outras comunidades que se encontram em resistência.

PACS: O que você acha desta relação entre as mulheres e a luta sócio-ambiental?

Angela: Quando falamos de um projeto extrativo que está entrando em um território, aquelas que fazem a primeira defesa, a partir da identificação do dano, são mulheres. São elas que têm esta ligação direta dos cuidados, que estão na vanguarda da resistência, são as mulheres que estão à frente da família e são elas que não vão negociar por nada a sua vida, a sua saúde, a sua alimentação, não vão negociar por um emprego. Assim, encontrar esta diferença, para nós, tem sido muito in-

teressante, porque depois de ter trabalhado durante tantos anos com comunidades inteiras, em resistência, vendo os impactos ambientais, estar com as companheiras me faz ver que, realmente, este sistema econômico extrativo é realmente brutal. É tão forte, porque afeta nós, mulheres, de forma diferente, porque estamos nesta relação direta com a Mãe Terra.

As mulheres são as que estão imersas no território de uma forma muito mais forte. E quando falamos dos impactos do extrativismo, o efeito também é diferente, porque as mulheres adquirem uma sobrecarga de trabalho. Elas têm que percorrer longas distâncias para fazer uma nova produção, para obter água limpa para a alimentação, para a saúde, para garantir que a sua família esteja bem. Portanto, esta relação da Mãe Terra, da natureza com as mulheres é uma relação muito forte, e é uma relação que sempre esteve presente, mas talvez... há já alguns anos, esteja se tornando mais visível.

PACS: Quais são os atuais megaprojetos na Bolívia? Quais são as empresas?

Angela: Na área onde nos encontramos, nesta área que é maioritariamente mineira — desde os anos 80, temos mineração transnacional. E, para nós, tem sido fundamental saber quais são as empresas que existem. Mas, por detrás deste belo nome que eles próprios dão — porque para além de entrarem no território também se dão um nome local, por exemplo, Inti Raymi, Sinchi Wayra, com nomes quíchua, eles até tiram parte da nossa cultura -, por detrás deles estão grandes empresários, há também outros países, empresários de outros países. Aqui temos muitas empresas que são canadenses, dos Estados Unidos, transnacionais da Suíça e, ultimamente, muitas empresas chinesas. Assim, estas empresas transnacionais também estiveram em diferentes países causando os mesmos danos, as mesmas formas de despossessão. E por trás destas empresas estão também os bancos, alemães, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, por isso são interesses comerciais muito grandes.

Já temos cerca de 26 anos de resistência numa das nossas comunidades. E, por exemplo, tem se desenvolvido uma empresa canadense, a Castillian Resources. Esta empresa dotou-se de estratégias para, de outra forma, tentar entrar no território. Bem, aí vimos que por trás

desta empresa havia, primeiro, uma pequena empresa local, que é a proprietária, e um banco. E para além do fato desta empresa ser um caçador de minas, fazem todo o trabalho e depois vendem toda a concessão e toda a exploração a uma empresa muito maior.

Um dos fatores fortes que vemos nesta relação entre empresas mineiras, empresas transnacionais, e o Estado, é também a facilidade com que as leis são aplicadas. Aqui na Bolívia, desde 2014, foi aprovada uma nova Lei de Minas, nas "costas" das comunidades. Uma lei que foi construída apenas por atores mineiros, mas que coloca toda a receita para uma despossessão legal. Assim, por exemplo, em questões de consulta — consulta prévia, gratuita e informal, que deve respeitar a Convenção 169 da OIT — aqui a lei incorporou uma consulta para as atividades mineiras, na qual são dadas todas as facilidades às empresas. Portanto, um Ministério de Minas não vai obviamente decidir a favor da comunidade, vai decidir a favor da existência de uma operação mineira. Dá-lhes argumentos para que a empresa mineira, caso haja resistência na comunidade, possa usar a força pública. Então é grave, porque é um ataque direto. E isto sempre aconteceu, mas agora é legalizado.

E é muito engraçado, porque nas leis que se vê em letras grandes "sim, não pode ser explorada em áreas protegidas", "não pode ser explorada perto de igrejas, perto de estradas, perto de fontes de água", mas se vê os artigos abaixo dizendo "mas sim, pode explorar no caso de ser benéfico para o país". Então, tudo o que dizia não, agora diz sim, porque tem a ver com a economia do país. É como se alguns direitos tivessem mais valor do que os direitos das comunidades.

PACS: Quais são as comunidades mais impactadas?

Angela: Há três contextos diferentes: um, que são comunidades que estão em resistência, como Challapata; há Realenga, que é outra zona produtiva; El Choro; há várias comunidades que não têm mineração e que estão em plena resistência; outras comunidades em que não existe mineração, mas que são impactadas através da água, de rios e lagos — é o caso de Tolapampa, por exemplo. Há outras comunidades que têm mineração desde os tempos coloniais, e depois é criada uma empresa transnacional. Assim, existem três contextos: comunidades em resistência; comunidades que não têm mineração, mas que recebem os impactos; e comunidades onde a atividade mineira já está presente.

Nestes três contextos, vimos que os impactos são diferentes nas mulheres. Nas comunidades que têm minas e naquelas que são diretamente afetadas pela água, vemos que a violação dos direitos das mulheres é muito forte, porque elas não têm direito à água; em algum momento sofreram casos de violação. Vimos também que não têm sistemas de saúde adequados, que os impactos da água contaminada estão afetando diretamente as suas condições de vida, etc. E nas comunidades que estão em resistência, é diferente, porque há um forte impacto emocional. Porque têm medo de, entre a empresa mineira, perder toda a sua produção, há este stress, há muita pressão por parte das empresas para entrar, etc. Assim, vemos que há impactos muito diferentes em cada um dos contextos e que as lutas, as formas de resistência, são também diferentes.

PACS: Quais são as principais ações e formas de organizar a luta no seu território? Quais são as organizações que apoiam esse esforço?

Angela: Bem, aqui onde estamos, fundamentalmente, trabalhamos com mulheres indígenas, com mulheres nativas e mulheres camponesas. Portanto, são companheiras que têm visões diferentes. Por exemplo, as mulheres indígenas são as que são mais guiadas pelos seus antepassados; são as que têm um respeito muito integral, muito forte, uma ligação muito especial, muito bonita, com a natureza, mas que vem dos seus antepassados. Assim, ouvi-las é muito diferente de ouvir as que vêm de outras comunidades, que são mulheres camponesas, que fazem parte de sindicatos, por exemplo. Há ainda as companheiras que também são irrigadoras. Portanto, estas mulheres são também camponesas, mas culturalmente a sua forma de organização é diferente. Assim, quando começamos a trabalhar com a Rede Nacional de Mulheres em Defesa da Mãe Terra, foi difícil, mas dissemos: não é necessário unir. Decidimos que aqui cada um defende da forma como acredita. E tem sido um processo de construção.

E falando dos processos de resistência, para nós como algumas chaves para avançarmos, há primeiro a articulação: o poder de se reunirem entre as mulheres, o poder de falarem umas com as outras, de se ouvirem umas às outras, construírem e sonhar juntas. A articulação, seja local ou internacional, é fundamental. Melhor ainda se tiver arti-

culação internacional, porque você vê que tem apoio, que algo está acontecendo na Bolívia, no território, mas sabe que internacionalmente também está sendo apoiado. As ações de advocacia são fundamentais para se poder resistir. Outro eixo muito importante para a resistência é a documentação. Estamos trabalhando arduamente para poder documentar, porque, por vezes, é como se a sua palavra não contasse, mas se tiver algo escrito, só conta como prova. Assim, temos muitas publicações que refletem a situação das comunidades, os casos, os direitos que estão sendo violados, os impactos ambientais, mas agora estamos também trabalhando em publicações para documentar os impactos emocionais. Assim, produzimos um guia de acompanhamento psicossocial, mas a beleza deste guia é que se trata de uma construção coletiva. Não é algo que nós, como instituição, vemos e moldamos. Estamos construindo com os nossos companheiros. E isto também tem a ver com processos de investigação coletiva, porque na realidade o conhecimento está nas mulheres, nas companheiras e no que elas sabem. E acredito que cada um de nós tem conhecimentos, mas na medida em que compartilhamos, esses conhecimentos são enriquecidos. E estes são os processos coletivos que temos realizado.

Também para reforçar a resistência, é importante promover alternativas ao extrativismo, para fazer as sementeiras, colheitas de água, para valorizar as nossas sementes nativas, etc. Também trabalhar muito no autocuidado, no cuidado coletivo, mas também na promoção destes processos de acompanhamento psicossocial. No ano passado, trabalhamos muito sobre isso, a partir de processos pessoais.

Sobre as organizações que nos apoiam, estamos ligados à Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras dos Direitos Sociais e Ambientais, que é composta por 10 países, tanto na América do Sul, como na América Central. Então há o Chile, Peru, Equador, Colômbia e nós. Na América Central há o México, Honduras, Guatemala, El Salvador e nós estamos numa pequena parte da Argentina. Assim, com esta Rede Latino-Americana, o trabalho é muito bonito. Temos ações muito concretas, em datas muito concretas, mas como há emergências, também nos reunimos e realizamos ações conjuntas de advocacia. Temos assembleias uma vez em cada dois anos, presenciais, mas também temos assembleias que são de três em três meses, onde nos reunimos, partilhando experiências, coordenando ações. Portanto, é um espaço de construção conjunta.

E também fazemos parte do COMAL, que é o Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina, de onde partilhamos informações sobre conflitos ambientais, mas também temos, por exemplo, um mapa da criminalização do protesto social. Portanto, estas são lutas e experiências que nos permitem ter maiores ferramentas para continuar a resistir no território. E, a nível local, estamos ligados a organizações feministas e, com a RENAMAT, estamos construindo outro tipo de "feminismo", algo novo, diferente, com características próprias, mas obviamente nos sentimos feministas porque estamos defendendo os direitos das mulheres.

Fazemos parte também de outros tipos de redes, por exemplo, uma rede anti-militarista, na qual nos ligamos a outros países e vemos como estas relações entre o Estado e as empresas transnacionais estão também ligadas às forças públicas, como utilizam os militares para defender a expropriação e colocar os direitos das comunidades por baixo. Então é aí que nos ligamos a esta rede anti-militarista que nos tem dado novas contribuições para ver as lutas, para ver as resistências. E nós fazemos parte de outra rede latino-americana, que se chama Rede ALAS (Alternativa Social Latino-Americana), que é uma rede em que estamos descobrindo as diferentes máfias que estão tomando espaços, estes grupos articulados, e que obviamente encontramos redes mafiosas muito interessantes nas comunidades onde também existem atividades mineiras. E a ligação dos direitos, o tráfico de pessoas... ou seja, há muitas coisas complexas quando se fala de projetos extrativos.

Por isso sinto que, quando falamos de projetos extrativos, de defesa da vida, e quando falamos de mulheres, temos de desenvolver os mais criativos, os mais proposicionais e os mais protegidos. Penso que estes são pontos-chaves e que temos de fazer em conjunto, porque senão, uma resistência, uma luta isolada, é muito difícil de sustentar. E a outra coisa importante que toda esta fase da gestão de conflitos nos ensinou é que devemos nos valorizar como mulheres, valorizar a nossa luta e a nossa resistência.

ENTREVISTA COM TCHENNA MASO:

As arpilleras, a resistência do Rio Doce e a voz das mulheres no MAB[1]



Tchenna Maso é advogada, militante do Movimento dos Atingidos e das Atingidas por Barragens (MAB), e trabalha, dentre outras coisas, com mulheres atingidas no Rio Doce. Essa entrevista foi realizada por Marina Praça, Rafaela Dornelas e Yasmin Bitencourt e a edição do texto realizada por Karoline Kina.



PACS: Como se deu a história da visibilidade das mulheres no MAB?

Tchenna: O MAB tem 31 anos de história e, mais especificamente em 2008 e 2009, começamos a dar a devida atenção ao tema das mulheres. Tiveram várias resistências de barragens, como a de Campos Novos, que é bem antiga (início de 2000) e foi emblemática pela violência dos trabalhadores que vêm, chegam nas comunidades e geram esses assédios. Tem 37 crianças que são filhas de trabalhadores que vieram e depois foram embora. No contexto, é uma questão que aparece como uma discussão, mas não se consegue fazer essa análise estrutural de que isso, na verdade, é um padrão. Tinham vários casos de violência, como a história da Claides *, que aparece no filme das "Arpilleras", porque ela era a única mulher na negociação, entre a maioria dos homens.

No final dos anos 1990, o MAB quase morreu — ele se forma enquanto movimento nacional em 1992 e era uma resistência ao setor elétrico em uma época complexa– porque essa época foi um verdadeiro massacre de privatizações, aconteceram muitas desterritorializações. Até conseguir formular e entender o que estava em jogo, foram uns dez anos. Em 2000 o MAB se fecha nos primeiros seis anos para se reestruturar e, a partir disso, começa a se aprofundar também em temáticas feministas.

PACS: Qual o papel das mulheres no MAB e como surgiu a metodologia das arpilleras?

Tchenna: Em 2010, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), que antes tinha outro nome, fez um relatório da comis-

1 Entrevista realizada em setembro 2020 e publicada em janeiro de 2021.

são de barragens em que se constatou a necessidade de dar atenção específica às mulheres. Depois desse momento, começamos a pensar mais em como trabalhar com elas, porque havia muita dificuldade no MAB, uma vez que nossas mulheres estão em zonas do interior, de baixa escolarização... O Rio Doce, por exemplo, tem índices assustadores em cidades com 22% de analfabetismo, e no meio rural é maior ainda. Há esse desafio da participação das mulheres e delas realmente irem para os espaços auto-organizados. Foi quando resgatamos a metodologia das arpilleras — técnica de bordado. Trouxemos a experiência do Chile. Lá, elas bordavam para contar histórias e juntá-las, cada mulher contando a relação com os conflitos da ditadura, sendo a memória algo muito mais pesado, essa subjetividade negada pelo silêncio de fala. Nós pensamos que seria importante para as nossas mulheres reconhecerem que os problemas eram coletivos, que o aumento da violência doméstica não era uma coisa exclusiva, mas era algo estrutural da própria violência do empreendimento. Começamos a fazer o trabalho dos bordados e queríamos que as mulheres falassem e colocassem esse conflito, queríamos dar visibilidade a ele e fazer também com que elas assumissem um papel no movimento, porque sabemos que elas são a maioria e maior força na resistência dos territórios, mas isso não refletia na estruturação do movimento, de quem ia fazer a negociação, de quem dirigia o processo. É claro que isso tinha a ver com a forma como o MAB se estrutura sendo uma organização popular de massa. Fizemos essa metodologia entre 2012 e 2015 e foram muitas peças produzidas, algo como mais de mil, fomos perdendo a noção do todo. Elas gostavam e se reuniam para fazer, havia uma simbologia e uma mística desse bordado coletivo, das arpilleras. Nem todas as regiões pegaram o tema da mesma forma, mas muitas produziram e continuam produzindo para enfeitar a casa, várias formas se derivaram disso, e o que percebemos é que nesses três anos, muitas delas viraram direção do movimento. Hoje, no MAB, todos os estados são dirigidos por mulheres, elas são a maioria. De fato, refletiu a realidade, porque a base social é, na sua maioria, de mulheres e ao se refletir na composição, foi um grande salto de representatividade.

Além disso, as arpilleras conseguiram tocar um público da sociedade que não tocamos. Isso deu uma visibilidade e o encerramento

foi uma exposição que fizemos no Memorial da América Latina, em 2015, que conseguiu reunir sete mil pessoas da sociedade civil de São Paulo. Isso, para nós, foi muito marcante. Diversas pessoas querem fazer pesquisa sobre isso e nós damos muitas entrevistas sobre o tema, mas virou uma forma de dizer o quão violento é toda a vivência das mulheres atingidas pelas barragens. No nosso caso, nós colocamos mulheres para montarem e serem monitoras da exposição, também com o objetivo de romper com o mundo da curadoria, da arte, porque elas veem outras pessoas admirando os trabalhos delas e reconhecendo a importância de dizer aquilo. As mulheres que passaram pelas exposições também têm um processo de fortalecimento de si mesmas, e é também uma forma de falar sobre algo tão triste, de uma forma mais doce, discutindo dimensões da subjetividade que são tão importantes nesses conflitos, que é o que a gente não consegue dar visibilidade.

PACS: Você que acompanha os impactos do rompimento das barragens em Minas. Quais foram os principais impactos da metodologia das arpilleras em Brumadinho, por exemplo?

Tchenna: É muito forte em Brumadinho porque, dos 272 mortos, 80% eram homens, então a maioria deles deixaram viúvas, são as mulheres que ficam. O método das arpilleras, que nós entendemos como um método de educação popular feminista, fez muita diferença nesse processo organizativo, delas se verem, dialogarem e atuarem coletivamente.

PACS: Como as arpilleras se desenvolvem durante a pandemia?

Tchenna: Na pandemia, nós estamos fazendo as peças também no sentido das mulheres exporem as suas angústias. Temos um aumento do número de casos de violência doméstica, além de muita pressão por conta do aumento do trabalho. No Espírito Santo, por exemplo, a gente pede para elas mandarem uma foto e contarem como está sendo construir tudo, e uma delas falou que “foi muito emocionante, porque a vida está difícil e, pelo menos fazer e contar isso bordando, ajuda”. Mesmo que a dinâmica esteja acontecendo individualmente, a proposta é cada uma bordar um pedaço da peça do todo, então você recebe de uma outra mulher, você costura e, depois, vamos juntar essa história. Isso é legal na pandemia, porque mantém uma rede de comunicação, tem sido uma forma de extravasar e externalizar as angústias.

PACS: Sobre os processos de reparação dos rompimentos de barragens em relação às mulheres, como o MAB atua junto à defensoria pública?
Tchenna: No caso do rio Doce, no Espírito Santo, temos uma defensoria pública mais progressista. Nós fizemos o trabalho de conectar as mulheres pelo reconhecimento, porque elas têm problemas diferentes que os homens nesses conflitos, algo que nós fazíamos no trabalho com as arpilleras. Fizemos um diagnóstico, que foi basicamente um questionário que aplicamos, mas que deu subsídios formais para que a defensoria pudesse abrir um processo administrativo. Assim, produzimos um relatório para dizer que a Renova, que é a fundação da reparação, aumenta a desigualdade de gênero. Ela não tinha uma política específica de tratamento de gênero, não desagregava dados. Nós produzimos muito em cima disso. Você pega o mainstream do Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), várias normativas que falam sobre o tratamento específico sobre mulheres e eles não aplicavam nada disso. Foram mais de cem entrevistas, o que não foram muitas, mas nosso objetivo era provar que existe. Não era qualificar tanto a informação, mas mostrar que ela era real. No caso do Rio Doce, nós desvendamos que as mulheres são metade do grupo de pessoas cadastradas, mas só 30% delas recebem indenização. Desses 30%, só 15% recebem diretamente, e as outras recebem de forma diferente, porque o modelo de cadastro é de núcleo familiar e isso já exclui as mulheres de vários processos, de reconhecimento do trabalho formal, de acesso ao direto à renda, que é o que as mulheres tinham antes e, hoje, não têm mais. É uma perda da autonomia da renda, além da questão dos quintais ali na primeira parte do rio Doce, que é uma área mais de agricultura familiar e trouxemos todos esses elementos no relatório.

Trabalhamos junto com isso em uma exposição de fotos para mostrar a cara dessas mulheres também, que só foi possível nesse encontro MAB com a defensoria disposta a atuar. Tanto que só conseguimos fazer isso no Espírito Santo. Em Minas, não conseguimos fazer a mesma experiência com a defensoria. Tem esse problema nas instituições de justiça que é o profissionalismo, de você encontrar um ator progressista. A Fundação Getúlio Vargas estava fazendo alguns trabalhos lá e levantou um aumento dos casos de aborto e, com isso, nós começamos uma discussão nova no ano passado sobre saúde sexual e reprodutiva, que está muito relacionada à contaminação des-

sas zonas. Estamos no meio desse trabalho ainda, de obrigar o MPF e as prefeituras a visibilizarem esses dados. Todas as mulheres reclamam de aborto a partir do rompimento das barragens e ninguém acha que pode haver alguma conexão.

PACS: Vocês têm trabalhado a ideia dos corpos territórios e os impactos que partem dos corpos e dos sentidos das mulheres?

Tchenna: Entrando um pouco nessa discussão sobre os corpos e territórios, ela é uma discussão que ainda não está colocada como tal. Agora, com o caso do Rio Doce, nós tivemos muito adoecimento da militância, muito adoecimento das pessoas no MAB, tivemos a morte de algumas mulheres que são mais anciãs de Barra Longa... O processo de definhamento é muito grande. E nós começamos a fazer uma discussão sobre saúde no MAB, a partir do Rio Doce. Na pandemia, nós estamos tendo encontros com o pessoal da medicina chinesa para podermos lidar com a situação de saúde mental nossa, como um todo. Como nós somos um movimento que se propõe a fazer a organização popular e contribuir nessa discussão sobre a vida, essas coisas, inevitavelmente, chegam para nós, toda a dimensão dessa saúde mental está colocada. Eu vejo que nós temos gostado disso como uma forma de integrar. A pandemia colocou para a gente o cuidado e essa relação. Essa discussão sobre o quanto as empresas entram nos nossos corpos, no território, a discussão do corpo da mulher como um território são discussões que a gente ainda não avançou muito no MAB, mas sei que nós vamos chegar nesse lugar a partir disso.

PACS: E quais são os desafios para você, como mulher, estar nesses processos tão institucionais da política? Como você sente esse lugar que percorre desde o território no contato com as mulheres, tanto em esferas tão amplas, quanto menores?

Tchenna: Pessoalmente, eu sempre fui uma pessoa de bastidores, por conta da minha formação no Direito. Acabo fazendo esse papel de trás das negociações, articulação política, mesmo fazendo oficinas nos territórios, mas, de fato, com o Rio Doce foi diferente. É um território que eu sempre estava e morava. É muito pesado, porque acaba que as comunidades não têm um espaço para colocar as angústias, e elas acabam colocando em você, porque é a única que aparece lá, seja para bater ou abraçar. Nós só apanhamos muito no Rio Doce, em termos de conquistas e vitó-

rias, e isso levou a personalização, que é muito difícil de lidar. E às vezes precisamos olhar para nós e pedir um tempo, também. Depois de cinco anos de derrotas, porque basicamente foi assim a história por lá, fica difícil. E é muito ruim, porque a forma da política masculina é muito ruim, isso é uma coisa que a gente precisa rever como um todo. Sou advogada, carrego um título que é muito mais fácil, mas ter que ocupar esse lugar de violência, do enfrentamento, de se colocar. Tive muitos problemas com outros trabalhos de outros pesquisadores ou mesmo de organizações, pela necessidade de sempre precisar se colocar de maneira forte. Quando encontro uma companheira que está sofrendo violência doméstica, eu farei de tudo para poder resolver aquilo. Você se comove de uma forma diferente. Quando nós enfrentamos um caso de estupro, é inevitável pensar... Qual é o nosso medo maior senão ser estuprada algum dia? Quando você encontra uma atingida que vivenciou isso, você fica com sangue nos olhos. Enfim, as pessoas não percebem o quanto, de fato, é um peso para a mulher. E o que mais me doeu é que isso não vinha das empresas, algo que eu já esperava, mas de militantes, pessoas que eu não imaginava que tinham um discurso machista e racista. Isso, para mim, foi muito ruim e muito desgastante. Foram consequências políticas chatas, e as pessoas se conformam também, "ok, você cuida da parte do Direito, só isso", como se eu tivesse que ocupar só esse lugar. Eu não vou nisso. As questões estão interconectadas e a gente as enfrenta em um todo.

PACS: De onde vem a sua força para seguir?

Tchenna: De outro lado, é com as mulheres, entre nós, que ficamos melhor. Particularmente, depois dessa experiência do Rio Doce, minha crença da reinvenção política é das mulheres. Mesmo nos movimentos com os companheiros, acho que, enquanto não nascer uma geração desconstruída desse patriarcado, existem muitos limites da forma de construir a política. Não estou excluindo os companheiros, não quero que eles morram, mas acredito mais na potência da construção das mulheres. Eu organizo mais mulheres do que homens, para mim é um cenário muito real. Também de ver muitas companheiras do Espírito Santo que não falavam e hoje falam, são super lideranças, enfrentam sozinhas nas comunidades. Várias companheiras que viviam relações abusivas por muito tempo, saírem disso... São pequenos processos. Elas contando sobre bordar na pandemia... Ok, tem Bolsonaro, tem tudo isso, mas tem uma atingida fazendo arpilleras e são coisas que são muito boas.

ENTREVISTA COM FRANCISCA FERNANDEZ:

A luta feminista, socioambiental e ancestral contra o neoliberalismo e pelo direito à água no Chile[1]



Francisca Fernandez é integrante do Movimento por el Água y los Território e da Coordinadora Feminista 8M, no Chile. Essa entrevista foi realizada por Marina Praça e Yasmin Bitencourt e a edição do texto por Karoline Kina.



PACS: O que é a luta para você? O que te move?

Francisca: Me parece que hoje é um ato vital. É a própria vida. Sempre pensei a luta não como uma projeção, como um ponto de chegada, mas como uma forma de viver a vida. Uma forma de viver em um contexto, por exemplo, no Chile, onde o neoliberalismo está fortemente consolidado. Logo, a luta se torna uma forma de existência no que diz respeito às opressões, à violência estrutural que vivemos. Tem a ver com o cotidiano, tem a ver com atitude e por existir, não é uma projeção, mas sim, no cotidiano projetamos uma mudança profunda. Portanto, lutar é um ato vital.

Acredito que o que mobiliza a luta é primeiro reconhecer as opressões que cada uma de nós habita. Tem um nome acadêmico, "interseccionalidade". Aqui usamos a palavra "tecido", que Silvia Rivera Cusicanqui, uma socióloga Aymara, propõe. Em outras palavras, você tem que ver todos os fios de opressão que nos cruzam e, ao reconhecê-los, eles são os primeiros elementos a começar a se mover e se mobilizar. Então, sem dúvida, uma dessas grandes opressões é ser mulher. Obviamente, sendo mulher, a opressão tem muito mais força se você for indígena, camponesa, afro, se for imigrante. Mas o simples fato de se construir uma mulher, traz opressões, então isso me mobiliza. E primeiro meu corpo-território, e segundo o território no qual vivo. Me mobiliza muito a luta contra a contaminação, contra o extrativismo, porque tem a ver com o território externo onde construímos comunidade. Ou seja, sinto que são as primeiras coisas que me movem: ser mulher, me reconhecer nessa cadeia de opressão, mas também reconhecer as cadeias de opressão onde vivo.

1. A entrevista com Francisca Fernandez foi dividida e publicada em duas partes no site e Medium do Instituto Pacs. Entrevista realizada em abril de 2020, a 1ª parte publicada em junho de 2020 e a 2º parte em abril de 2021.

PACS: Como você se entendeu como mulher ao longo da vida?

Francisca: Uma frase clichê: "ninguém nasce, mas é feito". E observe que sou filha de uma mãe feminista, mas minha mãe se tornou uma feminista no exílio. Meus pais são exilados da ditadura de Pinochet, viveram seu exílio na França, e lá se abrem novos horizontes de vida muito diferentes, onde surgem questões que não eram clássicas de esquerda nesta época dos anos 70, como o feminismo, a luta socioambiental, o respeito aos povos originários e eu nasci nessa caminhada e nessa abertura dos meus pais. Mas não foi fácil porque, apesar de eu ser filha de mãe feminista, até na dinâmica familiar havia certos privilégios como coisas banais, por exemplo, meu irmão comia mais, davam mais comida para ele, que de certa forma precisava de mais elementos para sua energia. Eles nunca me falaram a barbaridade "porque é homem", teria sido absolutamente contraditório. Mas acredito que havia um jogo bem patriarcal, naturalizado: sendo mais velho e um homem, gastava mais energia, e acho que não era bem assim. Então, nasci em um contexto de família com muita consciência sobre a situação de opressão e também as situações de privilégio, ou seja, reconhecendo ambas as partes. E sem dúvida que notei imediatamente que ser mulher era bem mais opressão do que privilégios. Antes o meu privilégio era ser mestiça, ser branca, nisso estavam os privilégios, mas em termos de ser mulher, de jeito nenhum.

Porém, onde comecei a vivenciar muito mais essa questão da opressão, talvez, foi ao chegar ao Chile, na volta do exílio de meus pais. Eu sinto que na França (eu morei em um bairro de imigrantes), quanto mais diversificadas e diversificados somos, melhor podemos administrar essa diversidade como parte de nossas vidas. Éramos muitas crianças, imigrantes de todo o mundo, de todos os países, religiões, mas foi no Chile, no sistema educacional. E aí eu percebi como coisas tão básicas sobre ser mulher implicavam. Se houvesse cinco crianças que levantassem as mãos durante a aula e uma delas fosse um menino, privilegiavam o homem de falar primeiro. Aquilo também foi uma herança. Na universidade aconteceu a mesma coisa comigo, porque desde pequena eu gostava muito do tema acadêmico, das aulas. Percebi que ia ser professora ou que ia estar ligada a isso e foi o primeiro espaço de violência que ficou evidente em relação a ser

mulher. E aí, me dei conta do que é ser mulher. Quer dizer, acho que parece terrível talvez, mas enquanto as opressões te ajudam a se reconhecer e assumir um processo de luta, um processo de empoderamento, também pode acontecer o contrário, "quanto mais oprimida, mais cega". Quando uma mulher começa a vivenciar as opressões, percebe a necessidade de se fortalecer a partir dessa identidade oprimida para transformar tudo.

PACS: Você se reconhece nas mulheres do passado, ancestrais... da sua história?

Francisca: Há muito tempo fiz um caminho a partir do que algumas companheiras chamam "feminismo comunitário", aqui no Chile falamos "feminismo dos povos" ou "feminismos territoriais". No final, buscamos nossos rastros, nossos percursos ou caminhos, transitados por mulheres e dissidentes não a partir dos marcos que é o movimento sufragista ou o movimento feminista clássico, mas precisamente a partir de nossas avós, nossas ancestrais. Reconhecemos aí, o legado do feminismo. E, atenção, obviamente, não necessariamente, de avós ou ancestrais que se reconheceram como feministas, mas sim de avós ancestrais que lutaram contra essas opressões cotidianas. Assim, imediatamente me reconheço por meio de minhas duas avós, tanto a paterna quanto a materna. Minha avó materna do campo, migrou para a cidade, enfermeira, tornou-se socialista. Minha avó paterna, de um porto "San Antonio", também militante de esquerda, seu irmão um dos escritores exilados de sua cidade durante a ditadura. Mulheres que, a partir dessa ação vital, são grandes protagonistas do campo e da resistência. Ou seja, não tão elaboradamente como nós, tivemos mais elementos combinados para isso, já elas mais do estômago, mais do corpo para a resistência. Portanto, reconheço o legado das minhas avós e reconheço a importância de reconhecer essa construção da nossa identidade através deste cruzamento de elementos.

No Chile usamos uma palavra chamada "champurrea", que em Mapudungun, que é a língua Mapuche, significa "mistura". E eu, justamente, reivindico muito a ideia de uma miscigenação não-crioula, não essa miscigenação branca hegemônica, mas essa miscigenação precisamente mais dissidente onde esses traços devem ser reconhecidos. Ou seja, reconheço o traço Mapuche, reconheço o traço espanhol, reconheço essas diferentes ancestralidades que nos atravessam

e, como sempre, as mulheres são as endurecidas e aquelas que precisamente se encarregam da memória, oralidade e resistência nos diferentes momentos. Então, sim, eu sou a grande defensora da linhagem de minha mãe, minhas avós e trabalhando para conhecer a linhagem de meus ancestrais que tem sido uma questão pessoal, mas surge absolutamente de uma questão política.

PACS: E como você vê seu corpo?

Francisca: Meu corpo... primeiro vejo meu corpo-território, e como qualquer território, não é fácil de administrar. Ou seja, acho que o feminismo também, aí eu ampliaria, acho que a luta socioambiental também, e há anos que faço dança andina, me fez reconectar com o meu corpo. Meu corpo, de certa forma, construí mais como um elemento de limitação. Em outras palavras, você se lembra de quando éramos crianças, com os exercícios da escola, aprendemos a estabelecer limites. Sempre o corpo como limite e ao mesmo tempo como limitação. “Eu não posso”, “sim, você pode”, “você versus eu”. Então eu acho que as diferentes lutas passam por transbordar nossos corpos, embora pareça estranho. Mas o transbordamento foi a primeira política de auto reconhecimento do corpo que me acompanha, das pernas que me acompanham no meu andar ... das mãos, das minhas expressões. Então, tem sido uma questão de auto reconhecimento e de me amar como sou. Mas eu acho que precisamente na vida neoliberal, consumista e hiperprodutiva há um excesso de exigências dos padrões de corpos que são tremendos. Acredito que, precisamente, a nossa graça é que conseguimos incorporar que a gestão do corpo é o primeiro espaço de autodeterminação. Eu determino em relação ao corpo, como quero construí-lo, como quero caminhar, como quero habitá-lo. Mas, cuidado, não é fácil, entre nós há piadas, somos sarcásticas com partes do nosso corpo. Somos superexigentes conosco mesmos neste corpo. Então, eu diria a vocês que, bom, o corpo é o lugar onde eu moro, que eu também decido morar, e a partir daí a luta começa.

PACS: O que você usa no corpo?

Francisca: Uff! O que eu não uso?! Haha!
Recordações, memórias... Outro dia falamos com uma companheira em quarentena e ficamos mais filosóficas (risos). São muitas as me-

mórias que pesam sobre o corpo e há também uma genealogia da dor. Falávamos como memórias de dores não apenas do corpo que alguém habita, mas também que os corpos vão carregando as memórias de seus ancestrais, pai, mãe, avó... e que de certa forma, nesta vida nos cabe curar e assumir. Portanto, o que carregamos no corpo são memórias, são identidades, são prazeres, projeções, mas também são dores, são também nós de tensão. Também habitamos contradições. Sinto que tudo o que somos, por sua vez, habitamos no corpo. Então nós, a partir desse feminismo dos povos, fazemos muito do que chamamos de mapas corporais ou cartografias corporais, onde visualizamos dores corporais com conflitos socioambientais ou com algum conflito social. Eu, por exemplo, sempre tive muitos problemas respiratórios e tenho absoluta certeza de que esse problema respiratório tem a ver com um nó de angústia, por desconforto pessoal, desconforto social, pelo modo como vivemos. Para mim foi específico que o vírus da pandemia esteja ligado ao aparelho respiratório, porque tem a ver justamente com toda a angústia, dor, o que a gente guarda. Portanto, é muito simbólico que seja um vírus representado em toda aquela dimensionalidade da respiração. Então, tem sido um trabalho assumir a respiração como um exercício fundamental, tem que ser pessoal, mas também político, claro.

PACS: De onde vem sua força? Tem alguma parte do seu corpo que sente sua força chegando?

Francisca: Acho que minha força tem várias âncoras. Acredito que a primeira âncora é o auto reconhecimento de quem eu sou, por todas essas cruzes de coisas ruins, boas, positivas, negativas, nós de dor, alegria, é também uma força vital, minha fortaleza, porque tem todos os elementos com que eu trabalho, a fala, o que me dificulta respirar, observar o que estou vendo, ouvindo, ou seja, todos os elementos centrais estão aí. Também podem ser as mãos, sou muito expressiva com as mãos e é também com elas que eu faço as minhas tarefas. É como se eu pensasse imediatamente nisso, mas na verdade existem muitas partes do corpo. Também, durante a quarentena, a força vem da comunidade, ou seja, acho que é o essencial. Diferentes níveis de comunitário, o comunitário familiar, o comunitário casa, o comunitário trabalho, a militância comunitária, as lutas comunitárias.

E aí acredito que a nossa força, em todos os níveis, é o coletivo. O coletivo da verdade, mais razão e sentido de ser. E eu sinto que a

quarentena me colocou muito mais nessa necessidade. Mas cuidado com os conflitos, porque ao mesmo tempo a fonte de força pode ser a fonte de desgaste. A família é um elemento de força com desgaste absoluto ... e dor e raiva. Eu não separaria nenhum elemento, assim como a militância, minha fonte de inspiração e força, mas realmente há momento em que digo: "chega, não aguento mais, os conflitos são intensos". Mas, repito: hoje, mais do que nunca, o comunitário, com todas as suas dificuldades, em todos os seus planos, é um elemento vital que nos dá força.

PACS: E no meio de conflitos, conflitos socioambientais e tudo... como você acha que é possível respirar e ter fôlego?

Francisca: Eu voltaria à questão do comunitário. Em outras palavras, sinto que o comunitário está literalmente em nos pensar como um corpo total. Ou seja, não podemos resistir com um só olho, não podemos resistir com um só pé, mas com toda a nossa corporalidade, além disso podem ser corporalidades mutiladas, pensa que nós no Chile, onde há mais de 450 pessoas mutiladas de um olho e de ambos, como uma política de repressão. Portanto, também é pensar como corpos mutilados, que é outra maneira de fazer um corpo. Mas eu acho que é fundamental respirar com o corpo todo, com qualquer corpo que seja: com o corpo mutilado, com o corpo com capacidades diferentes, com o corpo trans. Quer dizer, existem maneiras diferentes, mas acho que é essencial respirarmos juntos.

Há alguns anos, tornou-se mais legítima a necessidade de fazer exercícios corporais em conjunto em espaços de reflexão sobre os conflitos socioambientais. Embora antes fosse identificado como algo hippie, fazer esse exercício de respiração articular e hoje, há cerca de dois anos, vimos que a luta requer certos momentos de integração corporal articular, e não é por acaso que um dos primeiros exercícios é a consciência da respiração. Portanto, essa consciência de respirar tem que ser coletiva porque, além disso, nos diz o quanto é difícil respirar em um contexto de contaminação, desapropriação de territórios em sacrifício.



PACS: Onde você reconhece a arte nos espaços comunitários dos quais faz parte?

Francisca: Olha, eu acho que é bem latino-americano, bom, vocês como um povo mais africano, de outras latitudes também compartilham. É como parte do elemento vital, do ser. Por exemplo, faço parte do movimento pela água, somos um bloco andino, onde danço a dança andina há cerca de 20 anos, então, para mim, o espaço da luta nunca se dividiu em espaço da dança, muito pelo contrário: da dança foi o primeiro elemento de onde fui permeando meu território de resistência. Portanto, é como um elemento vital. Então eu me levanto. Vejo a dança como outras expressões artísticas que seriam interessantes porque a gente nem mesmo as nomeia como uma expressão artística, mas como uma forma de relacionamento a partir dessas diferentes expressões. Então, aconteceu comigo que em nossa militância ou cantamos ou dançamos, ou temos um momento para pintar. Não sei, acho que felizmente cada vez mais povos e movimentos sociais têm tentado a partir de um saber, um saber popular que é vital para a resistência. Da mesma forma, pense na quantidade de pessoas que estão em quarentena, vocês mesmos como povo, não sei, dançando das varandas, cantando Bella Ciao são partes dessas expressões. Então a dança, claro, agora talvez esteja mais esculpida com minha filha mais nova, dançamos porque gostamos de dançar. Mas a dança também é um elemento de cura e um elemento de resistência. E, obviamente, dependendo da circunstância e o uso que eu dou. Neste momento, dança é resistência! (risos), porque precisamos tirar o corpo do confinamento e da resistência, também é uma forma de relacionamento. Isso é interessante na dança. Primeiro, o momento em que fico mais consciente do meu corpo, porque danço pasacalle na rua, depois tenho que ter cuidado para não confundir os pés, ter percepção

espacial, e, por outro lado, é o único momento que estou feliz, que não estou pensando, mas apenas fazendo. Quer dizer, acho que também é muito curativo porque você está fazendo, mas é um fazer que corresponde ao que você construiu em sua vida. Não é um fazer de guerra, um fazer competitivo, mas com o que sai. Obviamente, outras vezes a raiva surge também, a dor surge através da dança. Já fiz, pouquíssimas vezes, mas dancei chorando, em funerais, em espaços de dor, em protesto, onde tudo é remexido em você.

PACS: E o que é cuidado para você? Como você se cuida?

Francisca: Isso é importante, porque é uma questão que, em geral, nós que estamos no campo da mobilização e da resistência não assumimos. Porém, no feminismo é um dos temas essenciais, o cuidado, entendido como autocuidado e cuidado comunitário. Cuidado por exemplo, para mim, é ser cuidada. Bom, na comemoração do 8 de março, nestes dois anos em que tive que fazer o porta-voz, entre muitas mãos e uma dezena fazendo os gritos de mobilização, de mais de um milhão de mulheres e dissidentes (é algo muito poderoso), e enquanto estávamos na faixa principal, todas as companheiras, tanto de faixa como as que iam ao redor, nos perguntavam se tínhamos comido, se estávamos hidratadas, se houve um momento em que checamos os pés, se tínhamos colocado protetor solar... Ou seja, o tempo todo uma preocupação que, se você me pergunta de outras mobilizações com meus companheiros, eu não sinto, isto é, não existem tais conversas. O cuidado ali é visto como elemento essencial para continuar na luta. Se não houver cuidado, não há como segurar. Então, a meu ver, parece que do feminismo isso passa a ser critério e bom senso. O que é maravilhoso, mas não é transversal. Não é transversal de forma alguma, mas acredito que justamente, para nós feministas, parte da nossa luta é assumir a corporalidade, o autocuidado, a gente tem mais consciência disso.

Em relação aos meus cuidados pessoais, um elemento fundamental, e aí eu volto a vincular com a dança, ou seja, uso a dança como ferramenta de resistência, mas também vejo como elemento de cuidado. Às vezes conto para minha mãe de brincadeira e ela me fala: “Pancha, tanto pascalle, tanto protesto que você vai!” “É isso ou pagar uma terapia.” Sempre falo na brincadeira, mas também é real, para mim a

dança acaba no próprio espaço terapêutico, porque é justamente o momento que coloco de lado o raciocínio, que coloco de lado a dor, que coloco de lado a preocupação. Para mim, a dança é absolutamente o cuidado.

Outro elemento do cuidado, com as dificuldades, é a alimentação, porque comemos muito mal, não é nem pelos ingredientes, mas pelo tempo. Comemos rápido, saímos como plano de fundo. E justamente nos espaços de resistência, mas já num momento mais passivo, a comida volta a aparecer como um espaço de cuidado. Comida, hidratação, dança. E, sem dúvida, todos os elementos que fazem bem à alma: música, pintura, ... E de novo, não é por acaso que tudo está se desenrolando novamente na pandemia, estamos pintando mais, estamos cantando, estamos dançando, colocamos coisas em nossas varandas. Então, aí você pode ver que é um espaço de cuidado, mas que muitas vezes o trabalho não é só o trabalho neoliberal de produzir, mas também o trabalho de se mobilizar e resistir, nos faz colocar esses espaços de lado.

PACS: O que te adoece e o que te cura?

Francisca: Opa, também soa como um clichê, mas vou dizer: o neoliberalismo e o liberalismo me deixam doente. Vejamos, no Chile, esses momentos na cidade de Santiago, no inverno a poluição do ar dispara, porque toda a cadeia industrial está circundando a cidade de Santiago e, ao mesmo tempo, Santiago está rodeada de cordilheiras. Então, se forma uma panela de pressão, onde fica a contaminação. E eu sou uma daquelas pessoas que ao sair para trabalhar no inverno, volta com bronquite só por estar com alto índice de contaminação. E essa contaminação é produto do modelo extrativista que o neoliberalismo estabeleceu e que é herdeiro do capitalismo. Então, claro que soa muito clichê, mas é verdade, o neoliberalismo me deixa doente, na forma como me relaciono com o território, na forma como a natureza tem sido explorada, me deixa totalmente doente. Eu acho que essa questão respiratória tem a ver tanto com a dor pessoal, com o sentimento de perda, com a tristeza profunda, mas também com os elementos estruturais. Eu sinto que o afogamento tem muito a ver com o afogamento da injustiça, o afogamento da poluição, o afogamento da raiva. Acontece muito que eu fico com raiva e fico doente. E fico zangada não com coisas pessoais, mas também com o que está acontecendo. Sei que

também preciso canalizar a raiva, porque se não conseguir canalizá-la, vou pegar um resfriado rapidamente.

Bem, o que me cura? O campo me cura, a água me cura, o ar me cura, elementos tão vitais que nem deveriam ser considerados curadores. Mas estamos tão mercantilizados que eles se convertem. Justamente em espaço, tanto de resistência, quanto de cura. Esses elementos me curam. A resistência me cura, a comunidade me cura. Também acredito que, por isso, estamos todos um pouco preocupados nesta quarentena em não perder os laços comunitários, porque ser comunidade também cura, em termos de continuar a resistir. E essa comunidade passa farta pelas minhas filhas, filhos, minhas companheiras, companheires. Passa por muitas partes. Então, estar em comunidade me cura, ser e estar em natureza me cura, e me cura com todas as dificuldades, tentando gerar espaços de tranquilidade e equilíbrio. E muitas vezes é pouco, mas você tem que tentar fazer.

PACS: Francisca, conta para gente um pouco da sua atuação na luta ambiental e pela água no Chile?

Francisca: Sou parte do Movimiento por el Agua y los Territorios (MAT), que criamos em 2013. Uma vez por ano há um encontro organizado por uma ONG, o Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (OLCA), que se chama AguAnte la Vida, no qual distintos territórios vão contando seus conflitos socioambientais, pensando também em como geri-los. Nesse encontro dissemos: necessitamos criar um movimento social cujo um dos eixos principais seja a privatização da água no Chile.

A água no Chile foi privatizada com a Constituição de 1980, do ditador Pinochet. Em 1981, criaram um Código de Água que afirma que embora a água seja um bem de uso público, seu acesso se dá através de “direitos de aproveitamento (ou de uso)”. Portanto, esses direitos são literalmente a privatização, que permite comprar, vender, alugar e até hipotecar direitos. Vocês nem imaginam, mas no Chile, nos jornais, há avisos econômicos nos quais se vendem rios completos. É esse nível de atrocidade.

PACS: E como foi a criação do MAT?

Francisca: Criamos o MAT em 2013 e o interessante é que nessa caminhada pela luta contra a privatização, nessa marcha pela derrogação do Código de Água, fomos assumindo certas perspectivas.

A primeira é uma perspectiva plurinacional. Entendemos que somos povos distintos, organizados pela luta de recuperação da água. De fato, somos mais de 100 organizações, de Arica a Magallanes, todo o Chile, e dizemos que somos plurinacionais porque somos um conjunto de povos, comunidades e territórios — povos originários, afro, imigrantes. Entendemos o rural e o urbano também como distintas comunidades políticas.

Mas, há uns 4 anos, também nos definimos um movimento antipatriarcal — o que entendo como um marco muito importante -, pois consideramos que o extrativismo, a extração ilimitada de nossos bens comuns, como a água, a terra, tinham também um forte caráter patriarcal, já que a forma de explorar a natureza tem sido a mesma que explora o corpo de mulheres e meninas. Além disso, o extrativismo se intensifica sobre as mulheres por conta de precariedades laborais, do não reconhecimento do trabalho reprodutivo do cuidado da vida; mas também somos nós, as mulheres, as mais localizadas nos territórios de resistências. Então, a partir disso é que, há dois anos, as mulheres do MAT, com mulheres de outras organizações, construíram o Comitê Socioambiental da Coordinadora Feminista 8M.

Em outras palavras, a partir de nossa luta territorial socioambiental, nos conformamos enquanto comitê feminista e parte da Coordinadora. Acho muito interessante, porque é outra forma de entender a trajetória feminista. Não uma trajetória feminista focada somente na reflexão feminista, mas uma trajetória que vem da reflexão territorial e que, a partir daí, nos reconhecemos feministas. Tenho companheiras, por exemplo no comitê socioambiental, duas com mais de 70 anos e que se reconhecem feministas há 2 anos a partir da luta ambiental. Então, para nós, foi super poderoso entender essa jornada, que tem sido uma jornada diferente.

PACS: Vocês fazem uma crítica direta aos megaprojetos e à alguma empresa com nome importante?

Francisca: Sim. O que ocorre é que o Chile é muito extenso (não grande, risos), então podemos dizer que focamos nos conflitos socioambientais segundo cada territorialidade. No norte do país, que é desértico, fronteiriço com Peru e Bolívia, a grande luta é contra a megamineração. Isso não anula que em todo o território chileno haja mineração, mas é no Norte em que há mais conflitos, porque, por um lado, estão as transnacionais explorando o território, mas ao mesmo tempo há uma empresa estatal, Codelco. Então aqui há uma mistura de lutas contra mineradoras como Cerro Colorado, Collahuasi, mineradoras de Codelco, em geral implantadas no território.

Em contrapartida, na zona Centro-Sul também há mineração. Por exemplo, aqui, a mineração complexa é Anglo American, que destrói o território. Mas uma das questões importantes que temos é o agronegócio, a agroindústria, que trouxe problemas com pesticidas, inseticidas e as sementes transgênicas. E, infelizmente, a 40 minutos de Santiago temos o segundo maior celeiro da Monsanto-Bayer da América Latina. Nossa luta é contra a Monsanto-Bayer e também contra empresas, por exemplo, com fazendas de porcos que contaminam todo o território e, nesse ponto, uma emblemática é a Agrosuper.

Já no centro-sul do Chile, há o problema da silvicultura, que é a monocultura de pinho que devastou territórios, expropriou terras e é aí onde se insere, sobretudo, o conflito Mapuche. Temos empresas florestais, a Mininco, que, embora chilenas, são empresas mistas, com capitais nacionais e estrangeiros, e vendas direcionadas à exportação. Tudo é exportação: mineração, agroindústria, indústria florestal. Temos um personagem, Luksic, por exemplo, que está tanto nas empresas de mineração quanto na agroindústria. Mas está, além disso, em outro elemento da repressão territorial: as usinas hidrelétricas. Em algum momento foram empresas grandes, como Endesa (espanhola), mas agora estão em moda as hidrelétricas de parque, que são menores, driblam a avaliação ambiental e estão, igualmente, degradando o território.

Assim, há uma empresa chamada RP Global, que em 2016 foi parte de um conflito em território Mapuche, onde, por fim, uma irmã Mapuche chamada Macarena Valdés foi assassinada. Ela resistia em seu território, na comunidade de Tranquil, sul do Chile, e amanheceu enforcada como se houvesse se mata-

do, enquanto cuidava de seu filho menor e seu marido deixava o outro filho na escola. Mais tarde, fizeram perícia e se comprovou que ela havia sido assassinada e depois pendurada. Logo, tratamos de questões delicadas.

Outra agência do extrativismo feroz no extremo Sul é a salmonicultura, a produção de salmões. Isso também degradou territórios, gerou fontes de contaminação em um lugar muito importante na chamada Ilha Chiloé. Dessa forma, estou tratando de fazer caracterizações territoriais. Há uma mistura, no Norte também há agronegócio e etc. Aponto apenas o mais emblemático nesse percurso.

Pacs: E qual a relação das empresas com o Estado chileno?

Francisca: Algo muito importante a ser sublinhado: no Chile, o reconhecimento constitucional determina que o Estado é subsidiário. O que isso significa? Subsidia empresas privadas para explorar os bens comuns e exportá-los para obter seus próprios lucros, ou seja, um salário. O Estado subsidia essas empresas extrativistas através de decretos, leis e acordos. Por exemplo, temos um decreto-lei 701, por meio do qual o Estado subsidia empresas florestais para incentivar o plantio de monoculturas. Mas, além disso, volto a insistir, trata-se do monocultivo de madeira para exportação, para geração de lucros para essa empresa. Isto é, aqui estamos no extrativismo puro em sua máxima razão de ser, como agente do capital. Portanto, é um Estado subsidiário, um Estado que não assume a proteção da água e de outros bens comuns como um direito humano. Isso é muito importante salientar. Assim, delega tudo, subcontrata tudo e ainda investe nos lucros das empresas privadas. Tudo se relaciona com a Constituição de 1980. Por isso, hoje no Chile estamos nos dando tanto à luta por uma nova constituição via Assembleia Constituinte, porque, na realidade, a Constituição de 1980 é o que nos amarra ao neoliberalismo em todas suas esferas, que possibilita a privatização da água, da saúde, da educação; possibilita a privatização de tudo.

Pacs: E há impactos principais sobre a dinâmica da vida, das comunidades, com o meio ambiente?

Francisca: Sim, absolutamente. Por exemplo, um dos grandes impactos é a migração forçada. Por uma parte a privatização já havia gerado uma migração

forçada do campo à cidade, dada à falta de acesso à terra e à água. No Chile, o Código de Água te permite uma coisa monstruosa: a água e a terra estão separadas. Sendo assim, você pode ser dono da terra, mas não dos direitos de água, os quais podem ser comprados por uma empresa. Logo, você vive na sua terra, mas a água pertence a uma empresa. Então há uma migração por conta da pressão, no próprio território, das empresas florestais, da agroindústria e da mineração e, de outra parte, há uma migração forçada oriunda do fato de que, embora você possa ter terra, não tem água, pois outro sujeito a tem monopolizada pelos direitos de água.

E, por outro lado, também aparece uma migração que chamamos "migração extrativista", que são todos efeitos do despojo e contaminação dos territórios, o que faz com que as comunidades tenham que sair, porque a vida é insustentável; porque é insustentável respirar nesses lugares. Chamamos isso de "zonas de sacrifício", ontem as chamamos "territórios em sacrifício", onde há presença, por exemplo, de termelétricas, que matam todo tipo de vida, tudo. Portanto, essa migração forçada, essa migração extrativista, também está gerando maiores cadeias de pobreza no contexto urbano. Porque, para onde estão migrando? Vão migrando, no contexto urbano, para onde não há política sanitária, onde há superlotação. E atenção! No Chile existem mais de 30 comunas sem água potável. Há mais de 150 com escassez hídrica. Assim, falamos aqui de um problema de saúde pública, para além de uma problemática socioambiental.

Falamos disso agora na pandemia. Uma das principais campanhas da pandemia é para lavar as mãos. Aqui, no Chile, há comunidades inteiras que nem sequer podem fazê-lo, pois não têm água. Nós estamos trabalhando com uma categoria — com que outras feministas já trabalharam, mas estamos recuperando — chamada "soberania sanitária dos povos". Assim como existe a soberania alimentar, através da agroecologia, das hortas familiares, também buscamos a soberania sanitária, do cuidado, da saúde comunitária. Essa soberania, portanto, é também super importante, porque, no fundo, é ela que, hoje, está permitindo a assistência de comunidades e não o Estado.

Pacs: Como as mulheres estão em meio a esses conflitos, em termos de impactos e resistências? Como você enxerga o patriarcado nesse contexto? E como elas são impactadas, como resistem?

Francisca: São essas contradições: mulheres e meninas — também acontece muito com as meninas — somos as mais expostas ao estrago do neoliberalismo, por conta do que expliquei, mas ao mesmo tempo isso possibilitou que fôssemos as mais mobilizadas. No entanto, ao sermos as mais mobilizadas, também somos as mais criminalizadas. Tem havido um movimento de criminalização, por exemplo, de autoridades espirituais Mapuche que são mulheres, as Machis. Temos muitos casos de Machis presas, justamente por causa da diferença de seus corpos de água, seus rios, como o próprio território Mapuche. Nessa área, então, existe essa contradição, há uma sorte de despertar de consciência, de despertar da luta pelos próprios direitos da natureza, em que água não é nem sequer um direito humano, mas um elemento vital para a manutenção e equilíbrio do ecossistema e, no fundo, a manutenção da própria vida de todos os seres que habitam o planeta. Ao mesmo tempo, esse despertar de consciência gerou uma existência bastante problemática, porque, precisamente: existe uma feminização do extrativismo, mas simultaneamente há uma feminização da luta, o que nos torna mais expostas, por exemplo, à criminalização, mas também a cyberbulling.

Temos um caso, recente, de uma companheira do MAT que estava sendo sistematicamente agredida por whatsapp. Tínhamos um grupo coletivo de informação socioambiental, no qual uns sujeitos entraram e começaram a enviar fotos de pornografia, de arma... E agora, como estamos em quarentena, não nos permitem fazer a denúncia porque essa tem de ser presencialmente. Bizarro! Estamos realizando uma rede de campanha para visibilizar que as defensoras, em quarentena, estão igualmente expostas ao assédio, ao abuso, à intimidação. Dessa forma, o lugar das mulheres é complexo, pois é um lugar em que temos, primeiro, de assumir essa condição de opressão, assumir que o extrativismo nos afeta, e que intensifica-se ao máximo em nós; e assumir que, sendo um lugar de resistência, é onde devemos gerar políticas de cuidado às mulheres e às dissidências sexuais e de gênero.

ENTREVISTA COM DAYANE CHAVES:

A resistência na Comunidade Quilombola remanescente dos Quilombos de Salvaterra[1]





Dayane Chaves faz parte da Comunidade Quilombola remanescente dos Quilombos de Salvaterra, Vila União, Campinas. Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e a edição do texto por Karoline Kina.



PACS: O que é luta para você?

Dayane: Acho que luta são todos os enfrentamentos que a gente acaba encontrando todos os dias, e a forma que a gente enfrenta essas barreiras que são colocadas nas nossas vidas.

PACS: O que te movimenta?

Dayane: Sempre falo, assim, que eu sigo um exemplo da mamãe. Porque a minha mãe teve 12 filhos, e ela estudou até a quinta série do Ensino Fundamental. Da quinta série, ela fez um curso de técnico de enfermagem. E aí, desse curso, quando todo mundo disse para ela não se inscrever, não tentar um concurso público para trabalhar na Prefeitura, ela fez escondida do papai, porque ele também não permitia, e ela passou em terceiro lugar. Ela sempre foi um exemplo de luta, porque ter 12 filhos, ela teve filhos gêmeos, onde o papai nunca trocou uma fralda, nunca limpou. E, na época, não era a fralda descartável, era fralda de pano. E ter gêmeos pra usar fralda de pano, todo dia lavar, ter que trabalhar, teve tempo na vida dela que ela passou seis, sete meses sem receber, indo todo dia trabalhar mesmo assim, e depois o papai não permitindo ela estudar e ela ia escondido dele. Quando ela começou a lutar, em prol do posto de saúde, para vir para comunidade, às vezes ela ia para o movimento, para evento e o papai fazia ela descer de dentro do ônibus, quando ele saía de casa ela subia no outro ônibus e ia. No decorrer da minha vida, assim, eu nunca vi ele bater nela, né? Eu não sei se ele bateu, quando nós éramos menores, que eu não lembro. Em compensação, a violência psicológica era forte. Mesmo assim, em nenhum momento ela desistiu. Minha mãe terminou o Ensino Médio depois de adulta, com quase 50 anos. E, para mim, chegar ao nível que a mamãe foi, apesar de hoje eu estar numa formação acadêmica, mas chegar ao nível de batalha que ela enfrentou, e chegar assim, do jeito que ela está. Porque a mamãe está valendo mais que

1. Entrevista realizada em novembro de 2019 e publicada em abril de 2021.

eu, ela está bem mais bonita do que eu. Eu ainda não tenho nenhum filho, e ela teve 12, deu conta de criar todos. O papai não ficava em casa. A gente nunca teve uma ceia de Natal, desde criança, com panetone, com peru. Mas tínhamos uma ceia de Natal com bolo de macaxeira, com galinha de quintal, galinha caipira assada de forno, farofa. Ela fazia das coisas que tinha no quintal de casa, e todo Natal ela fazia uma ceia. E o papai não participava, porque ele ia para festa, mas ela fazia para gente. E a gente ficava esperando dar meia-noite para poder comer. A gente não teve brinquedo, mas a mamãe, dava o que ela podia. Às vezes, eu evito o conflito, que também é uma forma de resistência para mim. Dar um passo atrás, para a gente dar dois na frente também é uma forma de resistência. De vez em quando, eu tenho que abaixar a cabeça, para ali na frente eu ter que levantar. Então, são estratégias que a gente usa também.

PACS: Como você se entendeu mulher ao longo da sua trajetória? Você se vê nas mulheres do passado, na sua história?

Dayane: Eu sou um pouco crítica nessa questão, também hoje eu entendo que as relações de poder, relações que existiram no passado, são bem semelhantes às que acontecem hoje. No passado, existia violência sexual, a pedofilia, existiam várias coisas... Só que ficavam no escondido. As mulheres eram violentadas e se calavam, escondiam isso. As mesmas coisas que existem hoje, assim, ao meu entender, no mundo, existiam no passado. Mas, em compensação, hoje as pessoas falam. Hoje as pessoas comentam, discutem sobre isso. E eu não sei se eu já me entendi enquanto mulher, porque eu ainda não me descobri, quem eu sou na verdade, assim, no mundo, mas eu tenho alguns conceitos que eu sigo, que eu acho que é correto. Então, toda vez que eu achar que algo não concorda com a forma correta que deve ser, eu vou questionar.

PACS: Você se reconhece como uma mulher de luta?

Dayane: Todos os dias a gente tem batalhas, lutas a traçar... Então, eu acho que todas as vezes que a gente encontra meios de derrubar pessoas, por exemplo, o machismo, a homofobia, derrubar esses pensamentos... é um momento de luta.

PACS: No seu território você vive a realidade de algum megaprojeto, alguma coisa que impacta ele? E como você sente esses impactos no seu corpo, como mulher?

Dayane: Conforme o desenvolvimento, e eu digo um desenvolvimento entre aspas, porque não é um desenvolvimento... Para mim, desenvolvimento é algo que vem para melhorar a vida da gente. Mas aí, a rodovia PA é dentro da minha comunidade. Então... Vila União era uma comunidade que tinha pouca as casas. Hoje em dia, já não está mais assim. Se tu for andar na comunidade direto, que é na beira da rodovia, você vê a quantidade de comércio que tem... Uma casa, um comércio, uma casa, um comércio, uma casa, um comércio. Aí tem um posto de gasolina, tem duas distribuidoras de gás... E aí vai vindo um comércio atrás do outro. Esse fluxo que tem dentro da comunidade tem tornado a nossa vida mais perigosa.

No ano passado, foi construído um posto de gasolina na frente de casa, em cima da casa de umas antigas moradoras. Esse espaço era para ser um local de memória. Era para ser alguma coisa que ficasse como recordação da memória de quem era aquela mulher que morava ali, o que ela foi dentro da comunidade, uma pessoa que cuidava dos outros, que trabalhava com as plantas medicinais, assim como a mamãe. Era para ser. E aí construíram o posto de gasolina ali, não tem um vestígio de como que era a casa dela. Só está na memória da gente. Eu sempre falo porque, enquanto a gente não lembrar, a memória se apaga, ela deixa de existir. Se a gente não compartilha essa memória, essa lembrança se esquece... As pessoas se esquecem. E aí eu tirei uma foto, porque o dono do posto de gasolina mandou um dos funcionários dele pulverizar veneno para matar o capim que vai crescendo. O rapaz estava de short, camisa e com a bomba pulverizando veneno no capim. E as pessoas passando, as pessoas paravam no posto pra abastecer. gente mora lá na frente, e a gente é diretamente afetado. A nossa saúde é afetada.



PACS: A sua comunidade tem uma dinâmica comunitária?

Dayane: Pois é. Aí, o que acontece na comunidade? Por conta do grande fluxo de comércio, a comunidade começou a desenvolver rapidamente. Então, grande parte dos moradores que hoje estão na comunidade, não são pessoas daqui. São pessoas que vieram de fora, mas assim, a gente tem a Associação de Mães e Produtores e Remanescentes de Quilombos na comunidade, onde pessoas da minha família fazem parte, pessoas de outras famílias que também residem na comunidade fazem parte. Mas, tem gente que não é da comunidade, está aqui, e quer fazer parte da associação pelos benefícios do que o ser quilombola traz. Tem gente que, por exemplo, põe no talão de energia lá, de dono de comércio, que não é na comunidade, que não tem essa descendência, não carrega, porque ser quilombola não é só ter os traços. Tem todo um contexto histórico ancestral que a gente traz, e tem pessoas, como comerciantes, que consta no comprovante de residência deles como quilombola para pagar energia mais barato.

PACS: E o que era produzido lá?

Dayane: A gente trabalha com abacaxi, com mandioca. Só que varia. Porque, abacaxi, mandioca é o ano todo, né? Mas, na época do inverno - porque a gente tem duas estações: só inverno e verão - então, de janeiro a junho, inverno, de julho a dezembro, verão. Então, no verão a gente limpa a área, para plantar o abacaxi, maniva. Aí a gente apronta já no verão para, no começo do inverno, a gente tirar o produto. Na época da chuva, que é o inverno, a gente planta melancia, feijão, milho, maxixe, planta jerimum, várias outras coisas.

E agora, assim, a gente está começando a trabalhar com as hortas. De vez em quando, numas casas, a gente já percebe no quintal umas basquetinhas, com couve, cheiro verde, com hortelãzinho... Então, as pessoas começaram a produzir também nos seus quintais os seus próprios bens de consumo, né?

PACS: Como você vê o seu corpo? O que você carrega nele?

Dayane: Ah, eu acho que eu carrego muita coisa. Não só no físico, mas assim, no espírito. Eu acredito no espírito. Eu sempre converso, eu

digo: “Eu não sei quem me protege, mas alguém me protege.” Não sei se são meus ancestrais, os orixás... Não sei se é Deus, mas de alguma forma o meu corpo espiritual tem proteção. E esse corpo espiritual ele acaba refletindo no meu corpo físico.

PACS: Você sente algum impacto no seu corpo?

Dayane: Ó, eu sinto toda essa influência de fora, eu sinto no corpo. A gente é carne, é sangue... mas, assim, a gente tem essa relação com nosso espaço. As pessoas dizem que é muita terra para pouco índio, muita terra para pouco quilombola, mas a gente tem essa relação com o espaço, a gente tem essa relação com a terra.

Eu, por exemplo, corria para o mato todas as vezes que acontecia alguma coisa de ruim comigo, ou com a minha família, com qualquer um dos meus irmãos, eu corria para o mato e eu ficava no mato até eu me acalmar. Depois que eu me acalmava, voltava para casa. Então, quando eu estava assim com raiva, com ódio... De certa forma, estar ali me acalmava. Eu acho que, para nós, é muito mais do que só a terra, muito mais do que só as árvores. A gente se sente parte disso. E aí, quando vem a rodovia e corta o espaço que a gente vive, quando vem um fazendeiro e destrói o espaço que a gente está acostumado e monta lá o seu comércio, monta seu ponto de venda para enriquecer, ele está destruindo uma coisa que também faz parte da gente. Eu me sinto terra. Eu me sinto água. Eu me sinto mato, sabe? Então, eu me sinto parte disso. E não tem como a gente ver o nosso espaço, a mata que a gente estava acostumado a ver todos os dias, sendo destruída, sem a gente sentir que isso também vem destruindo o nosso corpo. Porque, pode não parecer, mas destrói quem a gente é.

PACS: E de onde vem a sua força no seu corpo?

Dayane: Eu não sei de onde vem. Tem momentos que parece que quando a gente está no fundo do poço, ele tem um subsolo, tem um porão, e assim, do nada surge: “E se a gente fizesse isso?” E aí, a gente vai, tenta fazer e acaba dando certo. Eu não sei, de fato, de onde vem, mas eu acho que no momento que a gente acalma, que o estresse passa, a solução aparece.

PACS: De onde vem o seu respiro? De onde você tira força para seguir?

Dayane: Eu sempre lembro de algumas pessoas que conheci no passado e que hoje eu também tive o prazer de escutar histórias de lutas, ler livros de pessoas que foram lutadores, que enfrentaram, e às vezes querendo ou não, do nada vem uma mensagem da nossa mente, daquilo que a gente leu. Por exemplo, tem o Zumbi dos Palmares, tem Dandara, tem um Ganga Zumba, Conceição Evaristo. São pessoas que são exemplos para gente. Zumbi dos Palmares, tão novo, mas assim, ele dava um passo atrás, para dar dois na frente. São estratégias de luta! Quando eu digo que a gente vai abaixar a cabeça agora, para que depois a gente levante, quando eu digo: "Não, eu vou evitar o conflito", não é porque eu estou fugindo da briga, mas porque evitar o conflito é uma estratégia.

PACS: E o que te dá alegria?

Dayane: Eu sou muito diferente. Então, cada dia eu acordo com um humor diferente. Por isso que eu conheço muitas músicas, porque todos os dias eu acordo com uma música diferente na mente. Tem vezes que eu acordo com o Canto das Três Raças na mente, tem vezes que eu acordo com o Canto de Oxum na mente, tem vez que eu acordo com Cássia Eller na mente... E aí, tem vez que eu acordo com Pabllo Vittar. Eu não paro para escutar o som, eu paro para escutar a letra. E tem letras que são muito engraçadas e isso muda... Muda muito meu humor. Se eu estou estressada, quando não dá para ir para mata, eu escuto uma música. Aí eu digo: "Não, é essa música que eu tenho que escutar." Sabe? Doralyce: "Nós somos mulheres de todas as cores, de várias idades, de muitos amores..." Então, essa música eu escuto quanto estou assim, puta da vida. Quando tentam me diminuir por conta da minha posição "mulher", que eu não tenho capacidade, que eu não devo fazer isso, que eu não devo usar essa roupa, que eu não devo me vestir assim, que eu não devo falar palavrão, que eu não devo ir no bar beber! Quando o pessoal está falando assim: "Ah e tal, tu tá muito gorda, cuidado que tu vai explodir, não sei o quê e tal." Eu escuto Doralyce: "Miss Beleza, Miss Beleza Universal...". Porque, cara, a gente é mulher de todas as cores, de todas as idades... Independente

de cor, de raça, de posição, de opção sexual, é dessa forma que eu vejo, sabe? É assim que eu acho que a vida funciona. E eu acho que deveria ser assim sempre.

PACS: Você acha que a própria luta pode ser um respiro?

Dayane: Eu acho, porque assim, se a gente não encontra a luta, se a gente não encontra dificuldades, se a gente não encontra enfrentamento, se a gente não encontra esses machistas no mundo, parece que tudo é fácil, sabe? Porque, ó, se eu não encontrasse... Eu tenho um irmão que é muito escroto. Eu digo para ele que se ele não fosse meu irmão, ele não era nem meu amigo. Porque ele é muito machista. E ele é muito escroto mesmo. Ele é um cara, assim... Então, se eu todo dia, constantemente, não tivesse que traçar discussões com ele para tentar mudar o pensamento, e eu não tivesse que ir em busca de um conhecimento para eu ter uma consciência diferente, eu acho que... Eu seria muito bobinha. Tipo assim, eu sempre fui caladinha. E se eu não tomo um posicionamento na minha vida, hoje eu seria uma pessoa muito reprimida. Eu não estaria aqui, eu não teria oportunidade de conversar com a juventude, eu não teria oportunidade de discutir com os jovens da minha comunidade, falando com eles sobre sexualidade, tentando mudar a visão deles sobre o gênero.

PACS: Você sente prazer em todas essas articulações que você constrói?

Dayane: Muito. Quando eu tenho uma oportunidade de conversar com pessoas na comunidade que, assim, jovens, crianças... Pode ser até mais velho, que às vezes sentam... E eles me escutam, e eu percebo que, de alguma forma, alguma coisa mudou, eu me sinto realizada.

PACS: E sobre a arte, onde você acha que a arte está em você?

Dayane: A minha vida é arte, né? Eu acho que o conhecimento que a gente tem sobre os nossos ancestrais é arte. O saber que a gente tem, de trabalhar com as plantas medicinais é uma forma de arte. Se eu serro um bambu pra fazer um vasinho, também é arte. É um conhecimento, que eu digo conhecimento tradicional, mas ele é arte. A forma que eu me visto, o turbante que eu uso, a maquiagem que eu coloco, os acessórios que eu uso. O momento que eu me monto, que eu me

produzo. Então, para mim, a arte é eu mostrar o quanto que eu sou bonita, o quanto que eu sei fazer. Que o que eu sei fazer é bonito. Eu me sinto uma obra de arte.

PACS: O que é o cuidado para você e como você se cuida?

Dayane: Eu tenho a necessidade de ser sincera... Eu não me cuido tanto. Eu acho que é um problema, e também é uma qualidade... A gente carrega muitas coisas que a gente não comenta. A gente não comenta, às vezes, nem com os amigos. A gente guarda. E como que a gente fala quem é a gente, né?

Ó, quando as minhas amigas estão doentes, quem faz o remédio para elas sou eu. Quem faz o mingau, quem leva na cama, quem faz o chá, quem faz o banho, o xarope... Elas me chamam de mãe Day, né? Eu aprendo, e eu faço para elas. As minhas irmãs estão com dor nas pernas, estão cansadas, sou eu que vou fazer a massagem nas pernas delas... Eu vou colocar de molho na água morna... Então, assim, eu sempre tenho esse cuidado de estar cuidando do outro. Eu não tenho muito essa coisa de cuidar de mim. Eu admito, eu não tenho mesmo. Às vezes, eu me sinto mal, assim, e eu esqueço, eu não tomo remédio... mas, quando eu vejo que alguém que eu gosto está doente, eu me desespero.

PACS: O que te adoece?

Dayane: Às vezes, as pessoas falam as coisas para mim, e por incrível que pareça, eu não esqueço. Eu guardo, eu digo que está tudo na caixinha do rancor do meu coração e eu guardo. Isso me adoece.

Hoje eu tenho 27 anos, e há 3 anos, logo quando eu entrei na faculdade, eu já estava nesse processo de estar ou não estar na igreja. Estava nesse processo de: vou sair. Na verdade, eu já nem ia mais, né? E aí, o que foi que aconteceu... Antes de eu falar com o pastor e tomar uma decisão, porque quando eu saí da igreja, eu cheguei no pastor e disse: “Eu não vou mais participar.” Eu tinha que falar a verdade para a pessoa. Aí, eu estava em casa e tive uma sensação muito forte de que eu iria morrer. Eu não sabia o que fazer, e eu sabia que eu iria morrer, eu estava com aquela sensação assim, e meu coração, sabe? Ficou miudinho, começou a me dar falta de ar... Aí eu comecei a pensar: “Cara, eu estou muito nova para morrer, eu ainda não vivi nada.”

Porque eu cresci na igreja. Apesar de eu sair muito, mas eu ainda... Eu não tive oportunidade de viver, o que eu estou vivendo hoje, sabe? Pra mim, aprender tudo que eu tenho aprendido. Conversar com as pessoas, conhecer outras culturas... E aí, eu estava com essa sensação tão forte que eu iria morrer, e eu tinha um caderno que eu comecei a escrever e chorar. Ficou todo molhado o papel, de tanto choro. Eu soluçava de tanto chorar, e até me emociono assim quando eu falo, e fui escrevendo... Escrevi para as minhas amigas, escrevi para o meu pai, falando umas verdades, escrevi para mamãe, escrevi pros meus irmãos... Eu fui deixando conselho para algumas pessoas, tipo, mensagem que eu achava que... assim, "eu quero que você faça isso e isso por mim, eu quero isso"... E eu escrevi, eu acho que eu quase acabei com o caderno de tanto escrever... E eu fui escrevendo, e aí eu dormi. Quando chegou no outro dia de amanhã, por incrível que pareça, eu acordei e eu não tinha morrido. Mas, eu me senti muito melhor. E aí, eu saí, eu conversei com o pastor, disse que eu não ia mais ficar na igreja e tudo... Tomei uma decisão e, assim, eu acho que a Dayane do passado morreu. Foi um processo e o corpo da gente se renova. Eu acredito nisso. O espírito da gente se renova.

PACS: O que te cura?

Dayane: Ah, eu adoro os meus sobrinhos. Eu brigo quando as minhas irmãs batem neles. Eu sinto que estão me batendo também. Eu cresci em um ambiente que a gente apanhava, sabe? E eu acredito muito que meus pais fizeram isso porque eles não sabiam outra forma de criar, mas hoje a gente tem outras formas.

Quando eu chego de viagem, eles vêm todos correndo para me abraçar. Não tem como, eles me renovam todos os dias, sabe?

ENTREVISTA COM SANDRA VITA:

#MulheresTerritóriosdeLuta: a fé como respiro diante de um cotidiano marcado pelos megaprojetos[1]



Sandra Vita é integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Essa entrevista foi realizada por Ana Luisa Queiroz e Marina Praça e a edição do texto por Isabelle Rodrigues.



PACS: O que é luta para você? O que te movimenta?

Sandra: Luta é o que vejo como forma de resistir e ir em busca daquilo que a gente defende como sendo o melhor para todos aqueles que estão à minha volta. Além da minha família, é claro, as pessoas que convivem comigo, aqueles que fazem parte da nossa casa comum. Defender nossos direitos virou correr atrás deles, já que estão sendo arrancados, e vão continuar sendo se a gente não fizer luta. Então luta para mim é defender aquilo que é nosso e que as pessoas querem tirar. E que a gente tem chamado também de violação de direito.

O mal que nos aflige, a questão minerária, os grandes empreendimentos que chegam e assolam a vida do povo brasileiro, a vida da mulherada, a vida das nossas crianças e nossos idosos com requinte de crueldade. Precisamos resistir. É se colocar diante dessas situações e dizer "não". Dizer que a gente não aceita! Se tiver 1% de chance de dar certo, se tiver 1% de chance de a vida valer a pena, eu acredito nesse 1%. É claro que acima de tudo, eu acredito em Deus, porque é a fé que nos move. Eu creio que essa luta um dia vai dar certo. Ainda que eu não veja, meus filhos verão, meus netos verão, e isso me move.

PACS: Como você se entendeu enquanto mulher ao longo da sua trajetória de vida e de luta?

Sandra: Na grande maioria das vezes, eu me entendi como alguém que foi diminuída. Diminuída no sentido de condição de fazer, de ser invisibilizada, culpada e muito ocupada. Muito embora, muitas das vezes nós somos sempre fragilizadas. E dizer que nós somos fortes, que nós somos resistentes, que a gente luta com emoção, a gente luta com coração, que a nossa vida é diferente, que nós somos diferentes, que

1. Entrevista realizada em outubro de 2019 e publicada em maio de 2021.

a gente pensa não com a razão, a gente pensa com coração e age com ele. Tentam banalizar, invisibilizar, nos colocar como menor, como pior no que fazemos, nos colocar como seres que não tem muita significância. Mas eu também aprendi que isso nunca foi verdade. Que foi só uma forma de nos controlar para nos enfraquecer e deturpar todas as coisas que a gente tem coragem de fazer e que os homens não têm. Porque nós somos coração. Porque nós somos emoção. Nós somos muito capazes.

PACS: E você se vê nas mulheres mais velhas, nas mulheres do seu passado, nas suas ancestrais?

Sandra: Sim, vejo. Eu só sou o que sou por isso, né? Eu só sou o que sou porque eu aprendi com alguém, alguém deixou um legado. Alguém fez antes de mim. Muitas das coisas que eu faço hoje são porque alguém fez um dia. Então não tem nada de novo. Na verdade, a gente pode até inovar em algumas coisas, mas o básico, a base, ela veio do passado. Para que eu esteja aqui agora falando dessas coisas, mulheres tiveram que morrer. Outras mulheres tiveram que ser tombadas pra garantir a minha fala, para garantir a minha liberdade, pra garantir o meu espaço, pra garantir que eu pudesse puxar uma luta, pra garantir que eu pudesse falar na frente de qualquer homem que eu quiser falar, o que eu quiser falar. Elas garantiram que eu pudesse ser o que eu sou hoje, por causa de tudo que elas enfrentaram, por causa de todo o tratamento que elas tiveram... Eu me vejo sim, muito nas mulheres do passado, que construíram uma luta, que foram para frente, que levantaram a bandeira, que não tiveram medo e que morreram por isso. Derramaram seu sangue por causa disso.

PACS: E enquanto a mulher de luta que você é hoje, como você sente a presença dos impactos da mineração? Como você sente isso em você?

Sandra: A princípio, eu sinto muita raiva. Depois da raiva, eu sinto uma impotência imensa, porque a Vale adoeceu minha família. A Vale adoeceu minhas filhas. A Vale adoeceu minha neta. A Vale adoece as pessoas por onde ela passa. E esses impactos chegam, não só para mim, de uma forma muito bruta, de uma forma muito grande. Não é

de mim só, mas de todas as pessoas que estão morrendo por causa da Vale. E aquelas que estão tendo morte em vida, porque, sim, o que acontece em diversos lugares aí, é isso: é uma morte em vida.

É o sofrimento que está invisibilizado porque as autoridades não querem saber disso. As autoridades estão a favor do empreendedor e não estão a favor das pessoas. Não importa onde a mineração esteja, não importa que seja a Vale. Onde tem um complexo minerário, tem vítima, ainda que não seja fatal. E eu estou falando isso hoje por nós, Morro D'Água Quente, Catas Altas. Eu estou falando isso por Barão de Cocais, que vive o trauma, o terror, o pavor da lama invisível até os dias de hoje. Eu estou falando isso por Bento Rodrigues, que teve suas vidas assoladas, foram arrancadas do seu território, e fazem quase 6 anos agora que as pessoas que foram enterradas vivas e as suas situações ainda não foram resolvidas. E também por Brumadinho, com tantas famílias que passaram por tudo que passaram, por toda perda que sofreram. Alguns corpos que não foram identificados, outros que não foram localizados... É uma luta e um sofrimento muito grande e não tem como eu sofrer e sentir a minha dor e não sentir a dor do outro. A dor é coletiva. A luta é coletiva e a dor também é.

PACS: E, nesse processo, como você vê o seu corpo? O que você carrega nele?

Sandra: Eu não tive meu corpo violentado, abusado ou desrespeitado pelo megaprojeto mineral, como outras mulheres têm. Mas também eu não tenho corpo cuidado como muitas mulheres. Eu gostaria de me voltar para isso, ter tempo para os cuidados pessoais, mas a gente abre mão de se cuidar por todo resto e pela luta. O impacto no meu corpo é o impacto de sentir a dor que não é uma dor física, que é uma dor emocional. É uma dor no peito, é uma dor no coração de ver tanta coisa acontecendo e de sentir tanta vontade, tanto desejo de poder fazer algo. Por mais que a gente tente dar forma, que a gente consiga tentar, pedir ajuda, denunciar, ir pros espaços e tentar aprender alguma coisa, fazer algumas estratégias, ainda assim a gente não consegue avançar pra fazer com que tudo isso mude.

PACS: E como é respirar em meio a todos esses conflitos? De onde tirar oxigênio para seguir na luta?

Sandra: O fato de vocês estarem aqui me dá força para seguir, me faz respirar. Falar da situação vivida aqui, contar os impactos vividos por companheiras e companheiros em Barão, de Bento, de Brumadinho, e ter esses encontros são respiros para mim. Ir aos lugares para denunciar, porque é a própria luta que me motiva e são lugares que peço socorro também. E quando as pessoas reconhecem nossas lutas. Saber que tem outras pessoas que estão na luta! Mas também sofro muito, sigo porque eu creio em Deus. Eu digo que eu sou Cristã Evangélica. E cristão é quem segue Cristo. Quem dera que eu conseguisse seguir Cristo. Eu não consigo, não, mas eu tenho que crer, né? Eu creio que é Cristo quem me move, no sentido de me fortalecer e que as misericórdias se renovam todo dia sobre minha vida. Eu creio muito nisso. Então é o Senhor quem me fortalece. E, para além disso, aí eu creio também, que é ele quem coloca no meu caminho as pessoas que precisam estar no meu caminho para me fortalecer nessa caminhada. É o cuidado de Deus e de Cristo na minha vida, de colocar as pessoas no meu caminho para que elas possam contribuir com isso.

Então, é a própria luta, abaixo de Deus, no meu entendimento, que me fortalece. Eu fico pensando, às vezes, que eu sou um ser muito político. E eu sou esse ser, assim, de luta desde sempre. Eu não queria ser assim, mas o que que eu ia ser?

PACS: E no cotidiano, nas coisas pequenas? O que você acha que te dá um respiro no seu dia-a-dia?

Sandra: A gente não tem muito tempo para ficar sem pensar no que fazer, porque sempre que não tem uma coisa, tem outra. E quem se envolve com o povo, falaram ontem que é bruxa, eu não vejo como bruxa, mas porque eles chamam a gente de outras coisas, de vagabunda, desocupadas, baderneiras, sem serviço, que “está precisando de homem”. É coisa desse tipo “Na hora que arrumar um homem, para”, mas, assim, na realidade, quando está no sangue - porque tá no sangue! Eu não sei nem como, mas está no sangue - tudo para a gente é um motivo para luta.

PACS: Esse prazer, ao mesmo tempo que você fala que você não quer ser isso, também existe em ser e em estar na luta, né?

Sandra: Eu tenho muito prazer. Como eu contei, por exemplo, como foi uma experiência. A gente baixou no ônibus aqui e foi parar lá do Pará, porque era o lançamento do MAM. Isso dá prazer. É por causa da viagem? Não. A viagem é cansativa, a viagem é desgastante. Leva criança, no risco da estrada, mas dá prazer e dá prazer demais porque tem umas coisas que, assim, que arrepiam o corpo. Que bate forte o coração e que você vê que, verdadeiramente, você está de alguma forma ali representada por várias pessoas, que estão falando a mesma língua, que estão na mesma luta e que, sim, um dia vai dar certo. Dá prazer. O primeiro ato de rebeldia, quando a gente conseguiu invadir a Câmara por causa do Código da Mineração, e a gente conseguiu travar o processo, que ela já estava travando a pauta, a gente conseguiu continuar travando e não deixamos que votassem. E que a gente conseguiu, com aquela galera toda lá, claro que nós éramos só o povo do Morro, mas nós éramos uma Van! E a gente nunca tinha ido num espaço de luta e nós éramos do Morro na Van e nós rodamos daqui até Brasília. Nós chegamos lá quebrada; E fomos para Câmara, nunca tinha pisado em Brasília, e aí quando eles mudam a data de votação, porque souberam que tinha aquele grupo lá, e a gente consegue através daquele povo que morava lá, introduzir a gente na Câmara, e a gente consegue invadir a plenária. E no grito, a gente conseguir chamar audiência pública nos Estados minerários. Aquilo foi muito, muito, muito gratificante. Você entender, assim, “ó, é verdade, a gente pode”, “o povo pode”. E aí, quando nós tivemos a audiência no nosso estado, foi a audiência que mais lotou. Foi a audiência mais participativa, foi a audiência que a gente arrancou o povo deles da mesa, e colocou o nosso no grito! Então, assim, “ah, mas tudo vocês resolvem no grito”. Algumas coisas você tem que resolver no grito, sim. Então tem esses prazeres, mas é prazer que vai continuar? É o prazer momentâneo, que importa! E a gente faz um monte de bobagem, a gente faz da nossa vivência, nós não somos técnicos, nós não. A gente fala da nossa realidade.

PACS: Mas técnico fala um monte de bobagem também...

Sandra: Mas a gente pensa que não, né? Porque a gente pensa que o povo está lá, e sabe tudo, né? Igual a Vale. Na hora que ela lá, aquele monte de gente, que acha aqueles dados lá e que expõe aquilo. Nossa, aí vai caindo baba, você vai limpando. Mas a gente fala de nós, fala da nossa realidade. Numa audiência em Conceição do Mato Dentro nós fomos apoiar, numa van, e já sabíamos como reagir, falar e reivindicar nossos direitos. E a empresa estava com muita segurança, com muitos olheiros, toda articulada. E o povo de Conceição estava frio na época. O povo das comunidades rurais estavam lá. Muita gente com criança no colo, mas assim muita gente. Povo muito simples. E a polícia com uma postura, assim, de se impor mesmo pra cima da gente, pra cima do pessoal. Nós estávamos e fizemos cartazes, fizemos faixas para constranger os empreendedores. Era essa nossa estratégia! E aí na hora da apresentação do empreendimento, a gente fez um combinado, que quanto mais a gente tirasse a atenção deles, menos eles vão conseguir passar o que eles precisavam. E a gente tinha um promotor na mesa, um promotor nosso. Descobrimos como fazer uma sombra com nossos cartazes e atrapalhar a leitura do cara, E aí o cara não conseguia ler, porque estava preso na leitura, e porque ele não conseguia ler, ele não conseguia explicar o projeto. Porque ele estava preso no texto, ele não conhecia o projeto.

Falávamos para o povo de Conceição “vocês não precisam ter medo, não precisa nem saber falar, a gente nem sabe. A gente vai lá e fala assim mesmo.” Tinha muita política, mas não nos intimidamos, éramos muitos. E aí o pessoal começou ir para frente também. Vários deles foram. Vários moradores, e foram porque a gente foi junto com eles, articulados. Cada um falava num momento. E antes disso nós fizemos ato na rua, reproduzindo o crime da Vale e Samarco em Bento Rodrigues. Fizemos um ato no meio da rua, paramos com a carraiada, coisa que a gente não planejou aconteceu. E foi muito massa, porque o povo chorou. Assim, foi comovente o negócio. E isso acabou chamando um pouco para audiência à noite. Esses são os ganhos que a gente tem.

A gente conseguiu atrasar muito o processo em Conceição, por causa disso. E aí o povo também começou a entender que eles precisavam ir para as audiências. Começaram a fazer as assembleias populares em Conceição, e eles conseguiram avançar. Só que como que

avança com uma AngloAmérica, sabe? Avança até certo ponto, aí depois foi aprovado projeto, e era para loteamento de barragem. Então, assim, por mais que você ganhe um tempo pra respirar, você ganha um tempo para pensar e ele precisam lá, na verdade, é serem retirados, desapropriados, porque eles estão embaixo da barragem. Aí eles estão já estão negociando, parte deles estão negociando processo de desapropriação. É assim: extremamente difícil. Mas tem sim, tem esses momentos.

Aí tem aqueles momentos também, o dia que eu não quero pensar em nada, que eu não quero saber de nada, que eu não quero conversar sobre isso, que eu não quero falar sobre isso, eu gosto muito de ficar sozinha. Eu gosto, eu gosto da minha presença, eu gosto da minha companhia. Eu amo estar na minha companhia, então, assim, a Sara fica muito com a minha mãe, e eu fico aqui em casa. E eu gosto muito de jogar buraco...no celular com robô. E aí fica eu e Deus aqui.

PACS: Onde que você acha que está a arte em você? E aí a arte ela tem múltiplas possibilidades, né?

Sandra: Nossa, arte? Eu? A arte em mim, está nos outros. Eu sou mestre nisso.

PACS : Mas você tem arte da mobilização, né? Você tem a arte do encontro...

Sandra: Eu consigo mobilizar. Tem umas mobilizações que eu consigo fazer porque eu percebo que as pessoas gostam muito de agito, né?

PACS: Então você tem a arte do agito, a arte do encontro...

Sandra: Sim, mas aí depende do encontro. E normalmente, quem participa desses espaços, é o público mais jovem e eles vão mesmo.

Tem umas histórias sobre isso. Nós fizemos uma atividade na câmara, ia ter uma votação de plenária, e o Prefeito estava pedindo, no projeto, pra votar os cargos comissionados. Só sei que o projeto não atendia de maneira alguma a comunidade, só interesse dele, interesse político partidário dele. E aí, nós tínhamos conseguido os votos para não passar o projeto e aí minha prima ligou pra mim e faltava 20 minu-

tos pras 16, eu largo do serviço 16 horas, pra dizer que: o vereador de Morro (Edvane) ia votar a favor, prometeram 20 obras do Morro pra ele votar a favor. Nossa aí estavam esperando eu mandar as frases, para escrever nos cartazes, para saber o quê que ia tá escrito nos cartazes pra gente levar pra câmara. Quando eu soube disso, 20 pras 16 da tarde, e a reunião era 19 horas da noite. Então eu tinha o caminho de Catas Altas até o Morro para pensar. Vim pensando o que eu ia fazer. Pensei: vamos matar ele através desses cartazes. Vamos escrever pra ele, "pelo amor de Deus não vote". "Edvane, o povo do Morro confia em você, não vote". "Edvane, o Prefeito não votou em você..." Tudo com o nome dele, Edvane, Edvane, Edvane! Porque era ele que tinha vendido o voto por 20 obras. Cheguei em casa com essas ideias, falei com as meninas: Vamos escrever pra Edvane diretamente. Vamos mandar os cartazes todos nele. A gente já tinha galera que ia para Câmara. Vamos escrever, também, os cartazes pra Ronaldo, outro vereador. "Ronaldo, a gente não esperava isso de você. A gente esperava que seu voto...." Aí as meninas falaram assim, "calma, Sandra, não vamos bater nele não. Vamos pegar ele pela emoção também, igual o Edvane. "Ronaldo, nós confiamos em você, nós precisamos do seu voto". E aí a gente conseguiu com esses cartazes. A gente chega chegando... Aí chega, se não for para causar, a gente nem vai. Aí chegamos com os cartazes foi tudo para frente, para plenária. Colamos cartazes na plenária, mostramos o cartaz na frente do vereador. Cartaz na frente do outro vereador, povo pirou na Câmara, nós derrubamos todos os projetos que teve nesse dia. Todos. Então, assim, essa arte aí, tem.


MULHERES
TERRITÓRIOS
DE LUTA